

Luiz Silveira Gomes – Maj PM
(Organizador)

CATÁLOGO MONOGRÁFICO DOS CURSOS SUPERIORES DE
POLÍCIA MILITAR REALIZADOS NA ACADEMIA DE POLÍCIA
MILITAR GEN. EDGARD FACÓ: 2000 A 2009



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas para o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Fortaleza – Ceará

2012

Copyright © 2012 by INESP

Editor Responsável

Paulo Linhares

Coordenação Editorial

Denise de Castro

Organizador

Luiz Silveira Gomes – Maj PM

Revisão

Francisco Cláudio Barbosa Lima

Capa

Germano Sousa Freire

Impressão

i. Editora

Catalogado na fonte por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

C357 Catálogo monográfico dos cursos superiores de polícia militar realizados na Academia de Polícia Militar Gen. Edgard Facó: 2000 a 2009/ Organizado por Luiz Silveira Gomes. _
Fortaleza: INESP, 2012.

217p.

ISBN: 978-85-7973-024-5

1. Polícia Militar, Ceará. I. Gomes, Luiz Silveira. II.
Academia de Polícia Militar General Edgard Facó. III. Título

CDDir 341.37

AGRADECIMENTO

Meus sinceros agradecimentos ao Deputado Roberto Claudio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, ao Dr. Queiroz, Chefe de Gabinete do Pres. da Assembleia, ao Cel Antonio Walberto Gadelha, Secretário Executivo da PMCE pelo significativo apoio recebido e, ao Dr. Quintino Vieira, superintendente do DAE, cujo incentivo foi fundamental para a realização desta obra.

APRESENTAÇÃO

A obra Catálogo Monográfico do Curso Superior de Polícia Militar ora apresentado ao público é fruto de um trabalho voluntário e incansável de um Oficial que não quer ver esquecida a nossa memória nem a nossa intelectualidade. Aqui estão reunidos os mais interessantes estudos científicos sobre a temática policial militar no período de 2000 a 2009, produzidos sob a orientação da saudosa Academia de Polícia Militar Gen. Edgard Faço.

O objetivo maior desta obra, além é claro do seu inestimável valor histórico, é possibilitar ao leitor uma visão geral de todo o legado deixado por valiosos Oficiais, não somente do Ceará, mas de outros Estados da Federação que confiaram à nossa Instituição a responsabilidade pela qualificação de seus quadros. Aqui, além da diversidade temática é possível observar a diversidade cultural e organizacional, todavia, mostra que as Polícias Militares no Brasil convivem com situações semelhantes e que passam por grandes dificuldades para enfrentar a problemática da violência, em especial a violência urbana.

O leitor poderá perceber que nesse período de apenas uma década a preocupação dos pesquisadores do Curso Superior de Polícia esteve voltada para diversas áreas do conhecimento, como administração, direito, finanças públicas, ensino, técnicas policiais, temas sociais, violência, qualidade de vida e bem estar, entre muitos outros.

Assim, o autor, na sua voluntariedade e no seu elevado senso de colaboração, quis presentear à nossa Instituição e aos mais diversos estudantes e pesquisadores com um catálogo de obras simples, prático e de grande valor, pois os registros feitos das 147 monografias que foram catalogadas contribuirão para a preservação de um pouco da nossa história, da nossa produção acadêmica e daqueles que contribuíram com seus estudos para o engrandecimento da Polícia Militar do Ceará.

Felicitó o autor pela iniciativa, dedicação e preocupação com a causa pública.

ANTONIO WALBERTO GADELHA – CEL PM
Secretário Executivo da PMCE

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – 2000	25
Direitos Humanos e Cidadania para os Policiais Militares	27
Criação de um Centro de Serviço Assistencial na Polícia Militar no Estado na Paraíba.....	28
Criação do Instituto de Ensino de Segurança Pública no Estado do Amazonas – uma Proposta	29
A Democratização da Polícia Militar	30
A Cidadania do Policial Militar Face à Legislação Trabalhista	31
Uma Visão Crítica da Penitenciária de Pedrinhas no Estado do Maranhão.....	33
A Polícia Militar e o Narcotráfico	34
Principais Influências no Desempenho da Vida Profissional do Soldado Policial Militar no Estado do Ceará.....	35
Abordagem Policial Militar, Mudança de Paradigma	36
A Terceirização de Serviços na Polícia Militar do Ceará	37
Suicídio entre Policiais-Militares: Quais os Fatores Estressantes?	38
Integração: Uma Solução para o Sistema da Segurança Pública no Estado do Ceará	39
CAPÍTULO II – 2001	41
O Ciops como Fator de Melhoria da Operacionalidade na Polícia Militar do Ceará – Uma Análise Crítica de Sua Utilização	43
Assistência Educacional na PMCE: O Papel Desempenhado pelo Colégio da Polícia Militar Do Ceará.....	44
Estatuto dos Militares de Sergipe: Uma Proposta Cidadã.....	45
A Disciplina Direitos Humanos e Cidadania no Currículo do Curso de Formação de Oficiais (CFO) da PMCE: Uma Análise Crítica.....	46
A Qualificação Pedagógica de Instrutores para o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão: Uma Análise Crítica.....	47

Descentralização da Força Tática, como Complemento das Demais Modalidades de Policiamento.....	48
A Atividade de Inteligência Ante os Desafios no Novo Século	49
A Importância do Desenvolvimento dos Recursos Humanos para a Operacionalidade Efetiva da PMCE	50
A Violação dos Direitos Humanos nas Ações Policiais Militares	51
Atuação Integrada das Instituições Estaduais de Segurança Pública como Fator de Redução da Criminalidade	52
Criação da Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental na Polícia Militar do Acre	53
Combate ao Crime Organizado nos Estados Brasileiros com Utilização da Inteligência Integrada das Polícias – Uma Análise Crítica.	54
A Importância da Polícia Turística no Atual Contexto Econômico dos Estados do Pará e Amapá.	55
A Aplicação da Lei Federal Nº 10.029, de 20 de Outubro de 2000, na Polícia Militar Do Ceará e sua Relação Custo Versus Benefício.....	56
CAPÍTULO III – 2002	57
Capacitação Profissional Permanente: Fator Importante para a Qualidade do Serviço Prestado pelo Policial Militar do Piauí	59
O Ordenamento Jurídico Atual e a Polícia Militar – Face a Exclusão de Policiais Militares	60
A Atuação da Polícia do Estado do Rio de Janeiro no Combate ao Crime de Extorsão Mediante Seqüestro e a Importância da Colaboração da Família da Vítima para o Sucesso das Investigações	61
O Atual Sistema de Segurança Pública do Pará: Uma Visão do Público Interno	62
Violência Intrafamiliar Contra a Mulher: Uma Pesquisa nas Polícias Militares do Rio Grande do Norte e Pernambuco.....	63
Geoprocessamento do Crime Organizado na Conjuntura Atual, com Enfoque no Estado do Ceará	64

A Qualidade de Vida e o Trabalho do Policial Militar Sergipano: A Influência dos Fatores Motivacionais	65
Policiamento Ostensivo: Criação de Uma Unidade de Polícia Militar Metroviária.....	66
Percepção Social das Comunidades de Fortaleza - Seus Anseios e Aspirações Face à Postura da Polícia Militar do Ceará	67
Influência da Segurança Privada na Segurança Pública.....	68
Estudo Sobre a Viabilidade da Criação de Uma Fração de Policiamento Fluvial no Estado do Amapá.....	69
O Perfil do Futuro Oficial da Polícia Militar do Ceará. Comandante ou Líder.	70
Especialização e Interiorização do Policiamento Rodoviário na PMBA – Uma Alternativa de Revitalização.....	71
Formacao de Uma Aliança entre a Policia Militar e as Universidades Amazonenses, no Enfrentamento da Criminalidade Fenomênica sob o Aspecto da Proliferaçao de Gangues (ou Galeras) em Manaus	72
CAPÍTULO IV – 2003.....	73
Criação de um Centro de Recarga de Munição na PMCE: Suporte para o Treinamento de Tiro.	75
O Processo Ensino-Aprendizagem na Polícia Militar do Piauí: Capacitação dos Instrutores e suas Implicações para a Qualidade do Serviço Policial.....	76
A Importância do Policiamento Escolar: Uma Ferramenta de Prevenção.....	77
Reestruturação Organizacional da Policia Militar do Ceará	78
Valorização do Público Interno – Uma Necessidade.....	79
Políticas Públicas Preventivas do Transtorno de Conduta em Crianças e Adolescentes no Município de Sobral - Ce	80
Perspectivas do Proerd para a Redução da Delinqüência Infanto-Juvenil no Estado do Amapá.....	81
Motivação: Fator Preponderante para o Bom Desempenho do Policial Militar da Polícia Militar do Ceará.....	82

Independência Financeira das Unidades e Subunidades Interiorizadas da Polícia Militar do Estado de Sergipe.....	83
Conflitos Agrários no Pará: Proposta para uma Atuação Preventiva da Pm/Pc Através da Negociação.....	84
Instituto Superior de Seg. d Cidadania de Roraima - Novo Modelo de Formação Policial no Brasil.....	85
Reimplantação do Batalhão de Trânsito na Polícia Militar do Ceará - Uma Proposta.....	86
Polícia Comunitária no Brasil	87
CAPÍTULO V – 2004.....	89
A Orientação Religiosa Permanente como Fator Motivacional para a Mudança de Comportamento do Policial Militar na Prevenção de Condutas Irregulares.....	91
Análise dos Mecanismos de Controle da Violência Policial na Polícia Militar do Distrito Federal.....	92
A Importância do Ensino Integrado para a Melhoria dos Serviços Prestados à Sociedade pelos Profissionais de Segurança do Cidadão no Sistema de Segurança Pública do Estado do Maranhão	93
O Papel da Auditoria da Justiça Militar no Combate à Violência Policial no Estado do Ceará	94
Análise dos Objetivos Estratégicos nas Atividades de Inteligência da Polícia Militar de Sergipe.....	95
A Polícia Cidadã no Maranhão: Uma Análise da Visão do Soldado PM em Relação a Participação da Sociedade Civil.....	96
O Crime de Deserção na Polícia Militar do Ceará: Impacto Sócio-Criminal.....	97
A Escala Extra-Remunerada para o Quadro de Policiais Militares do Estado do Amapá.....	98

CAPÍTULO VI – 2005.....	99
A Manutenção de Motomecanização da Polícia Militar: Uma Análise Crítica.....	101
A Polícia Militar do Ceará Ante à Problemática da Prostituição Infanto-Juvenil: Origem, Causas e Conseqüências.....	102
A Perda do Posto e da Patente dos Oficiais e da Graduação das Praças na Polícia Militar do Piauí, em Face da Ordem Constitucional Vigente.....	104
Acidente com Produtos Perigosos no Transporte Rodoviário - Isolamento do Local.....	105
O Emprego da Polícia Militar em Atividade de Trânsito, em Fortaleza, face à Nova Ordem Jurídica: Prevenção e Repressão de Crimes e Infrações ou Desvio de Finalidade?.....	106
Reintegração de Posse: Uma Problemática Social e Policial.....	107
Os Efeitos dos Paradigmas nos Modelos de Gestão das Polícias Militares, Sob a Ótica do Estado Democrático de Direito	108
O Talão de Registro de Ocorrências (TRO) como Instrumento Eficaz de Prova para a Justiça.....	109
Proposta de Criação e Implementação de um Gabinete de Gerenciamento de Crises no Âmbito do Sistema de Defesa Social do Estado do Acre.....	110
CAPÍTULO VII – 2006.....	111
O Procedimento Disciplinar na PMCE: Padronização dos Documentos Pertinentes	113
Gestão de Pessoas - Uma Visão Humanista do Policial do Gate com Foco na Satisfação do Policial Militar no Exercício da Sua Função.....	114
Atividade Física e a Relação Custo Benefício para a Escala de Serviço	115
Conflitos Agrários: A Performance do Governo da Bahia, com Ênfase para a Atuação da Polícia Militar	116
Expansão da Doutrina de Gerenciamento de Crises da SSPDS para as Unidades e Subunidades da PM no Interior do Estado do Ceará	117

Preparação do Policial Militar do Estado do Ceará para a Reserva/ Inatividade	118
Proposta de Implantação de um Sistema de Gestão Patrimonial na PMPA ..	119
Princípios Básicos da Gestão Militar	120
Análise Econômica e Ambiental do Gás Natural nas Viaturas da PM de Fortaleza	121
A Problemática Habitacional dos Cabos e Soldados da Polícia Militar da Paraíba na Grande João Pessoa	122
Descentralização e Fixação dos Comandos de Áreas do CPI PMMA em suas Respectivas Sedes	123
Proposta de Criação de Normas de Procedimento para o Emprego do Batalhao de Operacoes Policiais Especiais (BOPE), da Policia Militar, no Sistema Prisional do Estado de Alagoas.....	124
Uma Análise Crítica do Efetivo Operacional das Subunidades do 5º e 6º Batalhões de Polícia Militar do Estado do Ceará na Cidade de Fortaleza	125
A Efetivação da Filosofia do Policiamento Comunitário na Polícia Militar do Amazonas em Manaus.....	127
Segurança Pública: Um Olhar do Cidadão na Cidade de Salvador	129
A Ação da Polícia do Estado do Ceará no Combate ao Crime Ambiental, Desmatamento, Enfatizando a Atuação da Companhia da Policia Militar Ambiental (CPMA).....	130
A Influência do Álcool no Organismo Humano, como Contribuinte nos Índices de Ocorrências Policiais no Município de Santana em 2005, e a Participação de Adolescentes neste Contexto	131
O Batalhão de Segurança Patrimonial da Polícia Militar do Ceará: Conhecer para Comandar	132

CAPÍTULO VIII – 2007.....	133
A Ideologia Militar na Polícia Militar.....	135
Uma Nova Política de Evolução Profissional – A Transparência e Objetividade no Critério de Promoção por Merecimento na Comissão de Promoção de Oficiais da PMCE	137
Polícia de Aproximação: Aspectos Indutores na Condução da Nova Ordem da Ação Policial Militar Cearense.....	138
O Instituto do <i>Habeas Corpus</i> Impetrado nas Transgressões Disciplinares - Causas e Consequências na Disciplina Castrense da PMSE.....	139
Armas Não-Letais: Uma Análise de seu Emprego na Polícia Militar do Ceará	140
A Pesquisa de Estado-Maior na Polícia Militar do Maranhão: Imprescindibilidade, Embasamento e Eficácia as Decisões do Comandante Geral.....	142
O Papel do Serviço de Assistência Social da PMCE no Amparo a Família do Policial Militar Falecido e ao Policial Militar Ferido	143
A Importância de um Sistema de Controle de Material e Patrimônio para Efetividade das Ações da Polícia Militar do Maranhão.....	145
Execução Penal Militar no Estado de Mato Grosso do Sul: Análise Conjuntural.....	146
A Otimização do Trabalho Operacional na Polícia Militar do Ceará - Um Compromisso com a Segurança Pública	147
Um Estudo da Polícia Militar do Maranhão sobre os Crimes Ambientais na Reserva Biológica do Gurupi.....	148
Vantagens e Desvantagens da Descentralização da Gestão dos Recursos Orçamentários e Financeiros para Potencializar o Atendimento das Necessidades na PMCE.....	149

CAPÍTULO IX – 2008.....	151
As Relações Públicas como Instrumento de Vanguarda para Polícia Militar do Ceará	153
Ronda do Quarteirão: Uma Nova Estratégia de Polícia Comunitária no Estado do Ceará	154
O Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará e sua Aplicabilidade – Um Breve Enfoque.....	155
Ações Criminosas de Grande Repercussão no Ceará – Lições para a Segurança Pública do Presente e do Futuro.....	157
Desvio de Função: Policial Militar como Encarregado de Unidade Policial....	158
A Motivação Profissional na PMCE – Um Diagnóstico para Excelência	159
O Salário e o Trabalho do Policial Militar do Ceará.....	160
A Criação de Comissões Permanentes de Processamento Administrativo Disciplinar na PMCE – Uma Proposta.....	161
O Emprego da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Pela PMERJ no Combate a Criminalidade Urbana	162
O Desvio de Finalidade na Lotação de Policiais Militares na PMDF–Uma Análise	163
O Uso do Geoprocessamento como Ferramenta de Planejamento Operacional: A Experiência na Cidade de Samambaia – Distrito Federal	164
Polícia Militar e Polícia Civil do Estado do Pará: Integração ou Unificação? .	166
Segurança Pública no Estado do Pará: Violência Urbana e Rural	167
O Poder Discricionário do Comandante Geral – Uma Visão Analítica	168
Segurança Pública no Estado de Roraima Violência Urbana e Rural.....	169
A Polícia Militar do Maranhão como Autoridade Policial do Art. 69 da Lei N.º 9.099/95 nos Termos Circunstanciados de Ocorrência.....	170
Quebra de Paradigmas na Gestão de Recursos Humanos na Polícia Militar do Distrito Federal.....	171
Avaliação de Desempenho dos Gestores da Polícia Militar	173

Reflexão e Leitura Crítica da Legislação Brasileira Aplicável aos Crimes de Informática.....	174
Otimização na Abordagem Policial Militar: Necessidade de um Programa Operacional Padrão	176
Proposta de Reestruturação da 2ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Ceará	177
A Segurança Pública no Estado de São Paulo: Violência Urbana e Rural....	178
Perturbação do Sossego Alheio e Veículos Localizados: Entraves na Dinâmica Da CIOPS.....	179
Criação de uma Unidade Policial Militar Especializada no Policiamento de Grandes Eventos em Praças Desportivas.....	180
Criação do CIOPS no Interior do Estado do Ceará	181
CAPÍTULO X – 2009.....	183
Modelo de Administração de Segurança Pública: Gerenciamento da Qualidade no Programa de Governo Ronda do Quarteirão em Fortaleza	185
A Escolha dos Membros do Conselho de Justificação, sua Instauração e as Implicações Constitucionais Decorrentes.....	186
Companhia Independente de Policiamento Turístico (PMTUR) – Importância para o Desenvolvimento Turístico da Cidade de Fortaleza	187
O Sistema de Protocolo Único na Polícia Militar do Ceará: Possibilidades e Dificuldades.....	188
Os Efeitos da Súmula Vinculante Nº 5, do Supremo Tribunal Federal, na Sindicância Militar no Âmbito da Polícia Militar do Ceará	189
A Rotina no Trâmite de Documentação Interna da Polícia Militar do Ceará Como Fator Prejudicial ao Princípio da Oportunidade	190
Gestão de Contratos Administrativos como Fator de Eficiência e Eficácia da Administração no Âmbito da PMCE	191
A Capacitação do Policial Militar para Condução de Viaturas Operacionais tipo Hilux da PMCE como Vetor de Redução nos Acidentes de Trânsito e nos Gastos ao Erário Público	192

O Papel Pedagógico da PMCE na Prevenção Primária como Fator de Diminuição da Criminalidade: Uma Proposta Sistêmica e Cidadã	193
Contribuição da Polícia Militar do Ceará no Combate a Poluição Sonora No Âmbito Estadual.....	194
A Importância do Inquérito Policial Militar na Persecução Criminal Sob a Ótica da Justiça Militar do Estado do Ceará.....	195
A Otimização no Emprego do Efetivo da Polícia Militar do Ceará na 2ª Companhia de Polícia de Guarda	196
O Papel da Polícia Militar do Ceará no Isolamento e Preservação de Locais de Crime: Normatização e Instrução Efetivas como Instrumentos Promotores de Conscientização Profissional	197
Motivação e Valorização Profissional dos Soldados no Âmbito do 8º Batalhão da Polícia Militar do Maranhão.....	199
REFERÊNCIAS.....	201

INTRODUÇÃO

Este catálogo é, antes de tudo, um registro histórico que tem como objetivo catalogar as 147 monografias produzidas pelos oficiais alunos do Curso Superior de Polícia Militar, no período de 2000 a 2009, na Academia de Polícia Militar Gen. Edgard Facó, exceto no ano de 2009, quando o curso foi realizado no colégio da Polícia Militar do Ceará, em Fortaleza.

A organização deste catálogo teve início ainda no ano de 2008, quando tive a grata oportunidade de participar, na condição de oficial aluno, da última turma do Curso Superior de Polícia Militar ainda realizado na extinta Academia de Polícia Militar Gen. Edgard Facó – APMGEF, localizada na Avenida Washington Soares, 999, em Fortaleza. Durante o curso, foram iniciadas as buscas pelas monografias disponibilizadas no acervo da Biblioteca e, durante a pesquisa, foi constatado que nem todas as produções acadêmicas estavam inclusas no acervo. A ideia inicial surgiu da necessidade de fazer o registro histórico de parte da produção dos oficiais alunos da Academia Gen. Edgard Facó. Essa tarefa exigiu a completa identificação de todos os títulos e dos seus respectivos autores, bem como a busca das cópias dos trabalhos vacantes, a fim de propiciar futuras pesquisas no conjunto de obras completo. É necessário registrar toda a dedicação e esmero do Sgt. Florêncio Pereira Soares que prestou valiosa contribuição, ao disponibilizar os trabalhos para reprodução, além da sua direta colaboração na elaboração das cópias.

A opção por utilizar o padrão *arial* 12, sem espaçamento, teve por objetivo dotar o catálogo de leitura mais leve, de agradável manuseio e, ao mesmo tempo, remeter o leitor ao padrão do modelo utilizado nas monografias, e a sua identificação com os textos acadêmicos. Em algumas monografias os resumos foram editados com espaços diversos e outros até com parágrafos, os

quais tiveram que ser modificados, para dar uniformidade ao trabalho de catalogação.

Com o fim da estrutura da antiga academia em 2009, que deu lugar ao Centro de Eventos do Ceará, as obras da biblioteca da APMGEF foram alocadas numa sala do Quartel do Comando Geral para, posteriormente, serem transferidas para o Instituto Histórico da PMCE - IHCPM, situado no quartel do 5º Batalhão, no Complexo Administrativo Operacional, localizado no centro de Fortaleza, na Rua Antônio Pompeu, s/n, Praça José Bonifácio. Ainda nas dependências do IHCPM, os trabalhos de catalogação tiveram continuidade. A pesquisa estendeu-se por vários dias até a completa organização do conjunto das monografias que ainda continuavam dispersas e sem uma catalogação que as identificasse, principalmente para facilitar pesquisas.

Boa parte dos resumos de 2001 foi digitada a partir das monografias localizadas na biblioteca do Instituto Histórico – IHCPM, quando, na oportunidade, foi possível contar com o apoio do Sr. Alex Gomes, do IHCPM, que colaborou de forma continuada para a localização dos trabalhos que estavam faltando, bem como na recuperação de vários arquivos ainda gravados em disquetes de 3½ pol., dos quais boa parte apresentava problemas. Foi necessário até mesmo recuperar informações armazenadas em um HD que apresentou defeito, sendo que, a partir do êxito na recuperação daquele *hardware*, foi possível recuperar várias informações importantes para a finalização deste trabalho.

Em consequência das mudanças realizadas ao longo do tempo, muitas monografias não foram localizadas, entretanto a situação foi contornada com a cessão de novas cópias por seus autores, depois de identificados. É louvável destacar a contribuição efetiva de oficiais como o TC Solon do CBECE, o Cel

PMCE Amárido, o Cel PMCE Alberto Oliveira e o TC PMCE Franklin, TC PMCE Geovannii, Maj PMCE Ricardo do Carmo, que gentilmente cederam suas cópias pessoais, para que a coletânea ficasse completa.

Outros arquivos com cópias de monografias foram cedidos gentilmente pelo sr. Francisco Everton Lima de Oliveira, cujo labor na formatação de trabalhos científicos permitiu que estes arquivos ainda fossem localizados e disponibilizados neste catálogo, tendo em vista a dificuldade de conseguir cópias com os autores, pois muitos oficiais alunos eram de outros estados da federação, não sendo possível manter contato com todos eles.

Na Monografia com o título A CRIAÇÃO DO CIOPS NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ, não foi localizado o resumo na respectiva produção e, para suprir essa lacuna, foi utilizada parte da introdução do trabalho como resumo da obra.

Após os trabalhos de catalogação das obras, foi possível transferir as monografias, que estavam sob os cuidados do Instituto Histórico da PMCE, para a biblioteca da Academia Estadual de Segurança Pública – AESP.

Na compilação deste catálogo, foi possível observar que, em muitas produções os oficiais alunos abordaram temas relacionados com as condições de trabalho do policial militar, com as influências a que estão sujeitos, desde a técnica mais adequada para a atividade fim, passando pela necessidade de uma melhor assistência social na organização, até a melhoria da qualificação acadêmica. Há, ainda, registros de abordagens centradas na democratização na instituição, que possui um sistema totalmente verticalizado, não permitindo práticas democráticas, sustentado pela legislação que orienta a estrutura de forma extremamente rígida. Destacam-se, ainda, temas voltados para o

desenvolvimento do olhar para o apenado, abordando as péssimas condições do sistema penal, sendo que este enfoque traduz a preocupação com o ser humano, que, mesmo sendo punido pelo corpo social, merece respeito e reais chances de reinserção no convívio social. O que se pode observar, nas produções acadêmicas catalogadas, é que essa cobrança parte singularmente de oficiais policiais militares, contrapondo-se justamente à ideia do policial militar autoritário, grosseiro, sem comprometimento com as questões sociais. Na mesma linha da necessidade de desenvolver um olhar social voltado para o público interno, algumas monografias foram conduzidas com abordagem da problemática do narcotráfico e sua influência direta na vida dos operadores de segurança, tema recorrente no cotidiano das instituições.

Têm destaque, ainda, os trabalhos vinculados à promoção de melhorias no serviço, pelas instituições policiais militares, através da adequada profissionalização de diversos segmentos da tropa. A recorrente necessidade de se inserir os fundamentos da cidadania nos estatutos dos policiais militares reforça o olhar para os valores sociais, humanitários e espirituais, considerando, ainda, a constante melhoria da qualidade de ensino através da adequada formação do corpo docente da academia.

Neste ambiente de modernização, um marco importante foi a criação dos Centros Integrados de Operações de Segurança, inicialmente no Ceará e no Pará, materializando a proposta de unificar os esforços das polícias civil e militar, além do corpo de bombeiros, na atividade de segurança pública, cuja integração favoreceria a redução da criminalidade, fato que não aconteceu. A partir deste momento, muitos trabalhos abordaram temas ligados à tecnologia como alternativas para a melhoria na prestação de serviços à comunidade.

Os trabalhos que discorreram sobre a assistência educacional proporcionada pelo Colégio da Polícia Militar do Ceará também se destacaram. Mais uma vez, esse importante tema discutido pela academia ultrapassou a condição de projeto e culminou com a sua consolidação. É necessário enfatizar, também, que os colégios militares estaduais são referência no ensino público e, no Estado do Ceará, sempre atingem destacada colocação nos conceitos de avaliação entre as instituições públicas de ensino, com reconhecimentos significativos e constantes premiações, tanto no âmbito estadual como no nacional.

Em 2001, a Academia de Polícia Gen. Edgard Facó recebeu um oficial da Polícia Nacional Boliviana, como integrante das suas fileiras de oficiais alunos, para participar do CSPM, o Tenente Coronel Guido Murillo Vilches, fato que veio reforçar internacionalmente a qualidade e o reconhecimento do Curso Superior de Polícia da APMGEF.

Foram encetadas, ainda, pesquisas com enfoque na área de inteligência, com destaque especial para a necessidade da adoção de medidas sistêmicas e modernas para o combate ao crime organizado. As monografias realizadas com temas relacionados à preocupação com o meio ambiente, mais destacadamente com a Amazônia e com ações voltadas para o combate ao crime ambiental, destacam o cuidado e o compromisso com a preservação da fauna e da flora a partir de oficiais alunos.

Também merece destaque um trabalho voltado para o serviço voluntário, nos moldes do serviço militar obrigatório, que evidencia a necessidade de substituir os postos de serviços internos ocupados por policiais militares, para a produção de um melhor serviço disponibilizado para a comunidade. O estudo aponta a possibilidade de se utilizar o modelo de serviços terceirizados para as

atividades não essenciais da Polícia Militar, o que se consolidou em 2008 e possibilitou a contratação de digitadores e auxiliares administrativos, dentre outros profissionais.

De modo geral, as monografias foram desenvolvidas a partir do conhecimento das dificuldades institucionais. Cada oficial aluno, de acordo com a sua percepção, desenvolveu sua pesquisa e explorou temas de grande relevância. Muitas monografias foram desenvolvidas a partir da necessidade de melhorias e modernização que foram consolidadas, como a plena utilização da polícia comunitária, a reestruturação das subagências de inteligência no interior do estado, o uso de recursos de tecnologia para a prestação de melhor serviço à comunidade, as ações e a orientação ao policial militar no trato com as minorias e com aqueles em situação de risco.

A monografia é, antes de tudo, um exercício, que procura despertar no aluno o pensamento científico, utilizando o modelo e as exigências da academia como pressuposto do desenvolvimento do trabalho de nível superior. O pensamento superior conduz o aluno à pesquisa e ao embasamento de suas ideias e perspectivas, sob o ponto de vista da fundamentação científica. As abordagens acadêmicas aqui registradas refletem a importância da qualificação profissional e a formação humana e demonstram que, antes de tudo, o homem é filho de seu tempo histórico, pelas perspectivas e pelos temas abordados a cada ano.

Por fim, pela tradição da APMGEF, os oficiais alunos indicavam três temas de livre escolha como opção para o trabalho final do curso, para somente um ser escolhido pelo diretor da academia e pelo comandante geral. Por ocasião da defesa de cada monografia, o oficial aluno apresentava-se diante de uma banca examinadora formada por três autoridades no assunto

abordado, geralmente composta por professores mestres e doutores da UFC, da UECE, da UNIFOR, além de juízes, procuradores, advogados e oficiais da PMCE e de outros Estados, que sabatinavam o aluno, pois, além do trabalho escrito, era necessário fazer a defesa oral da pesquisa, reforçando, dessa forma, seu conhecimento sobre o assunto. As apresentações eram realizadas diante de uma seleta plateia formada por convidados e por oficiais alunos dos diversos cursos realizados na APMGEF e, ainda, por alunos oficiais do Curso de Formação de Oficiais. As pesquisas são de alto nível, como os trabalhos acadêmicos realizados nas universidades, até porque os oficiais alunos, além de bacharéis em Segurança Pública, são portadores de outros diplomas de cursos de nível superior realizados nas mais variadas universidades do país.

A diversidade dos temas tem relação direta com problemas sociais não solucionados pelo poder público. Mesmo sendo amplamente explorados e debatidos pela comunidade acadêmica, apesar de todos os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, ainda permeiam no seio da sociedade e seguem com acentuado agravamento em pleno século XXI.

Concluído o trabalho de catalogação a que nos propomos, esperamos que esta obra seja utilizada como referência para os pesquisadores e os alunos dos diversos cursos realizados nas academias do Brasil, bem como para os demais interessados em conhecer o pensamento acadêmico da APMGEF. Boa leitura!

Observação: Conservou-se a originalidade dos textos.

O organizador

CAPÍTULO I

2000

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PARA OS POLICIAIS MILITARES

Lindemberg **ABEL** do Nascimento - Ten Cel PMAP

WALCYR Alberto Costa Santos - Ten Cel PMAP

Fortaleza - CE

CSP julho, 2000

RESUMO

Este trabalho tem por tema Direitos Humanos e Cidadania Para os Policiais Militares, e encontra-se assim desenvolvido: Destaca inicialmente uma análise da origem do Direito, considerando as doutrinas que teorizam o direito natural e o direito de costume, perpassando pela necessidade do homem viver em sociedade, o que significa limitação de tais direitos. A pesquisa procura analisar, por um lado, as questões jurídicas que impedem o pleno exercício da cidadania e o gozo dos Direitos Constitucionais do policial militar, buscando na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Federal, nos Regulamentos Disciplinares e no pensamento de juristas renomados. Antes de se abordar as limitações do policial militar para exercer seus direitos como cidadão, é apresentado o conceito de cidadania, o que serve de parâmetro para avaliar as dificuldades desse profissional para se manifestar no meio social. É fator de grande importância a opinião da imprensa, por sua influência, na sociedade sobre o que pensa ou qual o conceito que se tem sobre o policial militar. Também fundamental a visão que têm sobre sua profissão e seus companheiros de farda. Estes fatores contribuem para o trabalho monográfico, a fim de que se possa observar os mais variados pontos de vista, de onde se possa avaliar sobre a possível existência de discriminação na forma subjetiva. Trata-se de um trabalho de pesquisa que não busca apenas a existência de inconstitucionalidades impostas aos Policiais Militares, mas também de uma análise profunda das questões restritivas de direitos que continuam renegadas e que têm se mantido como paradigmas dentro e fora da vida de caserna.

CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE SERVIÇO ASSISTENCIAL NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA

Rubens Inácio Soares de **ALENCAR** - Cel PMPB

José Silva **ROCHA** - Cel PMPB

Fortaleza - CE

CSP julho, 2000

RESUMO

A ação social tem como objetivo promover a assistência aos seres humanos, através de projetos e programas que abrangem: educação, saúde, habitação, lazer, inclusive assistência jurídica, religiosa e psicológica. É verdade que os serviços assistenciais têm alcançado significativo desenvolvimento em algumas áreas de sua atuação, entretanto, bem mais há a se realizar, em termos de assistência social aos segmentos mais carentes da sociedade, de todas as regiões do País. Enfocou-se a interpretação dada no passado à assistência social e a que se tem na atualidade em algumas organizações públicas e privadas, salientando-se as diferentes motivações que as determinam. Entretanto de modo geral, tem sido concebida como fonte de motivação. É preciso que se conscientize assistência social como um direito do ser humano, como expressão sensível de sua valorização pessoal, porquanto ele se constitui o fator mais significativo de toda e qualquer organização. Além da citação de alguns autores que reflexionam sobre o homem e sua essência global e a importância dele em sua interação com e nas organizações, apresentaram-se alguns exemplos marcantes da realidade, demonstrando a viabilidade de construir-se um modelo assistencial eficaz e eficiente, por isso capaz de gerar produtividade, bons resultados às organizações, até àquelas que buscam alta lucratividade financeira, mas que são conscientes de que o seu maior investimento é oferecer a seus recursos humanos condições de vida compatíveis com sua dignidade. Conscientes também, de que o ser humano – seu potencial de trabalho – é o bem de capital maior da organização. As etapas da elaboração deste trabalho, e particularmente a pesquisa realizada, reforçaram a conclusão de que é preciso, indispensável que a Polícia Militar do Estado da Paraíba, urgentemente, repense a sua política assistencial e envide esforços significativos, a fim de que seja viabilizado a seu efetivo e seus dependentes um modelo assistencial que valorize o homem, o cidadão e o policial.

CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS – UMA PROPOSTA

Belizário da Silva **SALDANHA** Vasconcelos - Ten Cel PMPA
José Maria de Oliveira **SIROTHEAU** - Ten Cel PMAM
Fortaleza - CE
CSP julho, 2000

RESUMO

Este trabalho monográfico apresenta um estudo que em sua essência aborda a segurança pública, com referencial teórico em alguns ângulos que fundamentam a nova ótica acerca deste problema, preocupação da maioria da sociedade brasileira. Apresenta comentários sobre aspectos dos desafios impostos pela globalização às organizações policiais, com o advento da visão holística, bem como acerca do novo papel desempenhado pelos recursos humanos nas organizações. Decorrente dessa valorização, o despertar à necessidade de investir na qualificação dos indivíduos, fator relevante na produtividade e eficiência das organizações. Em todo seu contexto, o destaque essencial direciona-se à educação, formação e capacitação daqueles que integram a Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, pela concepção inovadora de que eles constituem o verdadeiro diferencial nos processos, métodos e técnicas que visam à segurança pública. O estudo e a análise dos pontos mais relevantes, conduziram à conclusão de que há urgência na adoção de medidas que priorizem e privilegiem a qualificação dos profissionais de segurança pública, caso se deseje realmente caminhar a médio e longo prazo para a solução deste crucial problema nacional.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

Hipólito Ramos **FRANKLIN** - Ten Cel PMPi
FÉLIX Coelho Bezerra - Ten Cel PMPA
Fortaleza - CE
CSP julho, 2000

RESUMO

O presente trabalho “A Democratização da Polícia Militar” identifica-se com a modernização ou reforma desta Instituição. Trata-se, pois, de um processo e como tal alinha em seu bojo as questões e os debates em pauta, ao lado de propostas consequentes dessas discussões. Assim, foram estabelecidas duas linhas dessa conduta repensadora de uma nova corporação militar, aparentemente mergulhada em profunda crise. Na primeira corrente, a ênfase foi assinalada nos questionamentos que propunham estratégias de comportamento funcional dos militares. Antes, porém, de aferir essa abordagem, foram levantadas preliminares da maior importância, como questões de Democracia, isto é que as envolve, “*exempli gratia*”, os direitos humanos, na cidadania, e a capacitação dos militares, como operadores dessa dignificante missão, ainda muito distante e deixando sobremaneira a desejar; essa mudança de mentalidade que deve somar a uma imagem positiva, mas autêntica da missão militar, desvelando a seriedade e o compromisso de seus dirigentes vocacionados ao bem do homem comum; para tanto se faz necessária uma ideologia, apanágio final, para o forte da Polícia Militar, que é a proteção dos cidadãos. Após o que, iniciam-se as estratégias com “o combate às pequenas transgressões” para se evitar o mal maior; sem fugir a essa regra de “tolerância zero”, “o pacote neworkeano, voltando a polícia para a comunidade e dela recebendo apoio da iniciativa privada, no fechamento da “ideologia do preciosismo.”

A CIDADANIA DO POLICIAL MILITAR FACE À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

José **ALVES DE LIMA** - Cel PMAM

José **BERNARDO** da Encarnação Neto - Ten Cel PMAM

Fortaleza - CE

CSP julho, 2000

RESUMO

O tratamento díspar, a contemplar os policiais militares, seja através de preceitos constitucionais, ou leis ordinárias, seja por intermédio de decisões pessoais, no que concerne aos direitos dos militares dos Estados, sobretudo a remuneração superior do trabalho noturno, limites da jornada de trabalho, remuneração do serviço extraordinário e redução dos riscos inerentes ao trabalho, despertaram o interesse para esta problemática. Como consequência dos direitos cerceados, os militares dos Estados são submetidos a extensas jornadas de trabalho, o que caracteriza exploração da força laborial, pois lhes são negados direitos assegurados a todos os demais servidores públicos, fato que contribui para que os membros das polícias militares deixem de exercer a cidadania em sua plenitude. É importante que fundamentos da República Federativa do Brasil, como a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho insculpidos na Lei Maior, sejam permanentemente perseguidos, a fim de que possam ser concretizadas, também nas instituições policiais militares, essas premissas do Estado Democrático de Direito. O objetivo da pesquisa é exatamente o de analisar o exercício da cidadania do policial militar face a legislação trabalhista, considerando a supremacia dos mandamentos constitucionais que envolvem a questão, mas que, resguardando o respeito à ordem jurídica da Nação e às autoridades constituídas, tratando esses profissionais, guardiães da sociedade, como cidadãos de 2ª classe. Dessa forma, buscou-se conceituar a cidadania, abordando a sua abrangência, fazendo-se incursões pelo Direito do Trabalho, com seus princípios constitucionais gerais e específicos e comentários acerca de dispositivos constantes da Consolidação das Leis do Trabalho (C. L. T.). Parte dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, estabelecidos na Carta Magna, é extensiva aos servidores públicos, como os anteriormente citados. Aos militares dos Estados, entretanto, esses direitos foram e são negados, expondo uma situação negativa de desigualdade e discriminação. As pesquisas bibliográficas e as entrevistas com policiais militares, autoridades e estudiosos, constituíram-se subsídios importantíssimos para a realização deste estudo, possibilitando a reflexão e a indicação de caminhos, alguns, inclusive, já trilhados, mas que precisam ser persistentemente percorridos, na busca de

condições de trabalho mais justas e mais dignas. Como uma das contribuições das pesquisas, foram elencadas opiniões de policiais militares manifestadas nos questionários, refletindo um relacionamento bastante conflituoso, quase antagônico, entre superiores e subordinados, fato merecedor de medidas urgentes, no âmbito das Instituições, a fim de que o clima organizacional se torne harmonioso e possibilite, a todos, indistintamente, maior satisfação no ambiente de trabalho.

UMA VISÃO CRÍTICA DA PENITENCIÁRIA DE PEDRINHAS NO ESTADO DO MARANHÃO

Raimundo **COSTA** Araújo - Ten Cel PMMA
Edmilson da Silva **SALDANHA** - Ten Cel PMMA
Fortaleza - CE
CSP julho, 2000

RESUMO

A liberdade é o bem maior que o homem possui, depois da vida. Nada é mais degradante para o ser humano, que ver-se de repente privado de sua liberdade, maltratado, humilhado e privado do aconchego de seus entes queridos. O enfoque deste trabalho, é a abordagem dos principais aspectos que envolvem hoje, as questões carcerárias no nosso país, em particular da Penitenciária Agrícola de Pedrinhas. Em primeiro lugar, a negatividade da pena de prisão em regime fechado, que poderia muito bem ser substituída por uma medida alternativa prevista na resolução nº 45.110, de 14 de dezembro de 1990, aprovada pela Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), que aprovou e adotou as Regras Mínimas das Nações Unidas sobre as medidas não privativas de liberdade, que ficaram conhecidas como Regras de Tóquio. Também, se os juízes das varas de execução acompanhassem os apenados, conforme reza a Lei de Execução Penal (LEP) e a eles fosse dado o direito temporal, de suas penas, muitos que estão presos, há muito deveriam estar soltos, cumprindo o livramento condicional, de acordo com as leis penais. Somente a execução desses dois procedimentos já resolveria um outro problema penitenciário: o da superlotação. Este, também abordado neste trabalho, é outro grave problema da Penitenciária de Pedrinhas e o principal responsável por atos de vandalismo, rebeliões e outros constantes atritos entre a população carcerária daquele presídio e sua administração. Outro assunto de relevância citado foi a laborterapia, fator de real importância para a recuperação do preso e de sua ressocialização, para a volta ao convívio social. A assistência ao apenado se constitui em outro fator preponderante para a ressocialização do preso, principalmente a assistência dada ao egresso, que se vê de repente em liberdade física, mas ao mesmo tempo, no cativo da discriminação social, que a ele tudo nega, principalmente o emprego, algo de que precisa para o sustento próprio e da família. Neste momento sem outra opção, volta a delinquir e, em conseqüência, retorna à prisão, transformando-se em círculo vicioso.

A POLÍCIA MILITAR E O NARCOTRÁFICO

Antônio **TAUMATURGO** Ribeiro Granjeiro - Ten Cel PMCE

MARCOS Antônio Wismann - Ten Cel PMAC

Fortaleza - CE

CSP julho, 2000

RESUMO

Não temos dúvida da dimensão do problema que abrange o tráfico e uso de drogas. Infelizmente nossas Instituições Policiais Militares não estão imunes a esse grande mal que atinge toda a humanidade. Hoje, no seio da tropa já há o usuário de droga e até o narcotraficante pode ser encontrado, conforme nos revelou a pesquisa de campo. Para chegarmos à conclusão deste trabalho, fizemos uma abordagem sobre “Drogas” mostrando a capacidade do homem, único ser pensante, em produzir mudanças, enfrentar problemas, mas, impotente diante do mais antigo problema que atinge a humanidade, a droga. Após algumas definições fizemos um resumo histórico das drogas, encontramos dados da mais antiga droga conhecida no mundo, a cafeína data sua descoberta de 700.000 anos (Idade da Pedra). Os aspectos farmacológicos também citados com a classificação e categoria das drogas e seus efeitos sobre o usuário. Devido o avanço descomunal da produção, tráfico e consumo de drogas, foram adotadas medidas de combate ao Narcotráfico a nível mundial e, especialmente no Brasil, onde foram implantados os Projetos Calha Norte e SIVAN e instalada a proveitosa CPI do Narcotráfico, nacionalmente reconhecida como tal pelos resultados apresentados. Algo sobre viciados e prevenção ao vício não poderiam estar fora da nossa abordagem. O narcotraficante sempre foi e é problema para as Instituições Policiais, complicando ainda mais o quadro, quando esse traficante está dentro da Corporação. O ingresso do civil e do Policial Militar no narcotráfico também foi estudado.

PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS NO DESEMPENHO DA VIDA PROFISSIONAL DO SOLDADO POLICIAL MILITAR NO ESTADO DO CEARÁ

Nilton de Carvalho **SAISSE** - Ten Cel PMDF

ZARLUL Kalil Filho - Ten Cel PMCE

Fortaleza - CE

CSP julho, 2000

RESUMO

O presente trabalho, de cunho acadêmico, teve por finalidade verificar as influências na carreira profissional do Soldado Policial Militar. O objeto de estudo foi o Soldado Policial por se constituir na base operacional da corporação como um todo. As influências pesquisadas dizem respeito ao processo de seleção e treinamento, anseios, relacionamento interpessoal, ambiente de trabalho e clima organizacional. Nele são tratados e apontados diversos assuntos pertinentes ao tema como as necessidades: de segurança, sociais, estima e de auto-realização, sem falar das necessidades básicas que advêm substancialmente da fonte geradora de bem que o profissional possui. A questão em pauta levantada é a de se dar a atenção mencionada ao Soldado Policial Militar como principal recurso para o desenvolvimento eficaz das missões da corporação. Para que isto seja conseguido não se poderia esquecer as três influências iniciadoras da vida profissional daqueles que ingressam na corporação. Então pode-se afirmar que a soma dos quatro aspectos: a motivação para as tarefas, recrutamento, seleção e treinamento recaem na atividade da Administração de Recursos Humanos (ARH).

ABORDAGEM POLICIAL MILITAR, MUDANÇA DE PARADIGMA

Carlos **ALBERTO de OLIVEIRA** - Ten Cel PMCE
Romário **CÉLIO** Barbosa Gonçalves - Maj PMAC
Fortaleza - CE
CSP julho, 2000

RESUMO

As Polícias Militares têm como missão constitucional a manutenção da ordem pública. Para cumprir esse papel, além do policiamento ostensivo normal, ela também necessita as vezes agir de maneira repressiva, efetuando principalmente os mais diversos tipos de abordagem. Com a experiência que temos, adquiridas em duas décadas de caserna, vemos com clareza a grande deficiência dos nossos policiais militares ao efetuarem uma abordagem. As pessoas, em sua maioria, queixa-se da maneira pela qual foram abordadas. Vêm-se também abordagens inadequadas, o que vem ocasionando verdadeiras tragédias no seio da sociedade e também no contingente policial militar, tendo como produto final mortes que poderiam ser evitadas. As abordagens hora postas em prática pecam pela ausência de doutrina, precisando assim, e em caráter de urgência, de uma renovação e atualização, pois em qualquer polícia do mundo uma “boa abordagem” é sinônimo de boa prestação de serviço. Nossa intenção é desprovida de vaidade e busca tão somente contribuir para a melhoria técnico-jurídico-operacional das nossas corporações. Por isso, esperamos que essa monografia sirva de subsídio às disciplinas de Técnica Policial Militar, ministrada nos cursos regulares das nossas Corporações. Além dos alunos dos diversos cursos de formação visa também alcançar a todos os policiais que realmente executam a missão precípua da polícia militar que é o **policiamento ostensivo**, em especial na polícia militar do Ceará e do Acre!

Os autores.

A TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

Antonio **WALBERTO** Gadelha – MAJ PMCE

AMARÍLIO Francisco Moura de Melo – MAJ PMCE

Fortaleza - CE

CSP julho, 2000

RESUMO

A capacidade de adaptação a uma nova realidade não é só característica das organizações privadas, mas essencialmente da administração pública. Aquela visa ao lucro e para isso, precisa constantemente estar em harmonia com as tendências do mercado e o comportamento da concorrência. A administração pública, por sua vez, objetiva ampliar as receitas e coordenar as despesas de modo a cumprir os compromissos governamentais de forma mais eficiente e eficaz possível, dentro do que a Lei permitir e das técnicas administrativas mais comprovadamente aceitas e testadas. Assim, a terceirização para o setor público, no Brasil, surgiu como uma alternativa administrativa capaz de aliviar a máquina estatal, racionalizando o emprego de meios e recursos para concentrar-se fundamentalmente na atividade-fim, ou seja, proporcionar a satisfação dos anseios da coletividade. A terceirização de serviços não essenciais na Polícia Militar do Ceará, assim como já o fazem outras Corporações do Brasil, seria a nosso ver, uma alternativa eficiente de proporcionar um maior rendimento da atividade operacional, através de um melhor aproveitamento dos policiais militares na atividade-fim, passando a terceiros aquilo que não constitui atividade típica de policiamento. Para o Estado do Ceará, a manutenção de um policial militar que não exerce a atividade de policiamento ostensivo significa prejuízo, não só financeiro, mas principalmente na segurança pública, pois sabemos da carência de efetivo na Corporação para fazer frente a crescente demanda dos serviços, o que de certa forma provoca instabilidade social pela ação cada vez mais constante de delinqüentes que, sabendo da ausência da força policial, agem livremente, causando pânico e terror na população. Portanto, otimizar o potencial humano da Corporação através de ações concretas e eficazes é, no momento de crise financeira e institucional por que passa a administração pública, a solução mais urgente e oportuna para se minimizar a carência de efetivo e proporcionar maior sensação de segurança na comunidade.

SUICÍDIO ENTRE POLICIAIS-MILITARES: QUAIS OS FATORES ESTRESSANTES?

Antônio Durval da Matta **ANAISSI** - Ten Cel PMDF

JOSELINO Lopes Ramalho - Ten Cel PMDF

Fortaleza - CE

CSP julho, 2000

RESUMO

Ao desenvolver-se o presente trabalho foram vistas noções básicas sobre estresse e suicídios, como forma de enquadrar o leitor em um marco conceitual. Foi feita uma abordagem às situações de algumas polícias nacionais e internacionais, com ênfase maior nas polícias militares do Ceará e do Distrito Federal. Através de um questionário misto, aplicado a uma mostra de duzentos e quarenta policiais-militares, verificou-se: o nível de estresse individual, alguns aspectos da situação socioeconômica dos sujeitos, quais os fatores estressores de maior relevância na eclosão de um estado de estresse, assim como foram compiladas as principais sugestões para a prevenção do estresse e, conseqüentemente, do suicídio. Por fim, fica demonstrada a necessidade urgente de adoção de medidas preventivas e de reforço às medidas corretivas, uma vez que, a imagem de nossas instituições se vê ameaçada, pois vidas estão sendo perdidas, quando poderiam estar sendo melhor aproveitadas e direcionadas, para a otimização dos serviços de segurança pública em nossa sociedade.

INTEGRAÇÃO: UMA SOLUÇÃO PARA O SISTEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

EDSON Nestor Ferreira da Silva - Ten Cel PMPA
Francisco **CÉSAR LOPES** - Ten Cel PMPI
Fortaleza - CE
CSP julho, 2000

RESUMO

Estudo e reflexão sobre segurança pública, visando identificar os fatores que interferem na qualidade de sua produtividade, destacando algumas propostas para o equacionamento de seus problemas, e possíveis caminhos à conquista da paz e segurança desejados pela sociedade brasileira. O assunto é muito vasto, suporta diversos ângulos e enfoques, mas houve neste trabalho a preocupação de produzir uma reflexão mais direcionada à integração, com a expectativa de que pudesse constituir-se o caminho mais viável à solução dos problemas gerados pela deficiente atuação das organizações a quem compete propugnar pela segurança do cidadão e de seu patrimônio. Os dados obtidos através da pesquisa salientaram a credibilidade, que grande parte dos entrevistados depositam na implantação da integração como doutrina, prevista pela legislação e empregando mecanismos que conscientizem a sociedade da necessidade de organizar-se nessa luta; bem como a participação de todos os poderes, desde que conformados ao binômio independência da polícia e legitimidade da participação da população na construção da segurança.

CAPÍTULO II

2001

O CIOPS COMO FATOR DE MELHORIA DA OPERACIONALIDADE NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ – UMA ANÁLISE CRÍTICA DE SUA UTILIZAÇÃO

Elcio **HARDOIM** - Cel PMMT
José William **SOLON** de Paula - Ten Cel BMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

Um dos temas mais discutidos neste momento é o papel da Polícia na defesa da população. O Estado do Ceará modificou o seu perfil de segurança pública, integrando as ações das polícias civil e militar (PMCE), implantando o Centro Integrado de Operações de Segurança - CIOPS, e dando início ao Projeto do Distrito Modelo. Embora o sistema de segurança desenvolvido pelo Estado represente, de fato, um avanço na luta contra a violência, o índice de criminalidade em Fortaleza continua aumentando, mostrando que o sistema ainda não é totalmente eficiente. Este estudo desenvolveu-se dentro da atual estrutura de segurança pública do Estado do Ceará, mais precisamente da SSPDC, através do CIOPS e da PMCE. Seu objetivo consistiu em verificar se as Unidades Operacionais (UOps) estavam utilizando métodos científicos para o planejamento operacional e, ao final, propor formas de superação dessas possíveis dificuldades.

ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL NA PMCE: O PAPEL DESEMPENHADO PELO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ.

Pedro **MARCÉLIO** da Silva - Ten Cel PMCE
João **CLYWTON** Viana Martins Júnior - Ten Cel PMCE
José **SOARES** Dias - Ten Cel PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

O Colégio da Polícia Militar do Ceará, a Assistência Educacional na PMCE: o Papel desempenhado pelo o CPMCE, apresenta a visão histórica do colégio da PMCE descrita desde sua criação, origem e evolução, enfocando as propostas pedagógicas, com suas missões, objetivos, filosofia e um plano de ação pedagógica. A trajetória histórica da educação brasileira está exposta, onde enfatiza-se o sistema nacional de ensino e a sistemática de Ensino Público. Aborda-se também a postura do Colégio da Polícia Militar do Ceará como estratégia social, o qual se observa a função social da escola, colocando a família como cerne da formação e transformação social. A análise e interpretação dos dados discorre opinião sobre o colégio, o conhecimento demonstrado pelo professor, as atividades que gostam mais no CPMCE, o que modificaria no colégio, a opinião, se o ensino contribui para a formação humana, qual a qualidade do ensino oferecida no CPMCE com relação ao corpo discente e docente, e quanto aos professores precisam qualificar-se melhor, objetivando a melhoria da qualidade de ensino, como também os problemas e dificuldades mais comuns que colégio enfrenta atualmente, e finalizando apresenta-se as sugestões e propostas para o perfeito funcionamento do CPMCE no contexto educacional de nosso Estado.

ESTATUTO DOS MILITARES DE SERGIPE: UMA PROPOSTA CIDADÃ.

Manoel Messias **DOS ANJOS** - Ten Cel PMSE
Roberto **BASTOS** Vasconcelos - Ten Cel PMSE
José **PÉRICLES** Menezes de Oliveira - Ten Cel PMSE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

Inserções dos fundamentos da cidadania no conteúdo do Estatuto dos Militares do Estado de Sergipe. Questiona as relações intramuros na empresa Polícia Militar. Focaliza a cidadania como princípio fundamental do estado democrático de direito, explorando o conteúdo do texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Insere nesse contexto a importância de se estender os valores sociais, humanitários e espirituais à formação básica do policial-militar. Mensura, através de pesquisa de campo, o sentimento de cidadão do contingente da Instituição Policial do Estado. Levanta considerações acerca da necessidade de se acompanhar as novas concepções administrativas por parte da corporação militar, que deve adotar o planejamento prospectivo. Apresenta, finalmente, como proposta, um esboço de um anteprojeto do Estatuto dos Militares do Estado de Sergipe.

A DISCIPLINA DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA NO CURRÍCULO DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO) DA PMCE: UMA ANÁLISE CRÍTICA.

José Lucimar de **OLIVEIRA** - Cel PMPI
PAULO CÉZAR Lima de Souza - Ten Cel PMPI
Guido **MURILLO** Vilches - Ten Cel PNBOL
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

O trabalho técnico-profissional tem por tema “A Disciplina Direitos Humanos e Cidadania no currículo do Curso de Formação de Oficiais (CFO) da PMCE: Uma Análise Crítica”, e encontra-se assim desenvolvendo: preliminarmente, empreendeu-se viagem histórica a respeito de Direitos Humanos, considerando os conceitos, características, geração e sua importância para a vida da sociedade. A seguir, discorreu-se acerca de cidadania, adentro ao conceito, à conquista desta pelo cidadão, passando pelos artigos da Constituição Cidadã, que tratam dos princípios fundamentais, dos direitos e deveres individuais e coletivos. A Polícia Militar recebeu um enfoque histórico, com destaque dentro dos textos constitucionais de 1946, 1967 e 1988, e seu interagir com os Direitos Humanos; o que tem feito em favor dos seus integrantes na praticidade do exercício pleno da cidadania. A Polícia Militar do Ceará compromissada com a segurança do cidadão cearense a mais de século e meio mereceu atenção especial, por seu desvelo, ao longo desses 72 anos, com a Academia de Polícia Militar, órgão responsável pela formação, aperfeiçoamento e capacitação de mentalidades críticas e operosas. A Polícia Nacional da Bolívia, instituição de caráter militar, mantenedora da ordem pública no país vizinho e amigo, foi contemplada com capítulo V, onde se abordou sobre Direitos Humanos e a inclusão destes no currículo do curso de formação dos oficiais Polícia Nacional Boliviana. Ao final, após análise de questionários e das entrevistas com oficiais da PMCE, sugeriu-se alteração na carga horária da disciplina Direitos Humanos e Cidadania, reformulação nos conteúdos programáticos, inclusão da disciplina no 1º e 3º ano/CFO, levando-se em consideração a importância da matéria na formação humanística dos futuros bacharéis em segurança pública da milícia cearense e de outras co-irmãs.

A QUALIFICAÇÃO PEDAGÓGICA DE INSTRUTORES PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA.

ANTONIO José Pinto- Maj PMMA
Marco Antonio **ALVES** da Silva - Maj PMMA
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

Trata-se de uma abordagem de caráter técnico-científico sobre a problemática do exercício da atividade docente na Polícia Militar do Maranhão, analisando os seguintes aspectos: abordagem sobre a evolução do ensino da PMMA, descrevendo de forma objetiva como se deu o surgimento e evolução do ensino de formação na corporação; aborda-se a cultura policial militar e seus aspectos educacionais, enfocando a necessidade em romper com os modelos impostos por ideologias; a importância do processo de habilitação e capacitação de docentes na PMMA, considerando que se constitui a principal ferramenta de mudanças e qualidade na instituição; enfoca-se o caráter da seleção e de avaliação dos oficiais para atuarem como instrutores, sob a ótica da cientificidade do processo e suas vantagens para a instituição; por último, realiza-se uma análise de pesquisa de campo, visando a comprovação da situação na qual se encontra a qualificação e atuação pedagógica dos instrutores na Polícia Militar do Maranhão, compreendendo uma amostragem de 74 sujeitos de um universo de 78, realizada através de questionários mistos, entrevistas e análise de dados através de modelo estatístico-matemático, onde os resultados dos dados convalidaram as hipóteses, concluindo que a formação pedagógica dos instrutores na PMMA está distante das expectativas da corporação, causando prejuízos e reflexos negativos na atividade profissional; por fim é apresentado em forma de propostas, sugestões para melhoria dessa formação para a Polícia Militar.

DESCENTRALIZAÇÃO DA FORÇA TÁTICA, COMO COMPLEMENTO DAS DEMAIS MODALIDADES DE POLÍCIAMENTO

Geraldo Gomes **GUIMARÃES** - Ten Cel PMGO
GILBERTO Alves de Carvalho - Ten Cel PMDF
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

Nova Estratégia Operacional das Polícias Militares de Goiás e do Distrito Federal, frente aos caos da criminalidade. As táticas de combates são utilizadas desde a antiguidade nas lutas bélicas. As polícias militares, oriundas das guardas das capitanias hereditárias e da definitiva criação por D. João VI, da Guarda Real de Polícia da Corte, tiveram inicialmente a missão de proteção do Estado, porém com a nova ordem instituída pela mudança do governo militar para o civil, bem como da Constituição de 88, tem agora a missão de promover o bem estar e a segurança do povo. Atualmente, com a insipiência e até ineficácia da engenharia do policiamento ostensivo, nas modalidades normais ou regulares, percebe-se a necessidade de complementar tal policiamento com um processo de descentralização da força tática (Batalhão de Operações Especiais), inserindo pequenos grupos táticos no policiamento diário da maioria das unidades com responsabilidade por área. Desta forma, abordamos inicialmente o histórico e evolução das instituições policiais militares, o seu papel perante a sociedade e segundo a legislação vigente. Relatamos também a origem e evolução, bem como funções e características das forças táticas, analisando a capacidade técnica de se apresentar estrategicamente descentralizada, como resposta dos problemas levantados. Questionamos a estratégia operacional, ora aplicada, sob a ótica da visão sistêmica e da descentralização do poder, para fazer frente às demandas criminais. Enfatizamos os aspectos gerais da violência, o crescimento de fatores que alteram a sensação de segurança pública, demonstrando a necessidade real de acompanharmos as evoluções sociais com ações estratégicas novas para fazer frente aos novos desafios, integralizando todas as modalidades de policiamento, com avaliação efetiva da produtividade e da satisfação da comunidade; cliente que recebe nossos serviços.

A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA ANTE OS DESAFIOS NO NOVO SÉCULO -ENFOQUE NO CEARÁ-

Francisco **SÉRGIO** de Souza Costa - Ten Cel PMCE
Luiz Napoleão **FEITOSA** - Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

A presente pesquisa pretende abordar, cientificamente, os assuntos ligados ao crime organizado, desde o histórico da atividade da inteligência, como importante ferramenta para combatê-lo, tomando-se por base as estatísticas registradas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do Ceará a partir de 1997. Expõe-se o modelo preconizado pela Secretaria, ante os desafios da globalização, os números do crime organizado no mundo e no Brasil, com o fito de desarticulá-lo no Ceará, detectando suas características inovadoras do século XXI. Por fim, propõe-se empregar mecanismos globais para atuação local, objetivando a adoção urgente de medidas sistêmicas e modernas, não se perdendo de vista a prioridade que se deve dispensar à atividade de inteligência em forma de propostas, e sugerindo políticas estratégicas como instrumento que busque o sucesso que se deseja alcançar na atividade policial.

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS PARA A OPERACIONALIDADE EFETIVA DA PMCE

WERLEY Sales Pinheiro - Ten Cel PMCE

Carlos Alberto **SERRA** dos Santos - Ten Cel PMCE

Fortaleza - CE

CSP julho, 2001

RESUMO

A importância do desenvolvimento dos recursos humanos para uma operacionalização efetiva da Polícia Militar do Ceará, apresenta-se os diversos subsistemas da Corporação, fazendo uma avaliação sistêmica, mencionando os diagnósticos das dificuldades ao exercício de um efetivo serviço público e esclarecendo o que seja o Centro Psicossocial da Instituição Policial Militar. Em primeira análise, a avaliação sistêmica da Polícia Militar, fala-se do seu ambiente de trabalho, quer seja no público interno (Oficiais e Praças), quer seja no público externo (comunidade). Mostra-se que o ambiente interno tem muita influência para o bom desempenho da missão Policial Militar, pois também, é o reflexo da extensão dispensada ao tratamento com a comunidade em geral. O Policial Militar é o objetivo maior de credibilidade e confiabilidade perante a sociedade, representando assim a organização Policial Militar como um todo. Para que este profissional de segurança pública desenvolva uma boa qualidade na prestação do serviço público, é necessário que ele tenha um suporte adequado nos diversos setores, isto é, que ele seja apoiado pelos subsistemas: estrutural, tecnológico, psicossocial e pela gestão da Instituição. Ressalta-se que esses ingredientes, aliados à motivação e os outros fatores de alta-estima, fazem com que o policial trabalhe com mais vontade e disposição profissional. Mas, por outro lado, aparecem os diagnósticos das dificuldades ao exercício de um efetivo serviço público, onde os Policiais Militares apontam os impedimentos e as conseqüências detectadas dentro dos subsistemas da Corporação. Essa observação apontada pelos integrantes da Instituição (Praças) dentro do ambiente, desfavorece e contribui para uma baixa qualidade no rendimento profissional, necessitando assim, de mudanças, tanto comportamentais de seus membros, como também, no estruturar e tecnológico. Destaca-se a área do psicossocial da PMCE, pois o mesmo com existência do Centro Psicossocial, a gestão da Corporação deve melhorar e apoiar com recursos o referido centro, mostrando e divulgando que os Policiais Militares acometidos de doenças psicossomáticas, dependentes químicos ou alcoolismo, tenham um programa de assistência nos níveis de prevenção, objetivando recuperar e reintegrar efetivamente esses profissionais as suas atividades de segurança pública diante da sociedade.

A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS AÇÕES POLICIAIS MILITARES

Raimundo **Maia Filho** - Ten Cel PMRR
Sebastião **Quezado** do Nascimento - Ten Cel PMRR
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

O nosso trabalho monográfico começa com a síntese da história dos Direitos Humanos, onde procuramos mostrar através do surgimento do Código de Hammurabi, a preocupação dos homens daquela época em consagrar alguns direitos comuns a todos os povos. Destacamos o resumo histórico da Declaração Universal dos Direitos Humanos, hoje instrumento de maior relevância adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1948. Estendemos que o policial militar como instrumento dos direitos humanos e da cidadania, deve zelar pela correção de suas atitudes, enaltecendo ao atendimento a imparcialidade e a justiça, em tudo o que concerne ao atendimento de ocorrências. Adentramos na Violação dos Direitos Humanos nas ações policiais militares, enfatizando que tal problemática é ameaça constante à segurança e a estabilidade de um País, visto que solapa a credibilidade e a autoridade governamental. Procuramos identificar os padrões comportamentais nas ações policiais militares, de forma que eles sirvam para proporcionar o real sentimento de segurança que a comunidade anseia, atendendo desta forma suas próprias expectativas. Por fim, concluímos que a metodologia do trabalho científico mostra a fundamentação das hipóteses propostas em nosso projeto de pesquisa, através do método estatístico descritivo e inferencial, cuja as extrações dedutivas e indutivas pudessem confirmar o refutar tais hipóteses sugeridas anteriormente.

ATUAÇÃO INTEGRADA DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO FATOR DE REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

José **MATIAS** Santos Filho - Ten Cel PMSE
Claudemir **MENDONÇA** Silva - Ten Cel PMSE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

Proposta de integração entre as polícias estaduais. Apresenta-se um panorama das atividades policiais, a cultura organizacional das polícias e as propostas de mudanças para o sistema policial. Identificam-se os Estados da Federação em que suas polícias atuam de forma integrada. Enfatiza-se a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro com o seu Instituto de Segurança Pública e as suas Áreas Integradas. A Polícia Militar do Estado do Pará com as Zonas de Policiamento, Centro Integrado de Operações e o Instituto de Ensino de Segurança do Pará. A Polícia Militar do Ceará com o projeto Distrito-Modelo e o Centro Integrado de Operações Policiais. E estados da federação com pequenas ações de integração. Apresenta-se a pesquisa de campo com a análise e interpretação dos dados obtidos. Apresenta-se propostas de ações integradas para as Instituições Estaduais de Segurança Pública como fator de redução da criminalidade.

CRIAÇÃO DA COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA POLÍCIA MILITAR DO ACRE

DALZENY Silva de França - Ten Cel PMAC
Josinaldo de **OLIVEIRA** - Maj PMAC
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

Proposta para criação de uma Unidade Policial de Proteção Ambiental. Relatam-se considerações gerais sobre ecologia, equilíbrio ecológico, poluição e suas causas, bem como o uso racional dos recursos naturais, além de enfatizar-se sobre a necessidade de preservação do meio ambiente. Enfoca-se a situação atual da Amazônia e os interesses dos países pela sua internacionalização. Apresentam-se informações sobre o Estado do Acre, com ênfase para aspectos relacionados à degradação da floresta. O embasamento legal para as ações da Unidade Policial de proteção Ambiental é identificado na legislação vigente, constatando ser essencial sua criação. Indicam-se as estratégias adequadas para a implantação do policiamento do meio ambiente e propõe-se um modelo a ser adotado que venha minimizar os efeitos da devastação causada pela ação do homem.

COMBATE AO CRIME ORGANIZADO NOS ESTADOS BRASILEIROS COM UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA INTEGRADA DAS POLÍCIAS – UMA ANÁLISE CRÍTICA.

Édison Pereira **NUNES** - Ten Cel PMTO
HUMBERTO Farias da Silva - Ten Cel PMPA
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

O combate ao crime organizado nos Estados brasileiros com utilização da inteligência integrada das polícias é o tema do presente trabalho Técnico Profissional, condição exigida para a conclusão do Curso Superior de Polícia Militar. Para que a atividade policial no combate ao crime tenha pleno êxito, é necessário conhecer as áreas e os indivíduos ligados às práticas delituosas, para se desenvolvam as operações que cheguem aos seus objetivos. Apresenta-se a Atividade de Inteligência como de vital importância para a atividade fim das instituições policiais, abordando o seu conceito, a origem e evolução histórica no Brasil; nas Polícias Civil e Militar, seus princípios básicos, a ética e seu gerenciamento dentro de uma coordenação geral. Aborda-se a atividade criminosa enfocando sua evolução histórica e atuações no Brasil, a lavagem de dinheiro, enfoques criminológicos e sociológicos, áreas de atuação, estrutura, características e suas conseqüências, e ainda os fatores que influenciam no aumento da criminalidade. O trabalho baseia-se em pesquisa bibliográfica e de campo, onde foram enviados questionários para as polícias civil e militar de todo o Brasil. O foco da pesquisa é mostrar se existe ou não integração entre os serviços de Inteligência das polícias estaduais, voltada para subsidiar o planejamento estratégico no combate ao crime organizado. Ao final, apresenta-se uma proposta de integração, caso seja comprovada sua existência.

A IMPORTÂNCIA DA POLÍCIA TURÍSTICA NO ATUAL CONTEXTO ECONÔMICO DOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ.

Antônio Ferreira de **ARAÚJO** - Ten Cel PMPA
Pedro Melquíades Lima **LOPES** - Ten Cel PMAP
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

O presente trabalho monográfico busca analisar a viabilidade de criação da Polícia Turística no Estado do Amapá, bem como verificar a importância da Polícia Turística no Estado do Pará, com ênfase para a reestruturação da Companhia Independente de Polícia Turística (CIPTUR). Para tanto foi feito inicialmente uma abordagem sobre a evolução histórica do turismo, a nível mundial e a nível nacional, bem como traçado o perfil do turista, detalhando, ainda, a estrutura dos órgãos oficiais de turismo e o Plano de Turismo da Amazônia (PTA), com ênfase para os Estados do Pará e Amapá. Foi analisado o turismo como alternativa econômica em ambos os Estados, notadamente no que concerne à oferta turística. As políticas públicas direcionadas à atividade turística também são abordadas, com destaque para o potencial turístico; programas e projetos da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e Departamento de Turismo do Amapá (DETUR); apóio governamental; linhas de crédito e implantação de infra-estrutura. Foi abordado, ainda, o relacionamento que deve haver entre a Polícia Militar e a sociedade local, bem como o relacionamento entre o policial e o turista, que é o principal alvo do trabalho. Também foi analisado o resultado da pesquisa de campo realizada entre diversos turistas nos Estados, com ênfase para as sugestões apresentadas pelos mesmos e que visam a melhoria da infra-estrutura, principalmente a segurança. Finalmente, são elencadas propostas que poderão servir de subsídios para os órgãos responsáveis otimizarem seus programas e projetos turísticos, assim como auxiliar os Comandos das Policias Militares do Pará e Amapá a terem, através do policiamento turístico, uma participação mais efetiva na economia dos Estados, o que significará, conseqüentemente, uma elevação da imagem da Polícia Militar.

A APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 10.029, DE 20 DE OUTUBRO DE 2000, NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ E SUA RELAÇÃO CUSTO VERSUS BENEFÍCIO

Laércio Giovani **MACAMBIRA** Marques - Ten Cel PMCE
ZENÓBIO Mendonça Guedes Alcoforado - Ten Cel PMCE
Luiz **SOLANO** Austregésilo Telles - Ten Cel PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2001

RESUMO

Análise da viabilidade de implantação da Lei nº 10.029, de 20 de outubro de 2000, na Polícia Militar do Ceará (Estabelece normas gerais para a prestação voluntária de serviços administrativos e de serviços auxiliares de saúde nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiro e dá outras providências). Ressalta-se a origem e a evolução do Serviço Militar, desde a formação das primeiras milícias até nossos dias. Apresentam-se as formas de recrutamento e seleção do Serviço Militar em vários países do Mundo e no Brasil. Estuda-se a vinculação das polícias militares ao Exército brasileiro, na condição de forças auxiliares e reservas daquela Força Armada. Apresenta-se o serviço alternativo ao Serviço Militar e seu paralelo com o serviço voluntário no Brasil, com destaque para o Programa Serviço Civil Voluntário e a prestação voluntária de serviços nas polícias militares e corpos de bombeiros militares. Diagnostica-se a situação de recursos humanos utilizados na atividade-meio da Polícia Militar do Ceará, o perfil e a quantidade de jovens alistados nas Guarnições Militares sediadas no Estado. Levanta-se o número de cargos e funções a serem preenchidos por voluntários, em substituição às praças policiais militares. Avaliam-se os aspectos financeiros dessa medida. Explicita-se a visão das autoridades civis e militares e dos gestores da PMCE a respeito do tema. Aponta-se o rol de vantagens e desvantagens e a relação custo *versus* benefício. Confirma-se a hipótese. Propõe-se a sistemática de implantação da prestação voluntária de serviços na corporação.

CAPÍTULO III

2002

CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL PERMANENTE: FATOR IMPORTANTE PARA A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO PELO POLICIAL MILITAR DO PIAUÍ

Paulo **OSIRES** Azevedo - Cel PMPI

MAMEDE Rodrigues de Sousa - Ten Cel PMPI

ARMANDO Guimarães de Oliveira - Ten Cel PMPA

Fortaleza - CE

CSP julho, 2002

RESUMO

Capacitação Profissional: fator para a qualidade do serviço prestado pelo policial militar do Piauí. Enfatiza-se a capacitação profissional como fator de qualidade total na prestação dos serviços, através da produtividade sistêmica como estratégia de gestão resultante do processo evolutivo de padrões e modelos de gestão, pela evolução pessoal e conquista profissional. Mostra-se a função da Polícia Militar no contexto da Segurança Pública, ressaltando as iniciativas tomadas pelas Corporações Policiais Militares. Apresentam-se o trabalho, a qualificação e a competência profissional com muita ênfase, remetendo às relações entre trabalho/qualificação/educação, especialmente sobre a formação profissional, analisando a qualificação como sinônimo de preparação de capital humano; as noções de qualificação tomam como parâmetros a produção e a organização do trabalho onde o recrutamento constitui um fator importante da Corporação, sendo consequência das necessidades de pessoal que materializa-se através do ato de buscar nos fornecedores de recursos humanos o que há de necessário. É a fase preliminar de suprimento de pessoal que se encontra deficiente dentro da instituição.

O ORDENAMENTO JURÍDICO ATUAL E A POLÍCIA MILITAR – FACE À EXCLUSÃO DE POLICIAIS MILITARES

Antônio **CARLOS** Olímpio Felisberto - Maj PMAC

MOZART Paulo da Silva Júnior - Maj PMRR

Fortaleza - CE

CSP julho, 2002

RESUMO

O Ordenamento Jurídico atual e a Polícia Militar face à exclusão de policiais militares identifica textos da legislação estadual vigente que estão em desacordo com a legislação federal. Enfatiza-se a hierarquia e disciplina como pilares básicos da Corporação. Analisa-se a estabilidade e a vitaliciedade, fazendo um paralelo quanto à sua aplicabilidade. Ressalta-se a importância da incompatibilidade e da indignidade do Oficial PM. Expõe-se sobre os Conselhos de Justificação e Disciplina quanto à sua destinação. Aborda-se a perda da graduação e a exclusão das praças como fator preponderante na consecução dos objetivos propostos. Reflete-se, através da pesquisa de campo, o pensamento dos policiais militares quanto à busca de tratamento igualitário. Apresenta-se, finalmente, como proposta, um esboço de um anteprojeto de Lei, que dispõe sobre o Conselho de Disciplina.

A ATUAÇÃO DA POLÍCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO COMBATE AO CRIME DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQÜESTRO E A IMPORTÂNCIA DA COLABORAÇÃO DA FAMÍLIA DA VÍTIMA PARA O SUCESSO DAS INVESTIGAÇÕES

Miguel de Almeida **CARLOU** - Ten Cel PMERJ
Basílio da **ROCHA** Pereira - Ten Cel PMERJ
Fortaleza - CE
CSP julho, 2002

RESUMO

A atuação da Polícia do Estado do Rio de Janeiro no combate ao crime de extorsão mediante seqüestro e a importância da colaboração da família da vítima para o sucesso das investigações. O crime de extorsão mediante seqüestro, aspectos históricos, a evolução deste delito no Brasil, sua tipificação, perfil do seqüestrador e seu *modus operandi*, as fases da operação de seqüestro e o desenvolvimento das ocorrências deste fato criminoso no período de 1995 a 2001. A atuação do Estado do Rio de Janeiro no combate a este odioso crime, apresentando a estrutura de enfrentamento, com as ações da Polícia Militar e da Polícia Civil, esta diretamente representada pela Divisão Anti-Seqüestro, e o que se tem atualmente relativo a capacitação profissional e tecnologia à disposição das forças legais. A participação da família da vítima de seqüestro para o pleno êxito do trabalho de investigação feito pela Polícia, sendo descrito suas vantagens e desvantagens.

O ATUAL SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARÁ: UMA VISÃO DO PÚBLICO INTERNO

Jorge da **CRUZ** dos Santos - Ten Cel PMPA
Emanuel Gonçalves de **LIMA** - Ten Cel PMPA
Fortaleza - CE
CSP julho, 2002

RESUMO

O Atual Sistema de Segurança Pública do Pará: Uma Visão do Público Interno. Apresenta-se o modelo de integração operacional do Sistema de Segurança Pública através da atuação da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e DETRAN, nas unidades centralizadas. Mostra-se um Sistema de Segurança estruturado e integrado, capaz de promover e assegurar o uso justo dos direitos individuais e coletivos da sociedade paraense. Mostra-se que no Estado do Pará, a obrigação constitucional, através de seu Sistema de Segurança procura estruturar-se a fim de otimizar sua participação na vida dos cidadãos e no controle das variáveis ambientais e suas conseqüências, visando minimizar os problemas sociais do Estado. Apresenta-se a análise da pesquisa resultante do atendimento de qualidade à população através da parceria entre as Instituições e destas com a sociedade.

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A MULHER: UMA PESQUISA NAS POLÍCIAS MILITARES DO RIO GRANDE DO NORTE E PERNAMBUCO

Francisco Canindé de **FREITAS** - Ten Cel PMRN

RICARDO Jacinto dos SANTOS - Maj PMPE

Fortaleza - CE

CSP julho, 2002

RESUMO

A violência intrafamiliar contra a mulher nas Policiais Militares do Rio Grande do Norte e Pernambuco. Apresentam-se os papéis sociais do policial militar, enquanto agente da lei, revestido do caráter e personalidade policial militar, formado nos alicerces da hierarquia e disciplina, ao mesmo tempo em que é um cidadão comum, pai de família e ainda o principal instrumento para o desenvolvimento Institucional da Corporação, tornando-a referência entre as Organizações Públicas. Ressalta-se o complexo contexto da violência, presente em todos os níveis sociais, inclusive no lar, sendo um assunto tratado nos campos da música, saúde pública, defesa social e direitos humanos. Interpreta-se a pesquisa de campo configurada através de tabelas e gráficos, que juntamente com a pesquisa bibliográfica e entrevistas, revestem de caráter científico o presente trabalho. Sugere-se a criação de um Centro Multidisciplinar para a Prevenção da Violência contra a mulher, subordinado a Secretaria de Defesa Social, apoiado pelo Ministério da Justiça, apresentando-se sugestões para operacionalização, seus benefícios, além de outras propostas sugeridas por ocasiões da pesquisa de campo. Comprova-se a necessidade de mudanças que permitam a prevenção da violência nas relações interpessoais dos lares dos Policiais Militares Estaduais do Rio Grande do Norte e Pernambuco.

GEOPROCESSAMENTO DO CRIME ORGANIZADO NA CONJUNTURA ATUAL, COM ENFOQUE NO ESTADO DO CEARÁ

Francisco **HILTON** de Oliveira - Ten Cel PMCE
Francisco José **DOMINGOS** Barroso - Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2002

RESUMO

Geoprocessamento do crime organizado na conjuntura atual, com enfoque no Estado do Ceará. Identificam-se os diferentes tipos de máfias atuantes no mundo moderno. Apresentam-se suas formas de atuação e locais e a dificuldade que os órgãos públicos de combate às organizações criminosas encontram. Indicam-se as formas de combate e as ações que estão sendo realizadas, através da integração dos órgãos da segurança pública, no combate ao crime organizado. Tabula-se e analisa-se os resultados da pesquisa. Estabelecem-se propostas com base no resultado do estudo.

A QUALIDADE DE VIDA E O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR SERGIPANO: A INFLUÊNCIA DOS FATORES MOTIVACIONAIS

Alberto **MAGNO** Silvestre dos Santos - Ten Cel PMSE

ANTONIO dos Santos - Ten Cel PMSE

Fortaleza - CE

CSP julho, 2002

RESUMO

A qualidade de vida e o trabalho do policial militar sergipano sob a influência dos fatores motivacionais, trata-se de uma abordagem social e organizacional sob a luz acadêmica, de caráter técnico-científico. Identificam-se os fatores motivacionais dentro das dimensões básicas para motivar o policial militar, objetivando a satisfação no trabalho e a melhoria da sua qualidade de vida, diante de um cenário de violência social, de uma cultura e clima organizacional aceitável. Procuram-se analisar as pessoas na visão da administração, sob o enfoque comportamental, enfatizando suas características e diferenças individuais. Apresentam-se as bases teóricas da motivação, sob novas perspectivas, e expõe-se fundamentos técnicos para implantação de uma plataforma motivacional a nível estratégico na Polícia Militar de Sergipe. Verifica-se através da análise das pesquisas bibliográfica, de campo e de documentos doutrinários, se as hipóteses são verdadeiras ou falsas. Propõe-se medidas práticas a curto, médio e longo prazo, reverter a fim de reverter o quadro de desmotivação, criando uma cultura nessa área, por meio de mudanças, através dos processos de reengenharia.

POLICIAMENTO OSTENSIVO: CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE POLÍCIA MILITAR METROVIÁRIA

Jorge Tavares **MONTEIRO** - Ten Cel PMERJ
Francisco **LUCIANO** Domingos Barroso - Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2002

RESUMO

Policiamento Ostensivo: criação de uma unidade de Polícia Militar Metroviária. Apresenta-se o mega transporte das megas capitais. O METROFOR, inicialmente com 7 Km de linha eletrificada em superfície, tem como principal diretriz o conceito de cidadania, possibilitando a interligação entre os importantes pólos industriais, comerciais e turísticos da Região Metropolitana de Fortaleza. Mostra-se a problemática metroviária ressaltando os perigos que se apresentam em relação à Segurança. Descreve-se a violência dos metrôns pela ineficiência da Segurança Pública onde a ousadia dos marginais, pelos atos de tumultos, roubos, vandalismos, etc., constitui um poder paralelo. Revela-se o resultado da pesquisa aplicada junto aos praças e oficiais da Polícia Militar do Ceará.

PERCEPÇÃO SOCIAL DAS COMUNIDADES DE FORTALEZA - SEUS ANSEIOS E ASPIRAÇÕES FACE À POSTURA DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

PEDRO ALBERTO da Silva Lima - Ten Cel PMCE
Francisco Cavalcante de **PAULA NETO** - Ten Cel PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2002

RESUMO

Percepção social das comunidades de Fortaleza – seus anseios e aspirações face à postura da Polícia Militar do Ceará. Apresenta-se uma abordagem histórica da sociedade de Fortaleza e a inserção da Polícia Militar do Ceará nesse contexto. Ressaltam-se a conjuntura social e comunitária local, suas necessidades de segurança, o mecanismo de controle social e o indivíduo inserido nessa comunidade. Interpreta-se a pesquisa de campo, configurada através de gráficos, que, juntamente com a pesquisa bibliográfica, revestem de caráter científico o presente trabalho. Indicam-se os anseios e aspirações face à postura da Polícia Militar do Ceará. Sugerem-se propostas em forma de políticas e estratégias.

INFLUÊNCIA DA SEGURANÇA PRIVADA NA SEGURANÇA PÚBLICA

José **JARBAS** Araújo dos Santos – Ten Cel PMCE

Waldemar **BASTOS** Gomes – Maj PMCE

Fortaleza - CE

CSP julho, 2002

RESUMO

Estudo da influência da Segurança Privada na Segurança Pública, suas implicações e conseqüência no atual sistema sócio-jurídico brasileiro. Enfatizam-se os aspectos históricos da segurança pública e privada nas principais fases da evolução da sociedade. Analisa-se o Sistema de Segurança Pública brasileiro, referindo-se às atividades das polícias, Federal, Civil e Militar. Estuda-se a Lei Estadual nº 12.697, de 16 de maio de 1997, que cria a Secretaria da Segurança Pública e Defesa da Cidadania do Estado do Ceará e a Corregedoria-Geral dos Órgãos da Segurança Pública e Defesa da Cidadania. Refere-se à expansão das atividades de segurança privada e suas conseqüências na segurança pública. Diagnosticam-se os efeitos danosos dos serviços clandestinos da Segurança Privada e suas implicações na estrutura geral da Segurança Pública. Vê-se a opinião de autoridades civis e militares sobre as atividades de segurança privada. Explicam-se os principais motivos da expansão da Segurança Privada e seus reflexos na Segurança Pública, enfocando a problemática da participação cada vez mais crescente de policiais em atividades de segurança privada e suas conseqüências na prestação do serviço público. Através de uma pesquisa de campo, realizada junto a oficiais da Polícia Militar, em função de comando, e delegados da Polícia Civil do Estado do Ceará, identificam-se vários aspectos relacionados às atividades de Segurança Pública e Privada. Propõem-se medidas para minimizar os efeitos da segurança pública sobre a privada no âmbito institucional.

ESTUDO SOBRE A VIABILIDADE DA CRIAÇÃO DE UMA FRAÇÃO DE POLICIAMENTO FLUVIAL NO ESTADO DO AMAPÁ

Gastão Valente **CALANDRINI** de Azevedo– Ten Cel PMAP

SÉRGIO Leitão da Conceição– Ten Cel PMAP

Fortaleza - CE

CSP julho, 2002

RESUMO

Estudo sobre a viabilidade da criação de uma fração de Policiamento Fluvial no Estado do Amapá. Discute-se a viabilidade de criação de uma fração de policiamento fluvial pela Polícia Militar do Amapá (PMAP), com a finalidade de inibir o aumento do índice de ocorrências policiais nas hidrovias do Amapá. Apresentam-se os aspectos geo-políticos do Estado, com destaque para sua hidrografia. Analisa-se a legislação fluvial, discutindo-se as competências dos órgãos para atuar nesse mister. Relatam-se os fatos envolvendo os bandidos conhecidos como “ratos d’água”, bem como o posicionamento de autoridades e o resultado de uma pesquisa de campo realizada junto à população portuária de Macapá e Santana. Identificam-se as peculiaridades do policiamento fluvial, como também, a experiência da Companhia Independente de Polícia Fluvial da Polícia Militar do Pará. Por último, apresentam-se sugestões para uma proposta de implantação de uma Companhia de Policiamento Fluvial na PMAP, como forma de garantir o direito constitucional da vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade, conforme prevê o artigo 5º da nossa Constituição Federal.

O PERFIL DO FUTURO OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ. COMANDANTE OU LÍDER.

Francisco **SÉRGIO** da Silva **MAGALHÃES** - Ten Cel
Paulo **PIMENTEL** da Silva – Maj PM
Fortaleza - CE
CSP julho, 2002

RESUMO

O Perfil do Futuro Oficial da Polícia Militar do Ceará. Comandante ou Líder? Versa sobre o questionamento acerca da liderança dos oficiais da Polícia Militar do Ceará, visando a implementação de um novo modelo de gestão organizacional, em face da necessidade de se rever antigos conceitos, e velhos hábitos praticados, amoldando-se ao novo paradigma organizacional, cujo modelo tem sido adotado pelas administrações modernas, motivados pela necessidade de adaptação ao novo cenário, fortemente influenciado pela globalização. Oferece-se uma visão histórico-científica das organizações em geral; aborda-se aspectos sobre a formação dos nossos oficiais; analisa-se o conteúdo curricular do Curso de Formação de Oficiais; aponta-se o perfil ideal para o comandante-líder; analisa-se a pesquisa de campo, configurada através de tabelas e gráficos, que, juntamente com as pesquisas bibliográficas, revestem de caráter científico o presente trabalho; oferece-se propostas, as quais considera-se de suma importância para aquilo que se propõe; e finalmente, comprova-se a necessidade da implementação de novas disciplinas, voltadas para o novo modelo de gerenciamento organizacional, visando o aprimoramento técnico-profissional dos futuros oficiais da Polícia Militar do Ceará.

ESPECIALIZAÇÃO E INTERIORIZAÇÃO DO POLÍCIAMENTO RODOVIÁRIO NA PMBA – UMA ALTERNATIVA DE REVITALIZAÇÃO

RIVALDO Ribeiro dos Santos- Ten Cel PMBA

JAIRO Moreira de Oliveira- Ten Cel PMBA

Fortaleza - CE

CSP julho, 2002

RESUMO

Proposta de Especialização e Interiorização do Policiamento Rodoviário na PMBA- Uma Alternativa de Revitalização. Relatam-se considerações sobre as rodovias estaduais, enfocando a composição da malha viária, a situação das estradas, considerando as condições de trafegabilidade e relata-se também a respeito do projeto curral, referente à apreensão de animais. Enfatiza-se a unidade de policiamento rodoviário, abordando a atuação do Batalhão da Polícia Rodoviária, o perfil da tropa, o desmembramento das subunidades no território baiano, correlacionando-se às regiões despolicadas e a criminalidade nas estradas. Aborda-se também a capacitação dos recursos humanos, através do treinamento desenvolvido, destacando-se a gestão do conhecimento e a avaliação de resultados. Sugere-se a implantação do Comando de Policiamento Rodoviário, destinado a coordenar e comandar 06 (seis) Companhias Independentes de Polícia Rodoviária, ocupando, destarte, os claros hoje existentes, bem como sugere-se ainda a Criação do Centro de Estudos, Pesquisa, Ensino e Treinamento de Trânsito Rodoviário, destinado a capacitar e atualizar todos os integrantes deste grande Comando, qualificando-os para o exercício da atividade de fiscalização rodoviária.

FORMACAO DE UMA ALIANÇA ENTRE A POLICIA MILITAR E AS UNIVERSIDADES AMAZONENSES, NO ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE FENOMÊNICA SOB O ASPECTO DA PROLIFERACAO DE GANGUES (OU GALERAS) EM MANAUS

José Antonio **SARAIVA** da Silva - Ten Cel PMAM
Fransenberg **MAUÉS** de Freitas - Ten Cel PMAM
Fortaleza - CE
CSP julho, 2002

RESUMO

Formação de uma aliança entre a Polícia Militar e as Universidades amazonenses no enfrentamento da criminalidade fenomênica sob o aspecto da proliferação de gangues em Manaus. Identificam-se o fenômeno social da violência juvenil brasileira pelas ações criminosas das gangues de ruas, formadas na sua maioria por crianças e adolescentes. Apresentam-se o papel da Universidade na atualidade, no trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Violência na USP, ao estudar cientificamente a criminalidade no Brasil. Indica-se de que maneira a comunidade acadêmica contribuirá com a Polícia Militar no enfrentamento da problemática. Estabelece-se uma parceria objetivando a produção de estudo psico-sociológico do fenômeno “Galera”.

CAPÍTULO IV

2003

CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE RECARGA DE MUNIÇÃO NA PMCE: SUPORTE PARA O TREINAMENTO DE TIRO.

HAROLDO Silva Vieira – Ten Cel PMCE
Ermelindo Monteiro **BRASIL** Filho - Ten Cel PMAP
Fortaleza - CE
CSP junho, 2003

RESUMO

Criação de um Centro de Recarga de Munição na PMCE: suporte para treinamento de tiro. Identificam-se os fatores que levaram a criação de Fábrica de Recarga de munição 25 de março e equipamento ali utilizado na recarga de cartuchos, bem como seu funcionamento. Apresentam-se as diferentes prensas usadas na recarga de munição, os componentes de recarga e a relação custo x benefício. Indicam-se as necessidades da criação de Centro Recarga de Munição, o local de funcionamento, o projeto de construção, o orçamento e os tipos de prensas a serem utilizadas. Estabelecem-se as relações entre o preço da munição de fábrica e o recarregado. Conclui-se que há necessidade de criação do Centro de Recarga de Munição e que isso constitui investimento.

O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ: CAPACITAÇÃO DOS INSTRUTORES E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A QUALIDADE DO SERVIÇO POLICIAL.

Benedito Nogueira **BASTOS** – Cel PMPI
José Ribamar **FERREIRA FILHO** – Ten Cel PMPI
Fortaleza - CE
CSP junho, 2003

RESUMO

O processo ensino-aprendizagem na Polícia Militar do Piauí: capacitação dos instrutores e suas implicações para a qualidade do serviço policial. Identificam-se os fatores que influenciam no ensino-aprendizagem, os conceitos de qualidade, serviços e avaliação de desempenho usados na moderna administração de empresas e em escolas, bem como os aspectos referentes ao instrutor. Apresentam-se suas formas de aplicação ao ensino e à qualidade do serviço da Polícia Militar do Piauí. Indicam-se as políticas voltadas à capacitação e avaliação dos docentes em uso nas corporações policiais militares brasileiras e em algumas universidades nacionais. Estabelecem-se um norte a ser seguido pela PMPI no tocante ao recrutamento, seleção, qualificação e avaliação de seu Corpo Docente. Conclui-se que é necessário mudar, pois o preço da não-qualidade é maior que o da qualidade.

A IMPORTÂNCIA DO POLICIAMENTO ESCOLAR: UMA FERRAMENTA DE PREVENÇÃO

Henrique **COELHO** de Souza Araújo – Ten Cel PMPA
Erik Oliveira **ONOFRE** e Silva – Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP junho, 2003

RESUMO

A temática de nosso trabalho técnico-científico-sociológico, realizado com critérios didáticos e legais, diz respeito ao estudo e análise do fenômeno da violência escolar, onde foi realizado diagnóstico deste fato social bastante atual nos nossos dias, mediante pesquisa exploratória, junto à algumas escolas públicas do Estado, nesta Capital, tendo sido selecionada 5 (cinco) delas, por amostragem, para servir de indicador da verdadeira realidade que convive às escolas com o crime. Após diagnóstico desta situação vivenciada pelas escolas públicas do Estado do Ceará, comprovando de fato a existência da violência no âmbito destas unidades de ensino fundamental e médio, passamos a analisar e estudar os projetos já existentes, a nível federal e estadual, objetivando traçar um caminho adequado para nossa realidade. O Estudo propõe o paradigma implantado no Estado do Pará, já devidamente produzindo efeitos e resultados positivos, demonstrado através de pesquisas e relatórios, ajustando-se muito bem no Estado do Ceará, modelo este que visa integrar-se com outros órgãos estatais.

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA POLICIA MILITAR DO CEARÁ

PAULO Josimar Dias **SIMÕES** - Maj PMCE

EDIVAR Azevedo Rocha - Maj PMCE

Fortaleza - CE

CSP junho, 2003

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a viabilidade de reestruturação organizacional da Polícia Militar do Ceará quando verificamos a questão de seu efetivo que ora necessita de maneira urgente de uma melhor redistribuição como também de um substancial aumento de policiais face à população existente. Os diversos quadros que se apresentam encontram-se defasados pois em virtude de uma política de não expansão dos serviços prestados no que se refere ao acompanhamento da Corporação quanto ao dinamismo da sociedade bem como a utilização dos já existentes de uma forma proselitista e comprometedora, ou seja, descobrindo fendas para cobrir brechas, revelaram fortemente no seu *modus operandi* a fragilidade da Organização no trato de assuntos como: meio ambiente, grupos vulneráveis, intensificação do crime organizado, exploração infantil e muitos outros ocasionando insatisfação por parte da população que a cada dia que se passa se esclarece de seus direitos e anseios como também de seu público interno que nunca desfrutou de um agenda social capaz de garantir-lhes uma assistência adequada para as necessidade básicas. Este clamor público por sua vez nos obriga a refletirmos sobre o nosso verdadeiro papel como guardiães da sociedade e por outro lado como cidadãos, pertencentes a essa mesma comunidade, que anseia por reconhecimento profissional e respeito aos direitos emanados de nossa Carta Magna, a Constituição Brasileira. Assim sendo, é de fundamental importância repensarmos sobre a verdadeira essência de nossa missão para que assim, não sejamos tragados pela própria evolução da História e destinados ao fracasso e ao esquecimento.

VALORIZAÇÃO DO PÚBLICO INTERNO – UMA NECESSIDADE

Geovani **PINHEIRO** da Silva - Maj PMCE
Cirilo **SÁVIO** Bezerra Menezes - Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP junho, 2003

RESUMO

Com o aumento da criminalidade em todo o Estado do Ceará e, em alguns casos, com a participação de profissionais de segurança pública, dos quais a sociedade espera eficiência no cumprimento do desiderato constitucional e não ações repugnantes que denigrem a imagem da Corporação, o sistema de segurança pública vem sendo compelido a apresentar melhores resultados. Inserida neste sistema, a Polícia Militar não resta outra alternativa a não ser tornar-se mais eficiente, devendo a busca desta eficiência passar necessariamente pela valorização de seu público interno. Portanto, faz necessária a revisão de conceitos já ultrapassados e de velhas e habituais práticas, amoldando-se ao novo paradigma organizacional, cujo modelo tem sido adotado pelas administrações modernas, motivadas pela necessidade de adaptação ao novo cenário, fortemente influenciado pela globalização. Como insere nesse contexto, há, fundamentalmente, que se ter compulsão e coragem para romper com certas tradições, a fim de que se avance na conquista do espaço que pouco a pouco a Instituição vem perdendo. A implementação dessas mudanças passa primeiramente pelo tratamento dispensado aos componentes da organização, para os quais as ações gerenciadoras devem voltar-se de modo a propiciar a valorização do público interno, que refletirá certamente em maior produtividade nas ações por ele desenvolvidas, satisfazendo dessa forma, os anseios de toda sociedade cearense. Romper esses paradigmas certamente não será tarefa fácil, mas é impingente para o momento - as empresas modernas não vêem mais o homem como componente mecanicista, no entanto como componente inteligente. É desse componente inteligente, partícipe maior da organização, que depende o sucesso da Polícia Militar. Por isso, a Polícia Militar do Ceará, através de seus gerentes, necessita viabilizar um programa de medidas de valorização de seus componentes para alcançar os seus objetivos e recuperar a credibilidade da opinião pública.

POLÍTICAS PÚBLICAS PREVENTIVAS DO TRANSTORNO DE CONDUTA EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE SOBRAL - CE

Raimundo **TADEU** de Araújo – Maj PMCE
João Ferreira **CAVALCANTE** – Ten Cel PMCE
Fortaleza - CE
CSP junho, 2003

RESUMO

Políticas públicas preventivas do transtorno de conduta em crianças e adolescentes no município de Sobral – CE. Identificam-se as diferentes concepções de Estado e suas formas de agir. A realidade brasileira e o transtorno de conduta. Apresentam-se as estratégias públicas em nível nacional, estadual e municipal voltadas para a criança e o adolescente, bem como suas formas de atuação. Indicam-se os principais atos infracionais praticados por adolescentes em Sobral. Estabelecem-se as ações que dariam suporte para continuidade dos programas ora existentes, bem como modelos que estão dando certo em outros Estados brasileiros. Conclui-se que a falha do aparelho estatal deságua em atividades de polícia, quando o problema é social.

PERSPECTIVAS DO PROERD PARA A REDUÇÃO DA DELINQUÊNCIA INFANTO-JUVENIL NO ESTADO DO AMAPÁ

Miguel Benedito **FERREIRA** Dias Júnior - Ten Cel PMAP

José Rocha **BERNARDES** - Ten Cel PMAP

Fortaleza - CE

CSP junho, 2003

RESUMO

Perspectivas do PROERD para a redução da delinquência infanto-juvenil no Estado do Amapá. Aborda-se uma visão geral sobre a questão das drogas no mundo, no Brasil e no Estado do Amapá, enfatizando seus principais aspectos, tipificação, utilização e conseqüências, demonstrando a situação atual do tráfico internacional e sua inter-relação com a violência. Apresenta o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência evidenciando sua importância como programa internacional de prevenção destinado a alunos da 4ª série do Ensino Fundamental, analisando o atual cenário após sua recente implantação no Estado do Amapá e reais perspectivas de sua implementação nos próximos 05 (cinco) anos. Conclui-se que a aplicação do programa é uma fundamental e indispensável ferramenta na prevenção ao uso de drogas e conseqüente redução da delinquência infanto-juvenil no Estado.

MOTIVAÇÃO: FATOR PREPONDERANTE PARA O BOM DESEMPENHO DO POLICIAL MILITAR DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

Mauro Gonçalves **TEIXEIRA** - Ten Cel PMERJ

WALLY Sousa Araújo - Maj PMCE

Fortaleza - CE

CSP junho, 2003

RESUMO

Motivação: fator preponderante para o bom desempenho do Policial Militar da Polícia Militar do Ceará. Motivação e Desempenho do Policial Militar na Instituição. O estudo da motivação humana mostrando as teorias humanistas da gestão, a Teoria das Necessidades de Maslow, a Teoria de McGregor, a Teoria de Herzberg. A motivação do policial militar na Instituição, suas competências e habilidades requeridas, melhoria no desempenho, estratégias para motivação e desenvolvimento de carreira. Fatores motivacionais propulsores de um bom desempenho profissional. Numa sociedade altamente competitiva já não basta a competência técnica; exigem-se habilidades como iniciativa, organização, criatividade, dinamismo, motivação, comunicabilidade e assertividade.

INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA DAS UNIDADES E SUBUNIDADES INTERIORIZADAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE

IVANILTON Campos de Santana - Ten Cel PMSE
Albino de **BRITO** Gomes - Ten Cel PMSE
Fortaleza - CE
CSP junho, 2003

RESUMO

Independência financeira e orçamentária para as Unidades e Subunidades interiorizadas. Identificam-se a dualidade orçamento e finanças, seus conceitos e fundamentação legal. Aborda-se sobre a Polícia Militar no contexto da Administração Pública e a reforma gerencial do Estado. Indica-se o processo de elaboração, execução e controle de orçamento anual; descentralização e utilização de créditos orçamentários. Apresenta-se a organização da PMSE, sua contemplação no Plano Plurianual para os Projetos e Atividades e, diagnóstico das OPM's subordinadas ao CPMI. Mostra-se as conseqüências relacionadas à falta de recursos próprios para aquisição de materiais de consumo. Conclui-se que há a necessidade de as Unidades e Subunidades do interior receberem e gerirem seus próprios recursos, desde que preste-se contas a escalão superior.

CONFLITOS AGRÁRIOS NO PARÁ: PROPOSTA PARA UMA ATUAÇÃO PREVENTIVA DA PM/PC ATRAVÉS DA NEGOCIAÇÃO

Carlos Alberto **MODESTO** da Cunha - Ten Cel PMPA

RONALDO Pinheiro da Costa - Ten Cel PMPA

Fortaleza - CE

CSP junho, 2003

RESUMO

A atuação da Polícia Militar do Pará nas questões de conflitos agrários e a proposta da importância de se encontrar uma solução negociada antes do cumprimento de uma ordem judicial. Os conflitos agrários no Estado do Pará, aspectos históricos, sua tipificação, perfil do invasor (ocupante) e seu *modus operandi*, as fases da invasão (ocupação) e o desenvolvimento das ocorrências de ocupação no período de 1994 a 2002. A participação do Estado do Pará com sua política de governo e postura de estado apresentando a estrutura de enfrentamento com as ações da polícia militar através do comando de missões especiais composto de Batalhão de Choque (BPChoq), Companhia de Operações Especiais (COE), regimento de polícia montada (RPMont), Companhia de Policiamento de ações (CIPC) e Companhia tática Operacional (CTO), bem como da Polícia Civil, esta representada pela Delegacia de Conflitos Agrários (DECA) e o que se tem atualmente relativo a capacitação profissional e tecnologia a disposição das forças legais. A participação das polícias nas negociações, de maneira integrada com os órgãos governamentais e em conjunto com representantes de proprietários e movimentos sociais, sendo descrito suas vantagens e desvantagens.

INSTITUTO SUPERIOR DE SEG. E CIDADANIA DE RORAIMA - NOVO MODELO DE FORMAÇÃO POLICIAL NO BRASIL

Antonio de Matos **NETO** - Ten Cel PMRR
Edimar **SORIANO** da Silva - Maj PMAC
Fortaleza - CE
CSP junho, 2003

RESUMO

Este trabalho monográfico apresentado sob o título “Instituto Superior de Segurança e Cidadania de Roraima: Novo Modelo de Formação Policial no Brasil”, é destinado a apresentar e avaliar esta nova experiência que foi implantada no ano de 2001/2002 pelo Governo de Roraima, baseado nas técnicas modernas de abordagem por competência, originadas na Província de Québec/Canadá e devidamente adaptadas à realidade brasileira/roraimense. Em primeiro lugar apresentamos uma análise da educação no Brasil, desde a fase colonial até chegar à educação superior atual em nosso país. Em segundo lugar, apresentamos o Projeto Institucional do Instituto, descrevendo todas as suas fases. Em terceiro plano, abordamos o projeto pedagógico do Curso de Bacharelado em Segurança Pública, descrevendo as competências e as disciplinas previstas no curso, carga horária, bem como, todos os estágios previstos durante a realização do curso em andamento no Instituto. No quarto momento, apresentamos a pesquisa de campo, realizada com os alunos do Instituto, autoridades ligadas direta e indiretamente com a área de segurança do cidadão e com aquelas que participaram da implantação do projeto inicial, além da comunidade organizada do Estado de Roraima, que através de questionário e entrevistas, apresentaram suas opiniões a respeito da nova experiência, hoje em funcionamento naquele Estado da federação. Finalizando, concluímos, através desta pesquisa, que o Instituto Superior de Segurança e Cidadania de Roraima-ISSeC/RR, veio em boa hora, estando este empreendimento do Governo Estadual em total compasso com os planos de integração das instituições que participam do Sistema de Segurança e defesa social do Estado e que hoje encontra-se em discussão no âmbito do Governo Federal com todos os Estados da federação. Buscamos também através de nossa pesquisa sentir o desejo da sociedade roraimense, que deseja a viabilidade de um sistema de treinamento coeso, integrado e inédito, que atenda essa área vital do Estado de Roraima.

REIMPLANTAÇÃO DO BATALHÃO DE TRÂNSITO NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ - UMA PROPOSTA

Salvador Braulino **SOBRINHO** - Ten Cel PMSE
EDMILSON Anastácio Ferreira - Ten Cel PMCE
FLARES Luiz Braga Ferreira - Ten Cel PMCE
Fortaleza - CE
CSP junho, 2003

RESUMO

Reimplantação do Batalhão de Trânsito na Polícia Militar do Ceará – uma proposta procura analisar os reflexos no trânsito na cidade de Fortaleza, após a extinção do policiamento de trânsito urbano do Batalhão de Trânsito, e a importância de sua reativação para a redução de acidentes automobilísticos e de infrações de trânsito. Apresenta-se a história da evolução do trânsito na capital do Estado, com sua recente municipalização, comentando sobre a atuação e atribuições dos Órgãos fiscalizadores e a formação de seus agentes, enfatizando a legalidade da atuação dos infratores por aqueles. Mostra-se um breve relato histórico do período de existência do Batalhão de Trânsito, enfocando sua extinção e analisando as consequências desse ato. Explicita-se a abrangência do Poder de Polícia do policial militar e os pressupostos legais para sua atuação no trânsito. Comparam-se os índices de ocorrências no trânsito de Fortaleza, num período compreendido entre dois anos anteriores e dois posteriores à desativação do Batalhão. Avaliam-se os princípios da filosofia de Polícia Comunitária, discorrendo sobre a necessidade de sua utilização pelo policiamento de trânsito. Propõe-se a criação de um perfil para a seleção dos policiais que atuarão no trânsito e apresenta-se uma proposta de currículo para o curso de especialização nessa área. Apontam-se princípios norteadores para a celebração de Convênios com o Município. Analisam-se os dados coletados em pesquisa de campo para que os mesmos possam oferecer maiores esclarecimentos a respeito do assunto abordado.

POLÍCIA COMUNITÁRIA NO BRASIL

José Maria **ARAÚJO** - Ten Cel PMMA

Francisco **MELO** da Silva - Ten Cel PMMA

LAURO de Jesus Ribeiro de Melo - Ten Cel BMMA

Fortaleza - CE

CSP junho, 2003

RESUMO

Polícia comunitária no Brasil é um modelo que se apresenta como uma alternativa para a prevenção criminal. O trabalho investigativo faz uma evolução histórica da polícia, desde sua gênese, no Estado Feudal, até a atualidade, e apresentam os principais motivos que levaram o modelo tradicional à improdutividade. A filosofia de polícia comunitária é praticada em diversos países, destacando-se como o que há de mais moderno para combater a criminalidade. É uma redefinição do sistema policial brasileiro, que tem como base a construção de uma relação sólida, entre a polícia e a sociedade, para que ambas possam somar esforços e trabalharem integradas, visando o bem comum coletivo. A partir de práticas da nova polícia em outros países e em Estados brasileiros, o trabalho faz uma análise das principais estratégias de como enfrentar os desafios da segurança pública. O estudo de polícia comunitária aqui pesquisado postula uma profunda reavaliação da forma de se pensar polícia, uma mudança do tradicional para o moderno, pois a função policial não lida apenas com conduta criminosas, é muito mais abrangente. Concluímos que o assunto não se apresenta como algo acabado, mas que sirva de estímulo a todos aqueles que acreditam que seja possível mudar a face da polícia brasileira e queiram ter uma melhor compreensão de como encarar a problemática da criminalidade.

CAPÍTULO V

2004

A ORIENTAÇÃO RELIGIOSA PERMANENTE COMO FATOR MOTIVACIONAL PARA A MUDANÇA DE COMPORTAMENTO DO POLICIAL MILITAR NA PREVENÇÃO DE CONDUTAS IRREGULARES

Erir Ribeiro **COSTA FILHO** - Ten Cel PMERJ
CRISTÓVÃO Sampaio - Ten Cel PMAM
Ricardo Coutinho **PACHECO** - Ten Cel PMERJ
Fortaleza - CE
CSP junho, 2004

RESUMO

A atuação dos policiais militares do Brasil vem rotineiramente recebendo críticas no que se refere ao uso da violência e outros desvios de conduta praticados pelos mesmos no desempenho de suas atividades. Neste contexto, acreditando que existe a possibilidade de minimizar este problema através da assistência religiosa no interior dos quartéis, buscamos pesquisar junto a Polícia Militar do Estado do Amazonas e do Rio de Janeiro, o nível de prestação do serviço de assistência religiosa e seus resultados, bem como suas perspectivas de aplicação, de modo a fornecer subsídios aos comandantes quanto a importância da assistência religiosa como um poderoso instrumento a ser utilizado no exercício do comando, de modo a melhorar o nível de prestação do serviço policial militar. Assim como, fornecer ao policial equilíbrio emocional que possibilite conviver em sociedade a despeito de todas as pressões que recebe.

ANÁLISE DOS MECANISMOS DE CONTROLE DA VIOLÊNCIA POLICIAL NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

José **FERNANDO** Caou- Ten Cel PMDF
ADAUTO Gama de Oliveira Filho - Ten Cel PMDF
Fortaleza - CE
CSP junho, 2004

RESUMO

Análise dos mecanismos de controle da violência policial na Polícia Militar do Distrito Federal. Aborda-se a violência no contexto estrutural, sistêmico e doméstico, ressaltando a violência policial e a impunidade de policiais militares. Apresentam-se os mecanismos de controle da violência policial destacando os órgãos de fiscalização e a legislação. Identificam-se os mecanismos de controle da violência policial utilizados na Polícia Militar do Distrito Federal, destacando as ações desenvolvidas para coibir os abusos cometidos de toda ordem e análise dos inquéritos policiais militares e sindicâncias instaurados, assim como os auto de prisão em flagrante lavrados. Conclui-se que a utilização dos mecanismos no controle da violência policial militar da PMDF são eficientes e eficazes.

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO INTEGRADO PARA A MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À SOCIEDADE PELOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA DO CIDADÃO NO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

José Ribamar Pereira da **SILVA FILHO** - Ten Cel PMMA
João **VANDERLEY** Costa Pereira - MAJ BMMA
Fortaleza - CE
CSP junho, 2004

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma avaliação da importância do ensino integrado para a melhoria dos serviços prestados à sociedade pelos profissionais de segurança do cidadão no Sistema de Segurança Pública do Estado do Maranhão. No contexto do estudo, o conteúdo foi desenvolvido, considerando-se os seguintes aspectos: contextualização histórica do ensino policial no Brasil e no Estado do Maranhão. Em seguida discorremos sobre uma reflexão didático-pedagógica do ensino policial praticado no Brasil. Também mencionamos as experiências de ensino integrado para servidores civis e militares no Estado do Maranhão. Observamos ainda, experiências de atividades operacionais, praticadas de forma integrada no Estado do Maranhão nos seguintes órgãos: CIOPS – Centro Integrado de Operações Policiais, CIDS – Centro Integrado de Defesa Social e GTA – Grupo Tático Aéreo, nos quais seus integrantes passaram anteriormente por cursos integrados. Também realizamos pesquisa de campo envolvendo os integrantes das três Instituições – PMMA – Polícia Militar do Maranhão, CBMMA – Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão e PC – Polícia Civil. Além de entrevistarmos os gestores das três Corporações, os Comandantes Gerais da PMMA e CBMMA e o Delegado Geral da PC, onde ficou evidenciado a importância do estudo do tema proposto e finalmente apresentamos propostas visando a melhoria dos serviços prestados à comunidade, a partir da integração do ensino policial.

O PAPEL DA AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR NO COMBATE À VIOLÊNCIA POLICIAL NO ESTADO DO CEARÁ

Isaac Newton Brasil **Burlamaqui** - Ten Cel PMCE
Edison **Prola** - Ten Cel PMRR
Fortaleza - CE
CSP junho, 2004

RESUMO

O papel da Auditoria da Justiça Militar no combate à violência policial no Estado do Ceará. Identificam-se as noções de violência policial através da análise dos diversos conceitos sobre violência, destacando-se a violência policial com dois vieses particulares, a violência legal e a violência ilegal. Além dos aspectos conceituais, incluiu-se os sociais, jurídicos e históricos da violência policial, articulando informações estatísticas recentes sobre o fenômeno e casos concretos de violações ao direito à vida com tais características. Apresentam-se a evolução histórica da Justiça Militar, seu papel e influências no combate à violência policial. Estabelecem-se as relações entre a violência social e a violência policial e a atuação da Auditoria da Justiça Militar. Indicam-se as ações que podem ser utilizadas para controle da violência policial. Conclui-se que a violência policial não é fenômeno novo, tem suas razões na estrutura social, institucional e na pessoa do policial. Há mecanismos de repressão à violência policial tanto em nível interno como externo através das punições e exclusões, procedimentos administrativos na Corregedoria Geral dos Órgãos da Segurança Pública e de apurações dos crimes pela Justiça Militar. Apesar das dificuldades, não se pode tolerar ou cruzar os braços diante desse fenômeno, pois significaria abrir mão de direitos humanos conseguidos à duras penas. Por fim, apresenta-se propostas para a minimização do problema por parte das autoridades constituídas.

ANÁLISE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS NAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE

GENÁRIO dos Santos João - Ten Cel PMSE

ACELINO Evangelista de Santana - Ten Cel PMSE

Fortaleza - CE

CSP junho, 2004

RESUMO

Análise dos objetivos estratégicos nas atividades de inteligência da Polícia Militar de Sergipe. Apresenta-se um panorama das prospectivas de um planejamento estratégico, com previsão e interpretação de cenários para consecução de objetivos. Identifica-se os objetivos estratégicos almejados nas atividades de inteligência, enfatizando a importância da informação e sua segurança para tomada de decisão. Origem de dados buscados e coletados, armazenados numa base de dados que analisados produzem conhecimentos. O profissional de inteligência qualificado e especializado para ser empregado na busca de dado negado e na coleta de dados. O policiamento velado utilizado em apoio ao policiamento ostensivo. A criminalidade e violência, fatores determinantes de insegurança pública, vem afetando a tranquilidade e o bem estar social. A legislação estadual trata da organização e funcionamento da corporação e a federal instituída para integrar as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência no país. Apresenta-se a pesquisa de campo com a análise e interpretação dos dados obtidos. Enfatiza-se a importância do uso da atividade de inteligência na produção de conhecimentos para emprego nos planejamentos estratégicos da corporação, objetivando a redução e controle da criminalidade e violência. Conclui-se propondo a implantação de uma doutrina reguladora das atividades de inteligência na Polícia Militar de Sergipe.

A POLÍCIA CIDADÃ NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DA VISÃO DO SOLDADO PM EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

IRATAN Barbosa dos Santos - Ten Cel PMMA

ODAIR dos Santos Ferreira - Ten Cel PMMA

Fortaleza - CE

CSP junho, 2004

RESUMO

Este trabalho científico tem por tema “A POLÍCIA CIDADÃ NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DA VISÃO DO SOLDADO PM EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL”, tendo como objetivo geral a análise das atividades desenvolvidas pela polícia militar, no combate à criminalidade e a violência, para a preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio. A metodologia utilizada foi através do estudo descritivo analítico, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, de campo e documental; quanto a tipologia da pesquisa, segundo a utilização dos resultados foi aplicada; segundo a abordagem foi qualitativa e quantitativa ; quanto aos objetivos foi descritiva e exploratória. A pesquisa campo foi aplicada através de questionários mistos aos soldados PM do 1º BPM, 6º BPM e 9º BPM, todos da região metropolitana de São Luiz/MA. Contatos foram realizados com 1 (um) coronel da PMMA com conhecimento profundo a respeito do assunto e 01 (um) político ligado à comissão de cidadania da Assembléia Legislativa do Maranhão. Ao final, após a análise dos questionários e das entrevistas, destacamos que a polícia cidadã no Maranhão, apesar de alguns avanços mostrou que não há uma doutrina na aplicabilidade dos procedimentos policiais, sendo que, por ocasião das propostas, apresentamos sugestões que possam ajudar na efetivação desta filosofia institucional.

O CRIME DE DESERÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ: IMPACTO SÓCIO-CRIMINAL

Luís **CARLOS** da Silva Santos Oliveira – Maj PMCE
Hervano **MACEDO** Júnior- Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP junho, 2004

RESUMO

O crime de deserção na Polícia Militar do Ceará: impacto sócio-criminal. Identificam-se os vários conceitos de deserção bem como os fatores que influenciam o policial militar a cometer esse crime, e seus reflexos para a instituição, para o desertor e para seus familiares. Apresentam-se o perfil do desertor, seu comportamento e tempo de serviço. Também traz-se à baila as diferentes visões acerca da deserção, sua caracterização e aspectos relevantes como a prescrição e o princípio da insignificância. Indicam-se as sugestões para minimizar o cometimento desse crime e necessidades de mudança comportamental por parte dos comandantes de OPMs e dos próprios desertores. Estabelecem-se as relações entre a idade, o comportamento e o tempo de serviço do desertor e os fatores que o levam a cometer o crime de deserção. Conclui-se que há necessidade de reformulação da legislação quanto à natureza criminal desse fato típico e de mudanças institucionais que visem sociabilizar o policial cidadão, inclusive com a separação dos desertores dos demais presos que se encontram encarcerados no presídio militar.

A ESCALA EXTRA-REMUNERADA PARA O QUADRO DE POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO AMAPÁ.

Luiz **SÉRGIO RODRIGUES** Pereira - Ten Cel PMERJ
Walter Soares de **OLIVEIRA** - Ten Cel PMAP
Sérgio **ROBERTO** do Nascimento - Maj PMAP
Fortaleza - CE
CSP junho, 2004

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a escala extra-renumerada para os policiais militares do Quadro do Estado do Amapá, como forma de suplementação da atividade operacional da Polícia Militar. A crescente exigência por parte da sociedade de um nível mais elevado de segurança, em face do aumento constante da criminalidade, obriga a Corporação a buscar alternativas criativas para reforçar a atividade-afim, ou seja, o policiamento ostensivo. Ante a dificuldade de se aumentar efetivos diante da falência de outros mecanismos sociais e governamentais, que poderiam auxiliar no controle da criminalidade, resta à Polícia Militar combater os seus efeitos, agindo preferencialmente na sua prevenção. A Viabilidade de implantação de um sistema de escala extraordinária remunerada é, especialmente, analisada quanto aos seus aspectos legal, institucional, social e econômico e seus reflexos, positivos e negativos. É analisada ainda como uma alternativa legal que se contrapõe à atividade extracorporação, atividade esta ilegal e nefasta em todos os sentidos. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental sobre o assunto, já que o mesmo vem sendo tratado teoricamente e, em alguns países e mesmo em alguns estados brasileiros, já se passou da teoria à prática. A pesquisa bibliográfica também forneceu preciosos elementos de pesquisa já realizada que serviram de suporte para este estudo. Analisando todo o conteúdo, verifica-se que um sistema de escala extra-renumerada pelo Estado, como forma econômica de agregar maior efetivo na atividade-fim da Corporação, com a indicação de seus benefícios e óbices a serem implantados, mas, sobretudo como alternativa lógica e factível de melhorar os vencimentos do policial militar, aumentar a presença de polícia ostensiva nas ruas, a prevenção e o combate à criminalidade e resgatar da imagem institucional.

CAPÍTULO VI

2005

A MANUTENÇÃO DE MOTOMECANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA

José **RICARDO** Bezerra Santos - Ten Cel PM

EDÍLSON Pereira Monteiro - Ten Cel PM

Fortaleza - CE

CSP julho, 2005

RESUMO

Nos dias de hoje, tem sido uma preocupação constante dos administradores de empresa que detém veículos (viaturas), e que as utilizam para o dia-a-dia em suas atividades, o conhecimento para a aplicação de uma política que facilite o controle administrativo, através de um processo eficiente, eficaz e econômico de sua frota. Constitui-se este trabalho técnico científico de um estudo no campo da manutenção da frota, cujo objetivo é implantar uma política de motomecanização para a Polícia Militar do Ceará, que envolva deste o processo de escolha, aquisição, controle, e, principalmente a manutenção da frota, com ênfase o binômio custo x benefício. Os dados da pesquisa de campo colhidos junto aos comandantes de batalhões e companhias, pessoal de manutenção da DAL, oficiais e motoristas da operacionalidade da 1ª Cia do 6ª BPM constataram que o processo de manutenção da frota da PM precisa ser melhorado. Assim sendo, recomendações são apresentadas neste trabalho que se forem seguidas por todos que detém poderes na sua atividade de gestão e direção, formarão conseqüentemente, uma política de procedimentos na conduta, que bem administrada, trará vantagens de cunho sócio-econômico para a Polícia Militar.

A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ ANTE À PROBLEMÁTICA DA PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIL: ORIGEM, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.

Antônio Marcílio **MARCELINO** Castelo da Silva - TC PMCE

Cleiton **NÓBREGA** Vieira - MAJ PMCE

Antonio **AGUIAR** Gadelha - MAJ PMCE

Fortaleza - CE

CSP julho, 2005

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as causas e os efeitos da prostituição infanto-juvenil na Grande Fortaleza, mostrando de forma holística todas as facetas desta prática delituosa, tão bem disseminada em nossa capital, por que não dizer em todo o País. Estudos e comissões parlamentares de inquéritos já foram instaladas em todo o Brasil, na busca de oferecer uma solução adequada a nossa população, são incontáveis os fatores que levam a população menos favorecida a praticar esse tipo de delito, procuraremos ser imparciais e impessoais, no tratamento com os atores envolvidos na questão, tratando de maneira isenta e livre de qualquer emissão de pensamento, ou julgamento ao que se apresentar durante a execução dos trabalhos de pesquisa. Os procedimentos metodológicos adotados, para a realização deste trabalho, consistiram em dois momentos: uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo. No primeiro, fundamentaram-se as idéias na literatura existente sobre a questão da prostituição infanto-juvenil, através dos trabalhos realizados por renomados no nosso País, e por estudiosos dos problemas sociais, conforme dito anteriormente, pelo amplo e vasto material produzido pelas Comissões Parlamentares de Inquéritos juntamente com suas sugestões e resultados. No segundo, foram realizados estudos de caso, sendo o primeiro através de entrevistas a autoridades entendidas no assunto, que lidam diretamente com o problema da prostituição infanto-juvenil em Fortaleza, e o segundo através da aplicação de um questionário semi-estruturado aos policiais-militares da 1ªCia/5ºBPM, ao nível de Oficiais e Praças que trabalham diretamente na rua e vivenciam o problema de perto, principalmente porque esta subunidade atua diretamente na área em que ocorre um maior número de casos dessa prática delituosa ora em estudo. Após a coleta e tabulação dos dados, verificou-se que o processo instrucional na Polícia Militar do Ceará ocorre de maneira, na maioria das vezes, empírica, não há uma preocupação nos níveis hierárquicos mais baixos quanto a parte de instruir os comandados referente à problemática da exploração sexual infanto-juvenil, bem como não existe uma política bem definida para se combater esse tipo de problema. A

Polícia Militar do Ceará trata do assunto sobre o enfoque da repressão e não da prevenção. Concluiu-se que se faz necessário fomentar a instrução especializada quanto aos problemas relacionados à criança e ainda desenvolver uma ação eficaz e eficiente no combate ao crime de exploração sexual a criança e ao adolescente.

Palavras-chave: Exploração Sexual Infanto-juvenil, Prevenção e Polícia Militar do Ceará.

A PERDA DO POSTO E DA PATENTE DOS OFICIAIS E DA GRADUAÇÃO DAS PRAÇAS NA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, EM FACE DA ORDEM CONSTITUCIONAL VIGENTE

JAIME das Chagas Oliveira - Ten Cel PMPI

RUBENS da Silva Pereira - Maj PMPI

Fortaleza - CE

CSP julho, 2005

RESUMO

A perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças na Polícia Militar do Piauí, em face da ordem constitucional vigente, versa sobre os atos demissionários dos militares, na ótica de interpretação do art. 125, § 4º, da Constituição Federal do Brasil. Estuda-se o alcance desse dispositivo constitucional em relação aos atos administrativos de demissão de graduados. Analisa-se a tríplice responsabilidade funcional aplicável aos militares, na violação dos seus deveres estatutários, sob o fundamento dos princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Em seguida, faz-se uma análise das várias formas de desligamento da Corporação Militar e o exame das divergências doutrinárias e jurisprudenciais em torno do tema no Direito brasileiro. Comenta-se, por fim, sobre os processos administrativos de formalização das sanções disciplinares demissionárias nas organizações militares, a ritualística processual nas várias instâncias de decisão e a competência para julgamento.

ACIDENTE COM PRODUTOS PERIGOSOS NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO - ISOLAMENTO DO LOCAL

Álvaro Henrique **PESSANHA** - Ten Cel PMERJ

OLÍMPIO Cardoso Neto - Ten Cel PMTO

Fortaleza - CE

CSP julho, 2005

RESUMO

O presente trabalho versando sobre o acidente com produtos perigosos no transporte rodoviário – isolamento do local, tem por escopo avaliar o conhecimento que os policiais da CPRv (Companhia de Policiamento Rodoviário) detêm na área de normas, dispositivos legais e atendimento de uma emergência com produtos dessa natureza. Buscamos ainda, verificar a legislação existente, as formas de reconhecer um produto perigoso, as causas dos acidentes e os riscos propiciados à saúde. A metodologia adotada foi à coleta de dados, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de questionário, o qual foi aplicado a uma parcela do efetivo da CPRv. Conclui-se pela necessidade de se adequar às ações a um procedimento operacional padrão, visando minimizar as conseqüências para o policial militar, a comunidade e o meio ambiente.

O EMPREGO DA POLÍCIA MILITAR EM ATIVIDADE DE TRÂNSITO, EM FORTALEZA, FACE À NOVA ORDEM JURÍDICA: PREVENÇÃO E REPRESSÃO DE CRIMES E INFRAÇÕES OU DESVIO DE FINALIDADE?

Antonio **GOMES FILHO** - MAJ PMCE
Francisco Othon Mota **SOUTO** - MAJ PMCE
IZAIAS Ferreira da Silva - MAJ PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2005

RESUMO

O emprego da Polícia Militar em atividade de trânsito, em Fortaleza, face à nova ordem jurídica: prevenção e repressão de crimes e infrações ou desvio de finalidade? Mostrar a realidade existente no cotidiano do trânsito em Fortaleza, analisando, dialeticamente, o fenômeno da municipalização, as conseqüências nefastas de um ato governamental que pôs fim ao órgão estadual responsável pelo policiamento ostensivo de trânsito em nossa capital, procurando entender a relação de causalidade entre essa medida e o substancial incremento dos crimes, infrações de trânsito e outros delitos, que se vislumbrou após a extinção do Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTRAN). Estuda o poder de polícia de trânsito nas suas mais variadas vertentes, abrangências, limites, buscando identificar os dispositivos legais que norteiam as atividades de trânsito inerentes à polícia militar e à autarquia municipal de trânsito, serviços públicos e cidadania. Aborda os mais diversos tipos e modalidades de policiamento ostensivo de trânsito, com ênfase à sua função precípua de proporcionar segurança subjetiva ao usuário da via pública. Avalia o grau de satisfação do público com o modelo operacional de trânsito urbano em Fortaleza, direcionando para a vertente interativa. Sugere a celebração de convênios entre o Estado e o Município com o fim de inserir o policial militar no contexto do trânsito em Fortaleza. Analisa, finalmente, as informações colhidas em pesquisa de campo e bibliografia, que abalizam, de forma científica, as conclusões dos autores sobre o tema.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE: UMA PROBLEMÁTICA SOCIAL E POLICIAL

Edvaldo José cunha **SARMANHO** - TEN CEL PMPA

Luiz **BRITO** dos Santos - TEN CEL PMPA

Fortaleza - CE

CSP julho, 2005

RESUMO

A temática de nosso trabalho técnico-científico-sociológico, realizado com critérios didáticos e legais, diz respeito ao estudo e análise da reintegração de posse focada como um problema de ordem social e policial, onde foi realizado diagnóstico desta problemática bastante atual nos nossos dias, mediante pesquisa exploratória, no Estado do Pará, tendo sido realizada auscultando um Juiz de Direito, um Advogado, o Subcomandante do Grupo Tático, e o atual Exmo. Sr. Comandante Geral daquele estado, por entrevista padronizada, para servir de indicador da realidade que convivem a Polícia Militar do Pará e os sem terra, face às reintegrações de posse. Após diagnóstico desta situação vivenciada pela Polícia Militar do Estado do Pará, comprovando de fato a existência da dificuldade do trabalho da PM no âmbito do cumprimento de mandados judiciais, passa a analisar e estudar os planejamentos já existentes, em níveis federal e estadual, objetivando traçar um caminho adequado para nossa realidade. O Estudo propõe mostrar a necessidade da participação de vários órgãos públicos quando da execução da reintegração de posse, o que já vem devidamente produzindo efeitos e resultados positivos, demonstrados, ajustando-se muito bem ao Estado do Pará, modelo este que visa integrar-se com outros órgãos estatais.

OS EFEITOS DOS PARADIGMAS NOS MODELOS DE GESTÃO DAS POLÍCIAS MILITARES, SOB A ÓTICA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

SUAMY Santana da Silva – Ten Cel PMDF
Sérgio Luiz de Souza **CORDEIRO** – Maj PMDF
Fortaleza - CE
CSP julho, 2005

RESUMO

A democracia e a cidadania como aspectos fundamentais para novos modelos de gestão nas policias militares. A identificação dos principais paradigmas que impendem a construção dessa nova realidade deve ser objeto de estudo, assim como os aspectos relacionados à ideologia e seus reflexos na administração policial militar. Com bases nos dados constituídos, propõem-se o repensar das práticas de gestão da atividade de Polícia Administrativa dentro do enfoque de consolidação do Estado democrático de direito e do respeito aos Direitos Humanos.

O TALÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIAS (TRO) COMO INSTRUMENTO EFICAZ DE PROVA PARA A JUSTIÇA

PEDRO PAULO da Silva– Ten Cel PMERJ

Paulo **CEZAR VIEIRA**– Ten Cel PMERJ

Fortaleza - CE

CSP julho, 2005

RESUMO

O presente trabalho objetivou a reestruturação do Talão de Registro de Ocorrências (TRO) atualmente utilizado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), para torná-lo um meio eficiente e eficaz de apresentação de dados ao Ministério Público e à Justiça. Para tanto, foram realizadas entrevistas com insígnias magistrados, promotores de justiça, delegados de polícia e oficiais e praças da PMERJ. Verificou-se que o atual TRO é inadequado aos fins a que se destina, especialmente por sua dimensão reduzida e pela omissão de campos necessários ao preenchimento minucioso de dados referentes à ocorrência policial. Sugeriu-se, então, um novo modelo de TRO denominado Boletim de Registro de Ocorrência (BRO), objetivando-se, desta forma, proporcionar um instrumental técnico-profissional efetivamente útil ao planejamento e às ações operacionais da PMERJ, além de atender com maior presteza aos interesses da Justiça.

PROPOSTA DE CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM GABINETE DE GERENCIAMENTO DE CRISES NO ÂMBITO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO ACRE

AMARILDO LIMA DO **NASCIMENTO** – MAJ PMAC
GHIORGIONY **FRANKLIN** DA SILVA – MAJ PMCE
ULYSSES FREITAS DE ARAÚJO – MAJ PMAC
Fortaleza - CE
CSP julho, 2005

RESUMO

Estudo Monográfico, tipo pesquisa bibliográfica e de campo, relativo ao tema A Criação e implementação de um Gabinete de Gerenciamento de Crises no âmbito do Sistema de Defesa Social do Estado do Acre. Em princípio, formulamos a hipótese de que a criação e implementação de um Gabinete de Gerenciamento de Crises no âmbito do Sistema de Defesa Social do Estado do Acre, influenciaria na minimização dos riscos a integridade física e moral das partes envolvidas na crise e legitimaria a ação das autoridades constituídas e dos órgãos policiais perante a sociedade na resolução da crise. O universo da pesquisa pautou-se em 5.000 (cinco mil) sujeitos, de onde foi retirada uma amostra de 250 (duzentos e cinquenta) respondentes, nos moldes estatístico-matemático. Os resultados obtidos na coleta dos dados, após análise estatística, e ainda com base na doutrina de emprego tático-operacional de Gerenciamento de Crises que serviram de supedâneo para convalidar a hipótese mencionada, nos conduziu a concluir que a criação e implementação de um Gabinete de Gerenciamento de Crises no âmbito do Sistema de Defesa Social do Estado do Acre trará inúmeros benefícios sociais a sociedade acreana, na área de segurança pública objetiva e subjetiva, o que nos leva a crer, que a colocação em prática do objeto proposto na presente monografia, será questão de tempo, diante da patente comprovação de aceitabilidade do tema proposto, e do anseio sentido na avaliação dos resultados do questionário aplicado.

CAPÍTULO VII

2006

O PROCEDIMENTO DISCIPLINAR NA PMCE: PADRONIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS PERTINENTES

José Rocha **FRANCO NETO** – MAJ PM
Marcello de Lima **FURTADO** – MAJ PM
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

O procedimento disciplinar na Polícia Militar do Ceará: normatização dos documentos pertinentes. Identificam-se os diversos tipos de processos regulares em vigor na Corporação militar cearense. Indicam-se os princípios constitucionais aplicáveis ao procedimento disciplinar, bem como os requisitos essenciais para validade dos atos administrativos inerentes ao seu rito. Estabelece-se uma relação entre a constituição federal, doutrina administrativa e a prática do dia-a-dia executada pelos oficiais da PMCE quando da aplicação do procedimento disciplinar. Conclui-se que, pela falta de normatização do Código Disciplinar PM/BM, os oficiais responsáveis pela aplicação do poder disciplinar, terminam por criarem modelos próprios de documentos alusivos a prática daquele dispositivo, sendo, portanto viável a criação de uma regulamentação para a matéria bem como um manual de formulários para uso pelas diversas unidades da estrutura da Polícia Militar do Ceará.

Palavras-chave: Processo regular. Poder disciplinar. Procedimento disciplinar. Atos administrativos.

GESTÃO DE PESSOAS - UMA VISÃO HUMANISTA DO POLICIAL DO GATE COM FOCO NA SATISFAÇÃO DO POLICIAL MILITAR NO EXERCÍCIO DA SUA FUNÇÃO.

MARIO Silva **JUNIOR** - Ten Cel PMDF
Erisson **LEMOS PITA** - Ten Cel PMDF
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

Este trabalho de cunho acadêmico tem por finalidade averiguar, na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, o nível de satisfação do policial do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) da Polícia Militar do Ceará, no exercício da sua função. Foram observados aspectos relacionados ao ambiente de trabalho, clima organizacional, relacionamento interpessoal e aos anseios dos milicianos. Como instrumento de coleta de dados, optou-se pelo questionário com perguntas fechadas, que permitissem pesquisar a totalidade do universo de policiais que desempenham ações táticas especiais, atividade-fim do GATE. Para tratamento dos dados obtidos foram utilizados os programas de computador SPSS, versão 11.5; Microsoft Excel e Word. As questões norteadoras estabelecidas, foram respondidas em sua totalidade e permitiram a verificação de que, em linhas gerais, os policiais estão satisfeitos. Embora desempenhem atividades incomuns, vez que sua missão lhes impõe um enorme dispêndio de energia física e psicológica, os policiais militares do GATE evidenciaram ainda que: se percebem reconhecidos pelos companheiros, pelo comando pela sociedade e pela imprensa; se sentem apoiados pela sua chefia; se sentem perfeitamente integrados ao grupo; têm opiniões divididas acerca de sua jornada de trabalho e folga e; estão insatisfeitos com as atividades de lazer no grupo. Como sugestões oferecidas, destacam-se: a divulgação de seus resultados aos integrantes do GATE; o estabelecimento de novos canais de comunicação; o contínuo acompanhamento psicológico de seus integrantes; a inclusão da gestão de pessoas nos currículos dos cursos regulares da Corporação, bem como de cursos específicos, presenciais ou por meio eletrônico; o direcionamento de parte da pesquisa acadêmica a esse campo de estudo e enfim; a criação de uma assessoria de gestão de pessoas na Diretoria de Pessoal da PMCE para o desenvolvimento de políticas sob este conceito.

Palavras-chave: gestão de pessoas, satisfação, motivação, Grupo de Ações Táticas Especiais e Polícia Militar do Ceará.

ATIVIDADE FÍSICA E A RELAÇÃO CUSTO BENEFÍCIO PARA A ESCALA DE SERVIÇO

JULIO Rocha Aquino - Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

A presente monografia trata de citar os benefícios resultantes da prática da atividade física direcionada aos policiais militares, no exercício de suas funções. Objetivando uma melhor prestação de serviço à sociedade. O assunto é decorrido ao longo de quatro capítulos: atividades físicas da pré-história até a primeira concepção de medicina esportiva; o indivíduo e uma vida ativa; o que é qualidade de vida; resultado e análise da pesquisa de campo. Afinal, conclui-se que a constância na prática de atividades físicas propiciará um melhor serviço de segurança pública, bem como uma diminuição dos gastos com doenças advindas da falta de condicionamento físico. O processo resulta numa melhoria na qualidade de vida do policial militar.

CONFLITOS AGRÁRIOS: A PERFORMANCE DO GOVERNO DA BAHIA, COM ÊNFASE PARA A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

JOSÉ ALVES dos Santos - Ten Cel PMBA
PAULO Fernando Cunha Bonfim - Ten Cel PMBA
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

Aferir a performance do governo da Bahia no que é pertinente à manutenção da paz no campo, com ênfase para a atuação da Polícia Militar é o objetivo desta monografia, instrumentalizada com uma abordagem sobre reforma agrária, movimentos sociais, sendo complementada por pesquisas, análises e interpretações de políticas públicas direcionadas para a temática, conflitos sociais, demandas, processo de sinergia, mensuração de óbices e gerenciamento de negociações. O relacionamento do governo da Bahia versus movimentos sociais de uma forma geral, particularizando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é vertente principal da pesquisa. Ao final é desenvolvida uma série de considerações com o escopo de sanar desconformidades, pontuar os acertos e sugerir medidas que, salvo melhor entendimento, possam permitir a perenidade das ações que, nos últimos anos, têm transformado a Bahia em um oásis de paz e tranquilidade no campo.

Palavras-chave: Performance. Governo da Bahia. Polícia Militar. Conflitos Sociais. Negociação. Paz no Campo e Movimentos Sociais.

EXPANSÃO DA DOCTRINA DE GERENCIAMENTO DE CRISES DA SSPDS PARA AS UNIDADES E SUBUNIDADES DA PM NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ

Francisco José **BEZERRA** Rodrigues - Ten Cel PMCE
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a expansão da doutrina de gerenciamento de crises da SSPDS para as unidades e subunidades da PM no interior do Estado do Ceará. A metodologia utilizada para elaboração desta monografia envolveu pesquisa bibliográfica, análise de documentos, a formação e a experiência deste oficial no assunto em pauta. Abordou-se, inicialmente, um breve histórico sobre a evolução do gerenciamento de crises, emitindo conceitos sobre termos técnicos, que são essenciais ao entendimento do assunto. Relatou-se, também, sobre os principais eventos críticos que podem ocorrer no interior do estado, assim como sobre a real situação existente, no que tange ao gerenciamento de crises pelas instituições policiais do Ceará, desde a criação do GCRISES, através do Decreto Estadual nº 25.389, de 23/02/1999. Identificados os problemas existentes, com ênfase para uma falta de doutrina e procedimentos específicos no atendimento às ocorrências de alta complexidade, que podem surgir fora dos limites desta capital, elaborou-se uma proposta que garantiria uma considerável melhoria e confiabilidade na atuação policial, por ocasião das resoluções destas crises. Apresentaram-se sugestões sobre a estrutura de funções que comporiam as células de gerenciamento de crises, a quantidade de policiais utilizados, o processo de treinamento que seria realizado e, ainda, sobre os armamentos e equipamentos essenciais ao emprego tático. As vantagens da implantação do que está sendo proposto também são comentadas nesta monografia. O objetivo maior deste trabalho é proporcionar o entendimento da importância de gerenciar adequadamente as crises, que possam se desenvolver no interior do nosso Ceará, objetivando a preservação das vidas dos envolvidos, a aplicação da lei e o pronto restabelecimento da ordem pública, resguardando, com isso, a credibilidade da força policial e o aumento da tranquilidade pública.

Palavras-Chave: Gerenciamento de Crises. GCRISES. Ocorrências de Alta Complexidade. Decreto Estadual nº 25.389. Solução Negociada. Solução Tática.

PREPARAÇÃO DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ PARA A RESERVA/INATIVIDADE

Luciano **BUARQUE** Barbosa – Ten Cel PMDF
João Furlanette **CONEZA** – Ten Cel PMDF
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

Esta investigação procurou identificar a necessidade de ações a ser escolhida pela Polícia Militar do Estado do Ceará no tocante à preparação de seus efetivos para a passagem à reserva, procurando proporcionar melhor qualidade de vida. Por intermédio de pesquisas diretas, mediante questionários, buscamos evidenciar as principais preocupações dos servidores diante de suas transposições para outra fase da vida, concluindo por sugerir a criação de um programa de preparação para a reserva em virtude do interesse que muitos servidores, com mais de 25 (vinte e cinco) anos, possuem em continuar trabalhando, o que denota vitalidade e disposição para se ocuparem com atividades produtivas. Observamos que outras co-irmãs já se preocupam com esta questão, bem como várias empresas públicas e privadas, no intuito de aproveitar a experiência de um servidor/colaborador que tem a vivência de 30 anos de serviço. Como alternativas viáveis e exeqüíveis pela Organização, em razão da simplicidade de que se revestem, destacaram-se as seguintes ações: manter uma rede de relacionamentos pessoais otimizadas; ter uma visão empreendedora; trabalhar como voluntário na área de assistência à saúde; desenvolver atividades produtivas remuneradas ou não; exercitar-se mais e estar em melhores condições de saúde, praticando esportes ou realizando caminhadas; estar atento ao mercado de trabalho; dar o devido valor à saúde; estudar sempre; distribuir melhor o tempo com a família; participar de associações recreativas e assistenciais.

Palavras-chaves: Qualidade de Vida. Melhores Condições de Saúde. Visão

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO PATRIMONIAL NA PMPA

ROLIAN dos Santos Silva - Ten Cel PM
OSMAR Vieira da Costa Junior - Ten Cel PM
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

A finalidade deste estudo é propor práticas para a administração patrimonial, notadamente junto ao Comando da Polícia Militar do Pará, objetivando resolver os principais problemas encontrados neste setor e evitar conseqüências indesejáveis. Este trabalho representa mais uma contribuição aos gestores de segurança pública e à administração de recursos materiais e patrimoniais de um modo geral. A apresentação deste trabalho está inserida na programação curricular do Curso Superior de Polícia Militar, da Academia General Edgar Facó, unidade acadêmica de alto prestígio e longa tradição, pertencente à Polícia Militar do Ceará. Por certo, o assunto não será esgotado neste trabalho monográfico –nem os autores têm essa pretensão. Todavia, há o intuito de apresentar os mais diversos aspectos que se relacionam com o tema, bem como, posteriormente, muitas contribuições poderão ser incluídas. O estudo desenvolvido é por demais oportuno no atual estágio da economia brasileira, a qual busca o equilíbrio fiscal nos níveis municipal, estadual e federal, apresentando-se como item fundamental de estabilidade e crescimento econômico. A melhoria da gestão patrimonial pode contribuir de forma decisiva para tal equilíbrio. É verdade que esta preocupação é, ainda, incipiente, entretanto a eficiência se apresenta como necessidade imprescindível. Em diversos setores da economia, a busca da eficiência tem sido sinônimo de privatização ou concessão ao setor privado. Há, porém, vários setores estratégicos ou de interesse público, de competência exclusiva do Estado, nos quais apenas uma boa gestão dará sobrevivência em longo prazo. Buscando a evolução do desempenho e da eficiência, revela-se a necessidade de melhoria na gestão do patrimônio, um importante elemento para alcançar bons resultados. É explícito que o setor público apresenta um baixo desempenho gerencial. Este trabalho visa abordar os aspectos de legislação, os métodos utilizados e as dificuldades inerentes à condução da gestão patrimonial, propondo alternativas de mudanças para a melhoria da gestão no campo do patrimônio.

Palavras-chaves: Gestão Patrimonial. Almoxarifado Central. Apoio Logístico. Controle Automatizado. Materiais Permanentes.

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA GESTÃO MILITAR

Dilson Rogério Diforene **VAZ** - Ten Cel PMRR
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

O presente trabalho objetiva estudar os princípios básicos da gestão militar. Fontes bibliográficas foram examinadas em busca das primeiras ações militares de grande vulto na história da raça humana até se chegar aos pais da administração moderna, donos de teorias até hoje discutidas e aplicadas. Aprofundamo-nos analisando cada um dos dez princípios utilizados na gestão militar. Na metodologia aplicada buscamos mostrar a forma que esta pesquisa desenvolveu-se e o instrumento de coleta de dados do tipo questionário. A análise de resultados deu-se por meio de tabelas e gráficos com análises seguidas em cada questão. Ao responder as questões norteadoras, comprovamos que as decisões de um gestor militar devem ser compartilhadas com os colaboradores, como também é possível haver homogeneidade de atividades após a passagem de comando, e, por fim, que os princípios da administração civil podem ser utilizados na gestão militar.

Palavras-Chave: Gestão Militar. Princípios Básicos. Administração Civil.
Homogeneidade de Atividades. Comando.

ANÁLISE ECONÔMICA E AMBIENTAL DO GÁS NATURAL NAS VIATURAS DA PM DE FORTALEZA

ITAMAR Gomes de Carvalho - Cel PMPB
Eugênio **EDUARDO** Costa Carneiro - Ten Cel PMCE
VALDETÁRIO Oliveira Ferreira - Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

A presente monografia trata-se da análise econômica e ambiental do gás natural nas viaturas da PM de Fortaleza. Vários países têm incrementado o uso do gás natural, motivados pela necessidade de uma fonte energética mais limpa e polivalente. Porém, para se obter os reais benefícios do gás natural é preciso priorizar o seu uso através de alternativas que possibilitem alta eficiência energética. Como a decisão acerca da implantação de infra-estruturas de distribuição de gás natural é de caráter estratégico, o objetivo principal avaliar o emprego do gás natural veicular nas viaturas de rádio patrulhamento da PMCE em Fortaleza. Conclui-se que o Gás Natural Veicular deve manter uma paridade de preços com o álcool combustível, e a distribuição de gás para consumo doméstico deve poder ofertar preços inferiores aos do Gás Liquefeito de Petróleo.

A PROBLEMÁTICA HABITACIONAL DOS CABOS E SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA NA GRANDE JOÃO PESSOA

Wilde de Oliveira **MONTEIRO** – Ten Cel PMPB
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

Apesar da definição constitucional da habitação como responsabilidade comum à União, Estados e Municípios, os instrumentos que concretizariam essa co-responsabilidade são insuficientes e, na prática, dividem mais as responsabilidades do que o poder de realizações. Por essa razão, milhares de brasileiros continuam excluídos desse direito. Assim, o Governo, instituições internacionais e entidades não-governamentais precisam se empenhar mais em relação à efetiva implementação do direito à habitação. A cada dia, ressalta-se como necessária e evidente a importância do estabelecimento de uma política habitacional como instrumento insubstituível de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Morar de forma adequada e regularizada num local seguro e saudável, com acesso à infra-estrutura e outros benefícios é, na verdade, uma forma concreta de afirmação de cidadania, o que possibilita a todos o acesso a uma vida mais saudável, segura e digna.

DESCENTRALIZAÇÃO E FIXAÇÃO DOS COMANDOS DE ÁREAS DO CPI PMMA EM SUAS RESPECTIVAS SEDES

FLÁVIO Antonio Silva de Jesus – Ten Cel PMMA
Jose de Ribamar **SILVA CARVALHO** – Ten Cel PMMA
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

A presente monografia trata-se da descentralização e fixação dos comandos de áreas do CPI PMMA em suas respectivas sedes. Pretendendo trazer, dessa forma, evidencia que indiquem melhorias tanto nas atividades administrativas, dando celeridade às tomadas de decisões, quanto nas operacionais, nos gerenciamentos de crises, facilitando o acompanhamento, controle e fiscalização de todas as ações planejadas e desenvolvidas, sobre a responsabilidade de comando de áreas e comandante do policiamento do interior, assessorando com informações em tempo real o comandante geral da Polícia Militar do Maranhão. A descentralização dos comandos de área da CPI PMMA com a necessidade da fixação dos comandos de área nas cidades Bacabal e Imperatriz é, portanto, a razão principal da elaboração da presente monografia. Em relação aos aspectos metodológicos, as questões são investigadas por pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso quando foram ouvidos os comandantes da Unidade do Interior do Estado. Assim, todavia, como se teve oportunidade de mostrar de forma objetiva da necessidade de uma mudança na atual gestão centralizada, prejudicial a qualidade de excelência da competência administrativa e operacional, buscando, principalmente, o combate da criminalidade através da aproximação e integração com a sociedade na busca de soluções para os problemas de segurança pública.

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE NORMAS DE PROCEDIMENTO PARA O EMPREGO DO BATALHAO DE OPERACOES POLICIAIS ESPECIAIS (BOPE), DA POLICIA MILITAR, NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS

LUCIANO Antonio da Silva - Ten Cel PMAL
Paulo Domingos de Araujo **LIMA JUNIOR** - Ten Cel PMAL
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

Este trabalho monográfico consiste em propor, mediante sugestão, ao Comando Geral da Polícia Militar de Alagoas a criação de Normas de Procedimento para Emprego do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE/PMAL), no sistema prisional alagoano. A criação destas normas tem por objetivo doutrinar as ações e/ou operações do BOPE, nas diversas intervenções de crise, nos mais variados estabelecimentos penais existentes no estado de Alagoas. Como a ocorrência de eventos críticos, principalmente em presídios, são situações limites com soluções imprevisíveis, na área da segurança pública, faz-se necessário, por parte da Polícia Militar de Alagoas, uma normatização das ações do BOPE face a estas ocorrências, com intuito de uma melhor preparação e planejamento de sua tropa especial, bem como com o escopo de resguardá-la de futuras ações judiciais e/ou administrativas indesejáveis provenientes de soluções táticas policiais legais para os citados eventos críticos. Para se chegar a esta conclusão foi feito todo o embasamento teórico, dividido em capítulos, onde são expostos e tratados o sistema carcerário no Brasil; o sistema prisional em Alagoas; a competência e os deveres da Polícia Militar de Alagoas, face à questão prisional; a doutrina sucinta, do que venha a ser crise, rebelião em presídios, a sua negociação e gerenciamento, além do planejamento que devera ocorrer, quando do emprego do Batalhão de Operações Policiais Especiais, em situações de crise, no sistema prisional alagoano. Por fim, foram realizadas entrevistas com autoridades que tratam diretamente com o assunto e pesquisas com integrantes dos diversos escalões do BOPE, acerca do tema em proposição, que são trabalhados cientificamente, em um capítulo a parte, reforçando e corroborando com o objetivo geral, deste trabalho técnico, que é a criação das supracitadas normas, mediante portaria do Comandante-Geral do PMAL.

Palavras-chaves: Normas de Procedimento. Crise em Presídio. Emprego do Bope.

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO EFETIVO OPERACIONAL DAS SUBUNIDADES DO 5º E 6º BATALHÕES DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ NA CIDADE DE FORTALEZA

Francisco **PAULO NETO** - Maj QOPMCE
José **WILLAMAR** Lobo Galvão - Maj QOPMCE
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

Ao abordamos o presente tema, buscamos estudar as peculiaridades da cidade de Fortaleza, o conhecimento de dados estatísticos referentes à criminalidade e verificar em que condições se faz o policiamento ostensivo na cidade, com a finalidade de encontrar subsídios que possam melhorar a efetiva participação da Polícia Militar do Ceará no que tange ao controle da criminalidade em nossa capital. No primeiro capítulo, procuramos discorrer sobre o surgimento das polícias militares no mundo e no Brasil e sua missão constitucional. Falamos da importância das polícias militares para a manutenção da ordem e de sua necessidade para o controle da criminalidade e cumprimento da lei. No segundo capítulo, abordamos o tema da fenomenologia da violência. Falamos dos conceitos de violência, da violência no contexto mundial e no Brasil. Sabemos que a violência e a criminalidade sempre estiveram presentes na sociedade desde os primórdios da humanidade. Nas últimas décadas, toda a humanidade vem sofrendo com a banalização da violência de forma generalizada, atingindo todas as camadas sociais. No terceiro capítulo, fizemos um estudo sobre Fortaleza, seus aspectos históricos, geográficos, populacional e social. Procuramos identificar os índices de criminalidade e da violência em Fortaleza, que por ser uma grande metrópole, requer da segurança pública, em especial, da Polícia Militar, responsável pelo policiamento preventivo e ostensivo, ações cada vez mais planejadas e eficientes que venham atender aos anseios da sociedade. Identificamos que a população de Fortaleza tem crescido acentuadamente, concentrando atualmente, quase um terço da população do estado do Ceará. A criminalidade tem crescido e preocupado toda a sociedade, principalmente os delitos contra as pessoas e contra o patrimônio, e em especial, os furtos e os roubos. No quarto capítulo, fizemos uma abordagem sobre a atuação da Polícia Militar em Fortaleza. Procuramos verificar a situação operacional de todas as unidades e subunidades da capital, dentre elas: o efetivo existente, a área de abrangência, o número de bairros, a população, a relação entre número de policiais existentes e o de habitantes, o número de viaturas e policiais de serviço diariamente, com a finalidade de

fazermos um diagnóstico da realidade vivida em Fortaleza. No quinto capítulo, fizemos uma interpretação das pesquisas e entrevistas realizadas. Analisamos as entrevistas com o comandante do Comando de Policiamento da Capital e comandantes de companhias. Interpretamos os dados da pesquisa feita com os policiais militares que trabalham nas companhias estudadas e membros das comunidades que deram sua opinião a respeito de como percebem o atual quadro da segurança pública em Fortaleza. Descobrimos que Fortaleza convive cada vez mais com a violência e a criminalidade, face às ações cada vez mais ousadas dos criminosos, aumentando a sensação de insegurança e o medo da população. A Polícia Militar dispõe de um efetivo mínimo para atender aos anseios da população. No sexto capítulo, apresentamos algumas sugestões para a melhoria da qualidade do serviço prestado pela Polícia Militar do Ceará no que diz respeito ao combate e ao controle da criminalidade e da violência.

Palavras-chave: Polícia Militar. Fortaleza. Violência. Criminalidade. Efetivo.

A EFETIVAÇÃO DA FILOSOFIA DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO NA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS EM MANAUS

SANDRA Regina Bulcão Bringel - Ten Cel PMAM
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

Trata o presente trabalho de uma pesquisa acadêmico-científica com caráter descritivo quanto aos fins, bibliográfico e estudo de caso quanto aos meios, com o objetivo de mostrar os benefícios a serem alcançados pela Polícia Militar do Amazonas oriundos da real efetivação dos princípios do Policiamento Comunitário, a exemplo dos resultados obtidos no modelo de policiamento empregado há mais de um século no Japão que visa o aperfeiçoamento a cada dia no atendimento policial às suas comunidades. O policiamento foi implantado nos estados brasileiros, principalmente, após a promulgação da Constituição de 1988 que estabeleceu os atuais ideais democráticos, ampliou o exercício da cidadania e proteção dos direitos humanos, permitiu o envolvimento e o comprometimento da sociedade civil organizada em apoio aos órgãos governamentais, reduziu sensivelmente a criminalidade que constitui preocupação da comunidade, aumentou a confiança no trabalho policial, elevou a responsabilidade e auto-estima dos policiais e melhorou a qualidade de vida da comunidade. Essa estratégia organizacional requer transformação comportamental da comunidade e do policial na busca da melhor utilização das experiências, capacidades intelectuais, morais, éticas e de outros fatores positivos que possam contribuir para uma visão moderna de gestão capaz de aliar eficiência, eficácia e economia na prestação dos serviços de Segurança Pública. Este trabalho monográfico está estruturado em oito capítulos sendo abordado no primeiro capítulo sobre a evolução das Polícias Militares do Brasil, as diversas mudanças, as crises e as soluções encontradas pelos órgãos de segurança. O segundo capítulo trata da importância da comunidade, da ação coletiva e da participação social para o desenvolvimento da própria comunidade e dos órgãos de segurança. O terceiro capítulo expressa a visão atual dos gestores públicos quanto a excelência na administração. O quarto capítulo expressa as definições de polícia comunitária, princípios, implantação, envolvimento dos segmentos sociais e alguns obstáculos encontrados na implantação do policiamento comunitário. O quinto capítulo faz referência a aplicação e benefícios dessa filosofia organizacional em outros países. O sexto capítulo trata das experiências em alguns estados brasileiros, inclusive, no Amazonas. O sétimo capítulo apresenta os resultados

da análise da pesquisa de campo. O oitavo capítulo trata da apresentação de propostas de ações estratégicas para o fortalecimento do policiamento comunitário em Manaus.

Palavras-Chave: Cidadania. Comunidade. Polícia Comunitária. Policiamento Comunitário. Segurança Pública.

SEGURANÇA PÚBLICA: UM OLHAR DO CIDADÃO NA CIDADE DE SALVADOR

Roberto dos Santos **PINTO** - Maj PMBA
Marcelo Luiz Brandão **TEIXEIRA** - Maj PMBA
Fortaleza - CE
CSP agosto, 2006

RESUMO

A presente monografia tem como tema “Segurança pública: um olhar do cidadão na cidade de Salvador”, analisando a visão do cidadão a respeito da segurança pública, na cidade de Salvador, da Bahia. O tema está ligado às instituições: polícia civil, polícia militar e corpo de bombeiros. O Estado é o garantidor, através da constituinte, da ordem e segurança dentro dos espaços públicos, fazendo uso de mecanismos de controles das forças policiais sempre com a objetiva proteção da população. Segurança pública do povo brasileiro é tido como o somatório da segurança adquirida pela população de cada Estado da Federação, de cada município, distrito, vila e lar. Em relação aos aspectos metodológicos, as questões foram investigadas por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, momento em que foram ouvidos 100 pessoas de ambos os sexos. Assim, com um pouco de boa vontade, desprendimento, e espírito público por parte de cada um, é perfeitamente possível implantar um sistema participativo de administração da segurança pública, aumentando consideravelmente os efeitos da ação preventiva e assegurando o respeito aos direitos humanos na indispensável ação repressiva. A melhoria da segurança pública não depende apenas da polícia; depende de muitas coisas, entre as quais está a disposição de cada indivíduo em arcar com sua parte da responsabilidade.

Palavras-chave: Segurança Pública. Cidadão. Polícia Militar.

A AÇÃO DA POLÍCIA DO ESTADO DO CEARÁ NO COMBATE AO CRIME AMBIENTAL, DESMATAMENTO, ENFATIZANDO A ATUAÇÃO DA COMPANHIA DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

WERISLEIK Pontes Matias – Ten Cel PMCE

GEOVANNI Mendonça Guedes Alcoforado – Ten Cel PMCE

Fortaleza - CE

CSP agosto, 2006

RESUMO

O presente trabalho visa fazer uma análise da ação da Polícia do Estado do Ceará no combate ao crime ambiental, Desmatamento, enfatizando a atuação da Companhia da Polícia Militar Ambiental (CPMA), em um contexto pedagógico e educacional, com a implantação do Programa Educacional e Pedagógico Ambiental (PROEPA) e a criação dos Conselhos Comunitários de Gestão Ambiental (CCGA). O Direito Ambiental é apresentado de forma clara e precisa, demonstrando sua importância no combate ao crime ambiental, como forma de coibir o cometimento de infrações, dentre elas o desmatamento. O desmatamento é apresentado como um dos principais crimes ambientais, principalmente no Estado do Ceará, onde a sua incidência pode ser vista até pelo cunho cultural, como é o caso das queimadas, ocasionando o empobrecimento do solo e originando a famigerada desertificação. Como colorário deste trabalho ficou demonstrada a inexistência de uma ação preventiva eficaz e de um controle estatístico específico para o desmatamento no Estado do Ceará, por parte do IBAMA, SEMACE e CPMA. Dentro deste contexto, objetivamos sugerir o emprego da CPMA na implantação da PROEPA, que dentre outras finalidades, visa formar nas comunidades os Conselhos Comunitários de Gestão Ambiental, facilitando a participação da comunidade nos assuntos atinentes a defesa e conservação do meio ambiente.

Palavras-Chave: Crime Ambiental. Desmatamento. Queimada. PROEPA. CCGA.

A INFLUÊNCIA DO ÁLCOOL NO ORGANISMO HUMANO, COMO CONTRIBUINTE NOS ÍNDICES DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS NO MUNICÍPIO DE SANTANA EM 2005, E A PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES NESTE CONTEXTO

RÔNISON Lima de Freitas – Maj PMAP

LUIZ CARLOS dos Santos Pinheiro - Maj PMAP

Fortaleza - CE

CSP agosto, 2006

RESUMO

A influência do álcool no organismo humano, como contribuinte nos índices de ocorrências policiais do município de Santana, e a participação de adolescentes neste contexto visam demonstrar, por meio da pesquisa documental, bibliográfica e de campo, que bares, boates e similares, quando mantidos abertos até altas horas da madrugada, concorrem para o aumento do consumo de bebidas, bem como para o índice de ocorrências, além de demonstrar a significativa participação de crianças e adolescentes nestes casos. O trabalho sustenta-se no estudo da legislação pertinente à segurança pública, ao funcionamento de estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas, a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Orgânica do Município de Santana. Além desses instrumentos fez-se o estudo dos efeitos do álcool no organismo humano; das experiências bem-sucedidas implementadas em várias cidades brasileiras, no que diz respeito à redução do horário de funcionamento de bares e similares, assim como a análise de questionários aplicados à comunidade, estudantes e policiais do município de Santana, finalizando com sugestões voltadas para a redução do problema.

Palavras-Chave: Índice de ocorrências. Bebida alcoólica. Adolescente

O BATALHÃO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ: CONHECER PARA COMANDAR

Sergio **RODRIGUES** de Paiva – MAJ PM
DEOCLÉCIO Antonio Aquino Silva – MAJ PM
Fortaleza - CE
CSP junho - 2006

RESUMO

O Batalhão de Segurança Patrimonial da Polícia Militar do Ceará: limites e possibilidades. Apresentam-se as conceituações acerca da segurança patrimonial, seus princípios, finalidades e objetivos. Indicam-se os papéis dos agentes da segurança patrimonial, dos supervisores e dos gestores, em que se dá ênfase a qualidade do serviço público, a regras de posturas e composturas nos locais de serviço, dicas para melhoria da capacitação do policial, da motivação dos recursos humanos e sobre o poder decisório daquele que está na função de comando. Estabelece-se um paralelo entre o que é definido e o que está sendo posto em prática no dia-a-dia do Batalhão de Segurança Patrimonial (BSP), do Estado do Ceará, suas escalas, suas deficiências, seus pontos vulneráveis e as possibilidades futuras. Conclui-se que o BSP é um batalhão sem criação na lei estadual, cuja tropa é composta de militares estaduais que já foram inativados, portanto com idade bem avançada, contudo exercem suas missões de forma garbosa e responsável. Suas atividades vêm crescendo ao longo dos anos a ponto de serem requisitados para vários órgãos, mas pela dificuldade de preenchimento de novos cargos (ingresso), terminam por quebrarem a lei, permitindo que policiais permaneçam revertidos por mais de quatro anos e alguns com até 70 (setenta) anos de idade. O BSP pode crescer, mas é necessário que se faça uma arrumação interna.

CAPÍTULO VIII

2007

A IDEOLOGIA MILITAR NA POLÍCIA MILITAR

GILBERTO Firmino de Sousa - Maj PMCE
Tarcísio Sousa **FARIAS** - Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2007

RESUMO

Muito se têm escrito sobre a participação política das Forças Armadas (FFAA) e sua influência no pensamento social brasileiro, principalmente após o regime militar em 1964; todavia, a análise da influência das FFAA, particularmente do Exército, na área de segurança pública e polícia, é assunto ao qual ainda não se deu maior atenção. Diante disso, procuramos identificar qual a influência da doutrina militar nas instituições policiais militares encarregadas da segurança pública e se há alguma adequação dessa doutrina ao exercício da atividade de controle da criminalidade e de defesa social. Com o golpe de Estado em 1964, por meio do decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, todas as polícias estaduais passaram a ser centralizadas sob o controle e coordenação do Exército. As polícias militares, além de sua atividade convencional de lidar com as modalidades tradicionais de criminalidade, passaram a funcionar como força eminentemente militar no enfrentamento da guerrilha urbana e na contenção das manifestações de descontentamento civil, organizadas ou não por grupos políticos, como passeatas, greves, comícios, protestos etc. Nos últimos anos, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, mesmo as polícias militares mantendo-se como forças auxiliares e reservas do Exército, os estados da Federação ganharam maior autonomia para organizar suas instituições policiais, mas como estas não encontram soluções para a criminalidade, o crime passa a ser resolvido através de métodos militares sob a inteira responsabilidade do aparelho militar do Poder Executivo. Daí, na “guerra” contra o crime, as polícias comportam-se como se estivessem enfrentando um “inimigo interno” que precisa ser combatido, principalmente porque há uma tendência de se preconizar como solução para combater a onda de violência o aumento do número de policiais nas ruas, sem que se desenvolvam esquemas eficazes de prevenção de crimes. E aí, a polícia sai às ruas, utilizando as técnicas militares da ocupação, do arrastão, pente-fino, da saturação e barreiras, para enquadrar toda a população. Prática comum nos períodos de arbítrios para detectar agitadores infiltrados nas massas. Desde as suas origens mais remotas, a polícia sempre foi orientada para o militarismo, incorporando nos cursos de formação de suas academias os currículos e metodologia repassadores dessa ideologia; além de que ao longo dos tempos as secretarias de segurança e as polícias militares foram chefiadas por oficiais

do Exército, principalmente após os movimentos paredistas de policiais militares eclodidos em alguns estados no ano de 1997, quando a palavra de ordem passou a ser “reforma”. A perda da identidade dos policiais com o mister da profissão policial *stricto sensu* seria uma conseqüência inevitável, por isso pareceunos pertinente trazer a estudo este ponto, que pode ter alguma influência na forma utilizada pelas polícias para o enfrentamento da criminalidade e nas suas relações com a sociedade. Para adentrar em estudo de assunto tão complexo, fizemos uso de uma consistente base teórica, que abordasse o tema sob o ponto de vista sociológico e antropológico, como também pela análise de correntes de pensamento que nos levassem a compreender como a ideologia militar vem se propagando na corporação policial militar e na sociedade.

Palavras-chave: Militarismo. Ideologia. Disciplina. Hierarquia.

UMA NOVA POLÍTICA DE EVOLUÇÃO PROFISSIONAL – A TRANSPARÊNCIA E OBJETIVIDADE NO CRITÉRIO DE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO NA COMISSÃO DE PROMOÇÃO DE OFICIAIS DA PMCE

Francisco **KENNEDY** Pimentel Lopes - Maj PMCE
Francisco **FERREIRA** Batista - Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP Junho, 2007

RESUMO

Implantação de sessão aberta aos avaliados, em votação nominal e fundamentada para os trabalhos da Comissão de Promoção de Oficiais da PMCE, durante avaliação de mérito, aferição dos conceitos e demais atos. A importância do tema diz respeito ao estabelecimento de critérios objetivos como absolutamente necessários para que os candidatos conheçam as regras do jogo antes que ele comece, para que possam se preparar durante a carreira, para que tenham a exata noção de suas chances numa promoção por merecimento, bem como garantir a legitimidade da própria investidura no novo posto. O acompanhamento do processo de promoção apresenta um hiato, pois as discussões sobre o mérito de cada oficial não são abertas ao público, nem mesmo aos interessados, não havendo a menor possibilidade de se aferir a observância dos princípios da impessoalidade, da moralidade e da eficiência em razão da falta de outro princípio constitucional, o da publicidade dos atos. A instituição PMCE deve representar um modelo credível de avaliação sendo essencial a introdução de uma nova cultura de gestão pública, para uma correta apreciação dos recursos alocados a cada um dos organismos e funções e para a criação de condições de maior motivação profissional, qualificação e formação permanente dos recursos humanos.

Palavras-chave: Administração Pública. Promoção de Oficiais. Transparência. Objetividade. Mérito.

POLÍCIA DE APROXIMAÇÃO: ASPECTOS INDUTORES NA CONDUÇÃO DA NOVA ORDEM DA AÇÃO POLICIAL MILITAR CEARENSE

Francisco Oliveira **LIMA** - Ten Cel PMCE
Francisco Cláudio Bastos **MENDONÇA** - Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP Junho, 2007

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a implantação da filosofia relativa à nova política de comando da Corporação cearense, voltada, sobretudo, para os Batalhões e Companhias da PM do Estado do Ceará, denominada Polícia de Aproximação. A metodologia utilizada para elaboração desta monografia envolveu pesquisa bibliográfica, análise de documentos, a formação e a experiência destes oficiais no assunto tratado. Abordamos, de início, um breve histórico acerca da organização policial militar nas suas origens e inserção social, quando concentramos na história o porquê da forma de agir das corporações. Relatamos também os fatores sociocomunitários da Polícia de Aproximação e abordagem desta diante das células da composição comunitária, quais sejam: a família, a escola e a sociedade. Dentro da linha de desenvolvimento do trabalho, chegamos ao Policiamento de Aproximação, porém sob um prisma psicossocial na relação PM e comunidade quando observamos os públicos internos e externo diante da proposta. Identificados os fatores afins da necessidade de uma nova metodologia que acompanhe os tempos, propomos, para fins de uma maior estabilidade e alcance da Corporação com os militares estaduais e as concentrações comunitárias, os Núcleos de Policiamento de Aproximação, ou NPAs. Por esta proposta, delineamos desde a estrutura às atribuições daqueles que o compõem. A seleção, treinamento e logística também são motivos de estudo culminando com os benefícios advindos da instalação do Núcleo de Policiamento de Aproximação nas Unidades e Subunidades da Polícia Militar do Ceará. O escopo maior deste trabalho reside, finalmente, em proporcionar a compreensão da necessidade de mudança, abandonando as velhas práticas da forma de se fazer polícia, admitindo uma análise social e psicológica da polícia do futuro ou, em outras palavras, a Polícia de Aproximação.

Palavras-Chave: Policiamento de Aproximação. Inserção Social. Fatores Sociocomunitários. Composição Comunitária. Análise Psicossocial. Núcleos de Policiamento de Aproximação (NPA).

O INSTITUTO DO *HABEAS CORPUS* IMPETRADO NAS TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES - CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS NA DISCIPLINA CASTRENSE DA PMSE

José Pereira de **ANDRADE** Filho - Ten Cel PMSE
Edmilson Batista **BARROS** - Ten Cel PMSE
Fortaleza - CE
CSP Junho, 2007

RESUMO

Enfocam-se no presente trabalho as causas de cabimento do *habeas corpus* e o reflexo que ocasionam na disciplinar militar, na perspectiva da elaboração de um projeto de normalização referente à instrução deste processo. Evidenciam-se alguns princípios constitucionais da inocência, legalidade e razoabilidade, o da ampla defesa e do contraditório assegurando a aplicação de um corretivo disciplinar mais justo, além de observar os princípios do contraditório e da ampla defesa que confere o caráter de legalidade à aplicação das sanções administrativas, com a lavratura de procedimento próprio. Toda análise está pautada nos fundamentos doutrinários da processualidade do direito administrativo militar, em razão das peculiaridades que lhe são inerentes. Apresenta-se o resultado de uma pesquisa de campo realizada entre algumas co-irmãs no do Brasil, buscando saber como ocorre o *wrint*, e como se procede nas referidas corporações, bem como se buscou saber como o remédio heróico é visto pelos oficiais que detêm poder disciplinar na PMSE, e a necessidade da elaboração de um projeto de normalização (Regulamento Disciplinar), referente à matéria aqui enfocada, de acordo com a Constituição Federal/1988, e com o art. 46 da Lei nº 2.066, de 20 de dezembro de 1976, que deverá ordenar os procedimentos na instituição.

Palavras-chave: *Habeas Corpus*. Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, Inocência, Legalidade e Razoabilidade. Transgressões Disciplinares. Regulamento Disciplinar e Disciplina Castrense.

ARMAS NÃO-LETAIS: UMA ANÁLISE DE SEU EMPREGO NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

DALMO Siqueira Gomes - Ten Cel PMERJ
Edivaldo **CAMELO** da Costa - Ten Cel PMERJ
Fortaleza - CE
CSP Junho, 2007

RESUMO

A presente monografia tem como tema “Armas não-letais: uma análise do seu emprego na Polícia Militar do Ceará”, analisando os aspectos da violência atual, da violência urbana, enfatizando o papel da mídia na divulgação da violência e na propagação da insegurança e do medo difuso. Faz ainda uma abordagem sobre a violência policial e sua influência na sensação de insegurança experimentada pela população. Aponta como função principal do Estado a proteção do cidadão e a implantação de políticas públicas voltadas para a segurança pública, garantindo uma convivência pacífica e harmoniosa entre os indivíduos. Em seguida tratou-se sobre as armas não-letais, apresentando um breve histórico do seu surgimento, estabelecendo, em seguida, o seu conceito e elencando os tipos de armas não-letais, dentro das tecnologias eletromagnética, química e física ou mecânica, bem como o seu emprego nas diversas formas de policiamento, tais como: controle de distúrbios, rebeliões em presídios, em ocorrências de alto risco e no policiamento ostensivo, exemplificando com ações positivas e negativas, onde as armas não-letais fizeram a diferença no desfecho da ocorrência. Relata a sua importância no combate à criminalidade e à violência, como uma forma alternativa de emprego para o policial militar, permitindo o uso seletivo da força, capacitando o agente da lei a graduar a força empregada em conformidade com a agressão sofrida. Destaca ainda os direitos humanos, como direitos subjetivos inerentes a todo ser humano. Emanam da dignidade do homem, afastando a pejora de “defensores de bandidos”. Traz ainda relatada a participação da polícia na defesa dos direitos humanos, devendo zelar por eles. O servidor da segurança pública tem um papel preponderante na defesa dos direitos humanos, devendo agir de forma transparente, porém respaldado na lei, usando a força de modo comedido, sendo esta inerente à ação policial. No entanto, o seu uso não se confunde com a truculência e nem com a violência. Em seguida, abordou sobre os organismos internacionais de defesa dos direitos humanos e dos instrumentos internacionais e nacionais que norteiam as ações dos policiais no que se refere ao respeito aos direitos humanos, citando o código de conduta para os encarregados da aplicação da lei e

também dos princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários pela aplicação da lei. Na metodologia de coleta de dados, evidenciou a ausência de uma legislação específica que regule a aquisição e o emprego do armamento não-letal, a falta de material não-letal em quantidade necessária para o desempenho das atividades operacionais das Unidades e que os policiais militares não estão qualificados para o uso desse equipamento. Finalizando, apresentaram-se propostas com o objetivo de capacitar o policial militar, quanto ao uso do armamento não-letal, proporcionando uma mudança comportamental e, conseqüentemente, uma mudança na imagem da Polícia Militar do Ceará.

Palavras-chave: Violência. Armas não-letais. Direitos humanos. Uso da força.

A PESQUISA DE ESTADO-MAIOR NA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO: IMPRESCINDIBILIDADE, EMBASAMENTO E EFICÁCIA ÀS DECISÕES DO COMANDANTE GERAL

Francisco **JEFERSON** Araújo Teles - Ten Cel PMMA

Juarez **UBIRAJARA** Pinto Filho - Ten Cel PMMA

Fortaleza - CE

CSP Junho, 2007

RESUMO

O presente trabalho monográfico aborda relevantes aspectos concernentes à imprescindibilidade de pesquisas científicas a serem implementadas pelo Estado-Maior da Polícia Militar do Maranhão, via utilização de parâmetros metodológicos capazes de propiciar maior grau de certeza aos pareceres submetidos ao Comandante Geral. Evidencia aspectos relativos às mutabilidades organizacionais e, de outro ângulo, focaliza como referenciadas modificações implicam na atuação administrativo-operacional. Destacando-se, ainda assim, a posição assumida pela PMMA diante das transformações. E, subsequentemente, o papel da pesquisa em busca de fenômenos ou eventos afetos à Corporação. Aduz e focaliza a pesquisa para o Estado-Maior da PMMA como uma atividade volvida à resolução de problemas, com lastro na cientificidade. Ressalta importantes tópicos doutrinários sobre o significado, características, atributos, requisitos, responsabilidade, normas e técnicas encartadas pelo Estado-Maior da PMMA; bem assim evidencia um referencial para a implementação da pesquisa nesse importante órgão de direção e assessoramento do Comandante Geral. Argumentando, por eloqüentes exemplos, a necessidade de manejo com informações precisas, voltadas à elaboração de um planejamento eficaz. Demonstra a importância do Estado-Maior Geral da PMMA como indutor de mudanças estratégicas. E, neste peculiar, orientador de prioridades e melhoria dos processos em busca do aperfeiçoamento do serviço policial militar. Salienta o comprometimento do *staff* da Corporação para a elaboração de um planejamento estratégico que tenha por escopo implementar, nos órgãos setoriais e de execução, uma “gestão por resultados”, almejando a excelência no serviço prestado à sociedade, por intermédio do uso de ferramentas de racionalização conducentes ao incremento do índice de desempenho da Instituição. Finalmente, vale-se de pesquisa de campo, mediante entrevistas realizadas com o oficialato integrante do EMG/PMMA, cujas respostas aos questionamentos criteriosamente elaborados, erigem-se como essência às análises e interpretações vinculadas às postulações aprioristicamente formuladas.

Palavras-chave: Mutabilidade Organizacional. Pesquisa. Estado-Maior. Polícia Militar. Polícia Militar do Maranhão. Planejamento Estratégico.

O PAPEL DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PMCE NO AMPARO À FAMÍLIA DO POLICIAL MILITAR FALECIDO E AO POLICIAL MILITAR FERIDO

LUÍS CLÁUDIO Machado da Silva **NEVES** - Ten Cel PMERJ

LUIZ CLÁUDIO dos Santos **SILVA** - Ten Cel PMERJ

Fortaleza - CE

CSP Junho, 2007

RESUMO

A presente monografia aborda um estudo do papel do serviço de Assistência Social da Polícia Militar do Ceará (PMCE) no amparo à família do policial militar falecido e ao policial militar ferido. Visando atingir este objetivo, foi realizado um exame da estrutura do Serviço de Assistência Social (SAS) da Polícia Militar do Ceará, onde foram analisadas se suas estratégias e instrumentos de atendimentos estão sendo eficazes no auxílio aos policiais militares feridos e às famílias dos policiais militares falecidos. Para o desenvolvimento do tema, esta pesquisa foi dividida em quatro capítulos que fazem entre si uma complementação de informações, começando com uma abordagem da interação que as organizações devem ter com as pessoas que a compõem, mostrando a importância e a necessidade de se motivarem os policiais militares através de medidas que visem reforçar o sentimento de segurança interna que todos devem possuir para a prestação de um bom serviço para a sociedade, passando a seguir para a contextualização do Serviço Social numa abordagem do seu histórico, seu importante papel dentro do prisma das políticas públicas e suas bases legais. Continuando o desenvolvimento do tema, realizou-se um exame do Serviço de Assistência Social na Polícia Militar, ressaltando a sua importância no amparo ao policial militar e a sua família diante da realidade do quadro de vitimização policial no cotidiano desta profissão, bem como foi traçado um diagnóstico de como funciona o Serviço de Assistência Social na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), fornecendo uma visão ampla do Grupo de Apoio à Família do Policial Militar Falecido (GAFPMF) e do Núcleo de Acompanhamento ao Policial Militar Ferido (NAPMF), os quais foram criados recentemente na PMERJ, bem como foi também feito um exame do Serviço de Assistência Social na Polícia Militar do Ceará (PMCE). No último capítulo foi abordada a metodologia, onde para a coleta de dados foi utilizada a pesquisa qualitativa, mediante entrevistas com pessoas previamente selecionadas e relacionadas com o tema escolhido. Por fim, esta pesquisa concluiu que a PMCE não possui um serviço voltado para o atendimento ao policial militar ferido e à família do policial militar falecido, sendo isto feito de

uma forma individual e não institucional, sem a coordenação de um órgão da Corporação, evidenciando-se a necessidade de se criarem mecanismos na estrutura da Polícia Militar do Ceará, visando dar um melhor atendimento ao policial militar ferido e à sua família quando este falece, tendo sido sugerido para este mister a criação de um Núcleo de Apoio e Acompanhamento ao Policial Militar Ferido e à Família do Policial Militar Falecido, que terá por finalidade atender com exclusividade esta necessidade da PMCE, ficando vinculado ao comando da Corporação.

Palavras-chave: Serviço de Assistência Social. Policial Militar Falecido. Policial Militar Ferido. Vitimização Policial. Motivar.

A IMPORTÂNCIA DE UM SISTEMA DE CONTROLE DE MATERIAL E PATRIMÔNIO PARA EFETIVIDADE DAS AÇÕES DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO

Antônio **ROBERTO** dos Santos Silva - Maj PMMA

João **MACHADO** da Silva - Maj PMMA

Fortaleza-CE

CSP Junho, 2007

RESUMO

Este trabalho científico intitulado: “A importância de um sistema de controle de material e patrimônio para efetividade das ações da Polícia Militar do Estado do Maranhão”, tendo como objetivo geral analisar a forma utilizada de controle de materiais e patrimônio na Polícia Militar do Maranhão, com base nos princípios da administração e à luz da legislação vigente. A metodologia utilizada foi mediante estudo descritivo analítico, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, de campo e documental; quanto à tipologia da pesquisa, segundo a utilização dos resultados, foi aplicada; segundo a abordagem, qualitativa e quantitativa; quanto aos objetivos foi descritiva e exploratória. A pesquisa de campo foi aplicada e contou com visitas aos setores onde funcionam o Sistema Integrado de Administração de Serviços para Estados e Municípios – SIAGEM, no âmbito estadual, e as Seções, que cuidam do controle de material e patrimônio na Corporação para a coleta de dados documentais. Foram entrevistados o superintendente do SIAGEM, o chefe da Seção de Patrimônio da PMMA, o chefe do SIAGEM na PMMA e o almoxarife-geral da PMMA, todos com conhecimentos profundos a respeito do assunto. Ao final, após a análise e interpretação de todos os dados coletados, pôde-se chegar a algumas sugestões que poderão melhorar o controle de material e patrimônio dentro da Corporação, bem como facilitar a vida dos oficiais, praças e funcionários civis, que trabalham no dia-a-dia das atividades ligadas à gestão de material e patrimônio. Acreditamos que se for possível implementar essas sugestões haveria, sem sombra de dúvidas, uma melhoria na qualidade dos serviços desses profissionais que trabalham na logística da Corporação, indo refletir numa melhor prestação do serviço de segurança pública ao cidadão pelas Unidades Operacionais da Corporação, pois uma tropa bem suprida, com equipamentos de boa qualidade, sua auto-estima e o moral ficarão elevados trazendo benefícios na sua operacionalidade e conseqüentemente uma eficiência e eficácia nas ações desenvolvidas.

Palavras-chave: Controle de material e patrimônio. Princípios da administração. Legislação vigente. Qualidade dos serviços. Licitação.

EXECUÇÃO PENAL MILITAR NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: ANÁLISE CONJUNTURAL

Deusdete Souza de **OLIVEIRA** Filho - Ten Cel PMMS
Jorge Edgard **JUDICE** Teixeira - Ten Cel PMMS
Inácio **ROCHA** - Maj PMMS
Fortaleza-CE
CSP Julho, 2007

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar a conjuntura atual do cumprimento de penas dos militares estaduais no Estado de Mato Grosso do Sul. Enfocamos, em caráter preliminar, a origem da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul e sua divisão organizacional. Durante esta abordagem mencionamos também algumas peculiaridades da atividade policial, desvio de conduta e instrumentos de controle. Demonstramos o desdobramento da Justiça Militar Estadual e sua diferenciação em relação à Justiça Comum, principalmente, na aplicação das penas, que, na Justiça Castrense, apresenta um número maior de opções ao juiz do Juízo Militar que irá aplicar a sanção. Discorremos sobre as recentes mudanças na Justiça Militar efetivada por inovação legal constitucional. Destacamos o problema na execução das penas pelos militares estaduais, evidenciando a falta de normatização sobre a execução penal militar e a necessidade de adequação legal do estabelecimento penal militar. Realizamos uma pesquisa de campo e documental, com o fim precípuo de detectar a percepção dos militares estaduais condenados e de pessoas que exercem relevantes funções, no âmbito da Justiça Militar, sobre a ressocialização de militares estaduais condenados, e falta de normas mais abrangentes que efetivamente se apliquem à execução penal militar. A pesquisa de campo realizada confirmou as hipóteses levantadas na elaboração do projeto deste trabalho científico.

Palavras-chave: Execução Penal Militar. Ressocialização. Estabelecimento Penal Militar.

A OTIMIZAÇÃO DO TRABALHO OPERACIONAL NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ - UM COMPROMISSO COM A SEGURANÇA PÚBLICA

Francisco de Assis **PAIVA** - Ten Cel PMCE
RONALDO da Silva **CARACAS** - Ten Cel PMCE
Fortaleza - CE
CSP Junho, 2007

RESUMO

Este estudo é pré-requisito para a conclusão do Curso Superior de Polícia (CSPM), da Polícia Militar do Ceará no ano de 2007. O curso é previsto em lei orgânica da Instituição e compõe o último ciclo de ensino profissional em grau superior, visando proporcionar ao oficial no posto de tenente coronel, condições de desempenho nas funções do Estado Maior (Assessorias), de nível operacional e de funções de comando. Este estudo foi considerado de interesse da Instituição e homologado pela diretoria de ensino da Polícia Militar do Ceará, tendo como finalidade estudar a otimização do trabalho operacional na Polícia Militar do Ceará, um compromisso com a segurança pública. Como conteúdo fizemos uma síntese da evolução do trabalho humano, buscando inicialmente realizar uma abordagem sobre o surgimento e evolução do trabalho através dos tempos, para em seguida apresentar um estudo sobre os aspectos do processo de trabalho do policial militar, explicando que esta atividade desenvolve um processo e que primeiramente é necessário dissecar o seu desenvolvimento, para depois refletir sobre o trabalho em si. Em seguida, efetuamos um estudo sobre os aspectos jurídicos do trabalho, fazendo uma relação entre os direitos previstos na Carta Magna do país para qualquer trabalhador e os extensivos apenas a classe policial militar. Ainda no aspecto jurídico, discorremos sobre a competência legal da Polícia Militar á luz da Constituição Federal, bem como a missão para a qual foi criada. Por último, fizemos um estudo sobre a otimização do trabalho operacional, abordando a questão de efetivo e distribuição em cada unidade operacional da Capital e Interior, e como o trabalho operacional vem sendo otimizado para combater a criminalidade com o uso da estatística criminal e a aplicação do policiamento por meio de algumas operações como Cruzamento Amigo II e Presença Pró-Ativa, Companhia Provisória de Ocupação e Pronta Resposta, Policiamento Integrado Dinâmico, como também o policiamento ostensivo geral realizado pelas demais unidades operacionais. Mostramos também algumas formas de como o efetivo empregado no trabalho operacional tem sido motivado. Já na pesquisa de campo aplicada entre os comandantes de unidades e subunidades operacionais da PMCE, apresentamos o resultado e análise dos dados.

Palavras-chave: Trabalho Operacional. Segurança Pública. Polícia Militar do Ceará.

UM ESTUDO DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO SOBRE OS CRIMES AMBIENTAIS NA RESERVA BIOLÓGICA DO GURUPI

Américo Valeriano de **SENA** Fonseca - Ten Cel PMPA

VANCARDEN Moreira Nunes - Maj PMMA

Fortaleza-CE

CSP Junho, 2007

RESUMO

Um estudo da Polícia Militar do Maranhão sobre os crimes ambientais na Reserva Biológica do Gurupi objetiva conhecer a realidade da fiscalização de meio ambiente desempenhada pelo Batalhão de Polícia Ambiental, procurando entender o problema mediante uma investigação bibliográfica e documental, com consulta a dispositivos legais que norteiam o direito ambiental brasileiro. Não apenas tipificando os crimes de tráfico de animais e outros crimes ambientais, mas também a responsabilidade do Estado na questão do meio ambiente, pois qualquer estudo que busque entender o combate ao crime ambiental está assentado sob a égide da legislação em torno do assunto e as Polícias Militares Brasileiras abraçaram esta causa e entraram na luta contra a degradação do meio ambiente, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. Como proposta para otimização da atuação da Polícia Militar do Maranhão na fiscalização ambiental da REBIO/Gurupi algumas medidas estratégicas devem ser tomadas pelo Alto Comando da Corporação, iniciando pela padronização das ações de fiscalização, objetivando difundir a doutrina no Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), o cumprimento do convênio de cooperação mútua para ações de fiscalização, firmado com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com estabelecimento de diretrizes de trabalho em conjunto, além da utilização de postos móveis de fiscalização integrados para atuar nos municípios circunvizinhos da reserva biológica e intensificação de educação ambiental para estudantes da região, buscando massificar a conscientização ecológica de preservação da natureza. Tais medidas visam mudança na forma de atuação da fiscalização, busca de recursos financeiros para garantia de um trabalho de qualidade nas ações policiais militares, para garantia da preservação ambiental no Estado do Maranhão.

Palavras-chave: Fiscalização. Crimes Ambientais. Educação. Conscientização Ecológica. Preservação Ambiental.

VANTAGENS E DESVANTAGENS DA DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS PARA POTENCIALIZAR O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES NA PMCE

WANEY Raimundo Vieira Filho - Ten Cel PMRR
Celso **PINHATA** Júnior - Ten Cel PMESP
Fortaleza-CE
CSP Julho, 2007

RESUMO

A Polícia Militar do Ceará tem sua execução financeira e orçamentária organizada estruturalmente para uma gestão de forma centralizada. Toda aquisição de bens e serviços é viabilizada pelo órgão central, mesmo que sua aplicação ocorra nas regiões extremas do Estado. Este mecanismo traz dificuldades aos Comandantes de Batalhões de Policiamento, principalmente no interior, nas ações de policiamento ostensivo, em razão da falta de competência para administrarem finanças e orçamento, embora possuam autonomia para administrarem bens e pessoas, preservarem a ordem pública, planejarem o emprego operacional de suas Unidades, coordenarem, fiscalizarem e supervisionarem as ações dos policiais, mantendo a disciplina e instruindo-os. A descentralização da execução orçamentária e financeira poderia agilizar o suprimento das necessidades das Unidades mais distantes da Capital, o que resultaria numa melhor performance na área operacional. Assim, o objetivo deste trabalho monográfico é verificar as vantagens e desvantagens da descentralização orçamentária e financeira, como forma de potencializar o atendimento das necessidades Institucionais, apresentando uma proposta que torne o Comandante de Batalhão um administrador pleno. Não se deve esquecer de que a descentralização pode agilizar o atendimento, porém requer estrutura administrativa e divisão de responsabilidades, por isso, propôs-se estudar como funciona a forma centralizada e verificar até que nível de gerenciamento há vantagens na descentralização, o que foi feito por meio de um estudo descritivo-analítico, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental e estudo de caso, com abordagem quantitativa e qualitativa. A pesquisa apresenta conteúdo sobre o orçamento-programa no Estado do Ceará; o comandante como administrador; o histórico de funcionamento das finanças na PMCE e as vantagens e desvantagens da descentralização, com delineamento da questão cerne da pesquisa e apresentação de propostas.

Palavras-chave: Orçamento. Finanças. Descentralização. Custeio. Investimento.

CAPÍTULO IX

2008

AS RELAÇÕES PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE VANGUARDA PARA A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

Fernando Rocha **ALBANO** - Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

Relações Públicas como instrumento de vanguarda para a Polícia Militar do Ceará. Apresenta-se de forma científica as Relações Públicas, conceituando-a e mostrando a sua história e o papel do profissional dessa área nas organizações. Apresenta-se a atividade de relações públicas desenvolvida pela Polícia Militar, mostrando a sua denominação, doutrina e atividades desenvolvidas. Apresenta-se a atividade de relações públicas como instrumento de vanguarda para a Polícia Militar através de um planejamento estratégico. Finaliza-se com a análise das entrevistas realizadas com Oficiais que exerceram as funções do cargo de Comandante-Geral e Chefe da 5ª EMG da PMCE.

Palavras-chave: Relações Públicas. Planejamento Estratégico Comunicacional.

RONDA DO QUARTEIRÃO: UMA NOVA ESTRATÉGIA DE POLÍCIA COMUNITÁRIA NO ESTADO DO CEARÁ

Antônio Rodrigues **BARROSO** - Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

Procura-se verificar se o programa Ronda do Quarteirão atende às expectativas para as quais foi criado. Para tanto recorremos à pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa bibliográfica foram utilizados autores como: TROJANOWICZ (1994), VIEIRA (1999), WADMAN (1999) dentre outros. Como instrumentos de coletas de dados foram utilizados o questionário e a entrevista, sendo o questionário aplicado aos oficiais e praças integrantes do programa, bem como à comunidade e a entrevista realizada junto ao Coordenador Operacional do Ronda do Quarteirão e ao Cel Brasil, Gerente do Programa Ronda do Quarteirão. Concluímos que o Programa está alcançando resultados satisfatórios junto à comunidade, contudo necessita de algumas alterações para seu aperfeiçoamento. Ao final, apresentam-se propostas.

Palavras-chaves: Polícia comunitária. Ronda do Quarteirão. Policiamento. Segurança pública. Ordem pública

O ESTATUTO DOS MILITARES ESTADUAIS DO CEARÁ E SUA APLICABILIDADE – UM BREVE ENFOQUE

MÁRCIO Gianni Cavalcante de Melo - Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

A Polícia Militar do Ceará – PMCE, criada em 24 de maio de 1835, somente passou a contar com um Estatuto a partir da Lei N° 10.072, de 20 de dezembro de 1976. Anteriormente a PMCE era regida por uma Lei Geral, que mesclava vários tratados legais. A última Lei Geral da PMCE foi a Lei N° 226, de 11 de junho de 1948. A partir do “golpe militar” de 1964, o Brasil passou por fortes transformações políticas, sociais, econômicas e legais. Nessa amplitude legal, entraram em vigor a Constituição Federal de 1967, o Decreto-Lei N° 667, de 02 de julho de 1969, regulamentado pelo Decreto N° 66.862, de 08 de julho de 1970, pelo qual o Exército passou a controlar rigidamente as Polícias e Corpos de Bombeiros Militares do país. Havia orientações aos entes federados para partimentarem as legislações das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares, de modo que a Lei Geral desse lugar a legislações específicas que tratassem individualmente assuntos como pessoal, escalonamento e desdobramento, através de Lei de Organização Básica; quantitativo de efetivos e quadros, através de Lei de Fixação de Efetivos; hierarquia e disciplina, através de Códigos ou Regulamentos Disciplinares; vencimentos, através de Lei de Vencimentos; ensino e instrução, através de Lei de Ensino e Instrução; promoções, através de Lei de Promoções, etc. O Estatuto tratava do “resto”. Ocorre que o Brasil a partir de 1985 iniciou um processo de redemocratização, advindo uma nova Constituição Federal em 05 de outubro de 1988. O então Estatuto da PMCE, a Lei N° 10.072/1976, em vários de seus artigos, foi considerado inconstitucional, gerando múltiplas demandas judiciais. Em face disso, gerou-se a necessidade de um novo Estatuto que inclusive se adequasse ao vigente regime constitucional. Somente através da Lei N° 13.729, de 11 de janeiro de 2006, é que foi editado um novo Estatuto para as Corporações Militares do Estado do Ceará (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros); mas essa Lei foi elaborada e publicada com vários problemas, provocando novas demandas judiciais, principalmente porque dezenas de artigos, parágrafos, incisos, alíneas, itens, foram considerados ilegais e muitos vetados. Em menos de quatro meses, esse Estatuto foi alterado pela Lei N° 13.768, de 04 de maio de 2006, mesmo assim ainda permanecem situações que vêm causando constrangimento às tropas, aos gestores, aos operadores

do direito, ao Estado e porque não dizer à sociedade em geral. A pesquisa vai ser desenvolvida no sentido de identificar quais os reais problemas que existem nessa legislação e afligem a tantos, bem como o que existe de positivo nela.

Palavras-chave: Constituição. Deveres. Direitos. Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará. Ilegalidade.

AÇÕES CRIMINOSAS DE GRANDE REPERCUSSÃO NO CEARÁ – LIÇÕES PARA A SEGURANÇA PÚBLICA DO PRESENTE E DO FUTURO

João José **OLIVEIRA** dos Santos - Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

A gravidade dos problemas oriundos da violência tornou a vida do cidadão moderno um verdadeiro caos. A insegurança provocou a mudança de hábitos, comportamentos, atitudes e interferiu de uma vez por toda na vida urbana e rural. Entretanto, como já não bastassem os furtos, roubos, estupros e outros crimes que perturbam as pessoas diariamente, surgem ações criminosas fruto de acurados planejamentos de verdadeiras organizações criminosas, que além de ameaçar o *status quo*, estabelecem um possível Estado paralelo, desafiando as autoridades e deixando todos perplexos. Pesquisando, estudando, analisando, detalhando e delatando essas ações criminosas de grande repercussão no Ceará, tais como os casos do seqüestro de um avião em Fortaleza com sua rota desviada para Cuba; o seqüestro de Dom Aloísio Lorscheider, ex-Arcebispo de Fortaleza; a chacina que envolveu a morte de seis turistas portugueses na Praia do Futuro, em Fortaleza; a chacina de Limoeiro do Norte - CE, em que sete pessoas foram assassinadas e algumas delas tiveram as orelhas decepadas; o furto milionário do Banco Central, considerado o maior furto da história do país e um dos maiores do mundo; os desafiadores assaltos às empresas de segurança privada CORPVS e NORDESTE, que envolveu o seqüestro de dezenas de familiares e funcionários de tais empresas; o desembarque marítimo em Camocim – CE, do traficante Juan Carlos Ramirez Abadia, até então considerado um dos maiores traficantes procurados do mundo e mais recentemente a chacina de Aracoiaba - CE, onde seis pessoas foram assassinadas num assalto a um banco, inclusive com o extermínio de quase todo o Destacamento Policial daquela urbe, dentre tantos outros casos, podemos ante tudo isso, tirar lições para a segurança pública do presente e do futuro. A pesquisa apresenta propostas minimizadoras e soluções para alguns dos problemas que contribuem para essa escalada de casos assombrosos.

Palavras-chave: Segurança Pública. Ceará. Crime Organizado. Planejamento. Lições. Propostas Minimizadoras.

DESVIO DE FUNÇÃO: POLICIAL MILITAR COMO ENCARREGADO DE UNIDADE POLICIAL

Francisco Ricardo Pais **MOURA** - Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

A Constituição Federal, ao prever as funções básicas das atividades policiais, teve a oportuna cautela de separar as funções de cada uma das polícias existentes no sistema de segurança pública brasileiro. Diz a carta constitucional (art. 144, § 5º), que às polícias militares cabem o patrulhamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Verifica-se, pois, que a legislação vedou às polícias militares a prática de atos investigativos. Somente a Polícia Civil possui competência delegada pela CF para promover a investigação de crimes comuns praticados por civis. Contudo, no Estado do Ceará, a prática demonstra que policiais militares são conduzidos às funções de encarregados de unidades policiais civis. Unidade de Polícia Civil nada mais é do que delegacias, dirigidas por um policial militar, que está na função de um delegado de Polícia Civil, executando quase todas as funções inerentes ao cargo, nomeado por portaria administrativa, mas sem ganhar a devida gratificação e, ainda mais, acumulando as funções de comandante destacamento policial militar. Na esteira do direito administrativo, os atos administrativos praticados por estes policiais militares são inválidos por não atenderem ao requisito da competência para a prática dos atos. Além disso, o PM pode estar a cometer crime de usurpação de função pública, definido no art. 328 do Código Penal, que considera o agente ativo desse delito qualquer pessoa, inclusive o servidor público que exerce função pública que não lhe compete. Nada, pois, justifica a diminuição da operacionalidade do patrulhamento ostensivo da Polícia Militar para designarem policiais para funções cartorárias, para a qual não foram preparados. A atividade de polícia judiciária, que a PM pode exercer, são aquelas preliminares, residuais, subsidiárias, logo após a eclosão do delito, necessárias à coleta de provas e indícios do ato criminoso.

Palavras-chave: Desvio de Função. Funções Básicas de Polícia. Ciclo de Polícia.

A MOTIVAÇÃO PROFISSIONAL NA PMCE – UM DIAGNÓSTICO PARA EXCELÊNCIA

Antônio **SÉRGIO** Bezerra dos Santos - Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

A Motivação Profissional na PMCE – Um Diagnóstico para Excelência. Diversos estudiosos têm destacado a palavra motivação buscando uma forma de explicá-la e determinar sua origem. De modo geral, motivo é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma ou, pelo menos, que dá origem a um comportamento específico. Esse impulso à ação pode ser provocado por um estímulo externo (provindo do ambiente) e pode também ser gerado internamente nos processos mentais do indivíduo. Neste aspecto, a motivação está relacionada com o sistema de cognição do indivíduo. A motivação depende, basicamente, de três variáveis: da percepção do estímulo, que varia conforme a pessoa e na mesma pessoa, conforme o tempo; das necessidades e da cognição. Sendo o comportamento humano fundamentalmente orientado por objetivos, sejam eles conhecidos ou inconscientes, fica evidente a importância de se associar atitudes motivacionais a esses objetivos. Esses fatores motivacionais vão influir diretamente no comportamento do policial militar e, conseqüentemente, no seu desempenho dentro da Corporação.

Palavras-chave: Motivação Profissional. Desempenho. Percepção do Estímulo. Comportamento.

O SALÁRIO E O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR DO CEARÁ

Luiz **SILVEIRA** Gomes - Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

A presente monografia discorre sobre o trabalho e o salário do policial militar do Estado do Ceará. Tema recorrente em diversos momentos, mas ao mesmo tempo desfocado como a possibilidade de ser o principal motivo que possa comprometer diretamente a capacidade produtiva do policial militar. Com abordagens voltadas para teóricos da moderna administração, este trabalho utilizou também pesquisa de campo que fundamentou aos questionamentos iniciais e ratificou os principais pressupostos desta pesquisa. Optou-se por este tema, frente ao agravamento decorrente dos baixos salários pagos aos policiais militares do Ceará. A metodologia utilizada para elaboração desta monografia envolveu pesquisa bibliográfica, análise de documentos e pesquisa de campo. Destacamos os fatores socioeconômicos como premissa para a sustentação e manutenção do círculo familiar que possa se desenvolver dentro de uma linha possível de conforto. Por outro lado, destacamos também as conseqüências fruto das condições salariais aplicadas na Polícia Militar do Ceará. Enfatizamos a importância do trabalho do policial militar dentro do contexto do Estado, e suas diversas aplicações no tecido social. O escopo maior deste trabalho reside, finalmente, em proporcionar a compreensão da necessidade de melhorias imediatas no tratamento salarial aplicado aos policiais militares do Ceará, como forma de se fazer uma atividade policial mais qualificada, admitindo uma análise social, psicológica e financeira da polícia do futuro.

Palavras-chave: Salários. Baixa Estima. Trabalho. Policial Militar

A CRIAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DE PROCESSAMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NA PMCE – UMA PROPOSTA

VLADIMIR Feijó Frota - Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

Implantação de comissões permanentes de processamento administrativo disciplinar na Polícia Militar do Ceará. A importância do tema diz respeito ao aprimoramento da Corporação quando dá realização destes procedimentos. A relevância se encerra na constatação de que o Conselho de Justificação, de Disciplina e Processo Administrativo-disciplinar apuram as possíveis transgressões de policiais militares que podem culminar com a demissão ou expulsão dos mesmos. Na ótica da necessidade da especialização de setores frente ao crescimento da instituição, da relevância e peculiaridades do trabalho policial militar visando a aplicação da justa sanção ao policial militar que cometeu desvio de conduta deve-se pautar na busca da verdade real como meio de se fazer justiça.

Palavras-chave: Administração Pública. Procedimentos Administrativos Disciplinares. Conselho de Justificação. Conselho de Disciplina.

O EMPREGO DA VIATURA BLINDADA DE TRANSPORTE DE PESSOAL PELA PMERJ NO COMBATE À CRIMINALIDADE URBANA

Márcio Oliveira **ROCHA** - Maj PMERJ
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a estratégia de emprego da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro na execução das operações repressivas contra o tráfico de drogas nos morros e favelas. A pesquisa realizou-se no âmbito da Polícia Militar caracterizada como bibliográfica e documental. Durante o transcorrer do trabalho foram colhidos dados pertinentes ao assunto em instituições públicas, privadas e organizações não- governamentais, em livros, monografias, processos, laudos periciais, revistas e artigos. Da leitura do trabalho, pôde-se conhecer os principais aspectos relativos à História da PMERJ, à nova doutrina da Defesa Social, ao Sistema de Justiça Criminal, à legislação em vigor, que fundamenta a realização de operações repressivas pela PMERJ, à história dos blindados, à criminalidade no Estado do Rio de Janeiro e o emprego dos blindados pela PMERJ, no combate ao tráfico de drogas. Verificou-se que diante da crise na Segurança Pública do Estado, instalada a partir do final da década de 80, e durante os anos 90, com o recrudescimento da criminalidade violenta fomentada pela entrada no país de grandes quantidades de drogas e armas no intuito de abastecer os narcotraficantes nos morros e favelas da cidade, o agravamento da situação, principalmente, com o aumento do número de registros de mortes e ferimentos graves de policiais, traficantes e pessoas inocentes, derivado dos embates entre a polícia e traficantes e entre traficantes de quadrilhas rivais, levou o governo a adotar uma política de enfrentamento àquele quadro, adquirindo, no início deste século, viaturas blindadas de transporte de pessoal para a proteção dos policiais militares, por ocasião das incursões nas comunidades onde impera o poder paralelo das drogas. Tal iniciativa desencadeou uma redução no número de policiais militares feridos ou mortos em operações repressivas, bem como na diminuição de terceiros inocentes feridos pelas armas da PMERJ. Em conclusão, pode-se dizer que os blindados vieram para ficar, tendo em vista os resultados alcançados. Com a aceitação da população residente em morros e favelas da cidade, as quais não suportavam mais viver sob o jugo dos traficantes, o instrumento firmou-se como a mais nova e efetiva ferramenta da PMERJ no contexto da defesa social.

Palavras-chave: PMERJ. Blindados. Crise. Criminalidade. Drogas. Armas. Morte. Defesa.

O DESVIO DE FINALIDADE NA LOTAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES NA PMDF – UMA ANÁLISE

CLÁUDIO Farias Gonçalves - Ten Cel PMDF
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

Desde os tempos mais remotos, com nomes, missões e estruturas diferentes, sabe-se que o Estado sempre necessitou de um aparelho estatal coercitivo, com a finalidade das determinações, normas, leis e outras, sobrevindas, primeiramente, dos soberanos e, na atualidade, dos chefes de Estados poderem fazer cumprir as leis emanadas pelo próprio Estado. No Brasil, desde a chegada da Corte Portuguesa, que não foi diferente dos demais lugares do mundo, foi criada uma força policial. Entretanto, nos primórdios, essa força coercitiva do Estado foi criada pelo Estado para o próprio Estado. Ocorre que este aparelho policial, tinha a missão primordial, não a de segurança pública, mas a de defesa interna e externa quando a soberania do país era ameaçada. Em razão desse modelo, as forças policiais que foram sendo criadas nos Estados Federados, recepcionaram as estruturas das forças armadas, bem como, os aspectos inerentes a disciplina, hierarquia e adestramento dos seus quadros, fazendo com que estas forças se tornassem pequenos exércitos com o nome de polícias. Com as constantes transformações sociais que alcançaram quase todos os quatro cantos do mundo e, principalmente, a inserção do conceito de direitos humanos e, no nosso país, após a promulgação da Constituição de 1988, infelizmente a polícia militar ainda não se adequou a nova realidade imposta pela Carta Magna e pelo anseio da sociedade, andando a passos lentos para sua missão primeira, esculpida na Lei Maior. Nesse diapasão a estrutura organizacional da polícia militar do Distrito Federal não sofreu qualquer mudança. Com isso, determinadas lotações e funções nela existente, perderam completamente a finalidade, recaindo em um desvio de finalidade legal.

Palavras-chave: Carta Magna. Corte Portuguesa. Lotações e Funções. Desvio de Finalidade.

O USO DO GEOPROCESSAMENTO COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL: A EXPERIÊNCIA NA CIDADE DE SAMAMBAIA – DISTRITO FEDERAL

Jorge Luiz Fidelis **DAMASCENO** - Ten Cel PMDF
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

Este trabalho inicia-se com uma definição e histórico de uma ferramenta científica para nortear as ações da polícia ostensiva após discutimos o que é análise criminal e os métodos de captura de dados essenciais à resolução de problemas em duas formas: quando se tem recursos financeiros disponíveis e quando são poucos tais recursos, mas sobra dedicação. Após como se lançar cientificamente os meios e recursos humanos disponíveis, tão logo se percebe a necessidades por meio da identificação dos horários e locais mais exigentes e como se calcula os índices, que também nos mostram as carências da comunidade de Samambaia, observar-se o resultado do trabalho científico e suas correções, como se calculam os erros e os resultados da aplicação da técnica de geoprocessamento e o mais importante: um planejamento operacional padrão a ser utilizado pela Unidade Policial Militar.

Palavras-chave: Geoprocessamento. Samambaia. Planejamento operacional.

VITIMOLOGIA E PREVENÇÃO DE ATENTADOS CONTRA AUTORIDADES NO ESTADO DO MARANHÃO

IVALDO Alves Barbosa - Ten Cel PMMA
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

A prevenção de atentados contra autoridades no estado do Maranhão, a partir do estabelecimento de uma doutrina que oriente as operações de segurança pessoal, bem como a qualificação dos agentes de segurança, são alguns dos recursos para reduzir as vulnerabilidades percebidas através da análise vitimológica dos atentados contra autoridades. A adoção de procedimentos técnicos específicos da área de segurança, é um dos fatores que colaboram para o desempenho eficiente da função, meta almejada pelo Estado e pela sociedade civil que o compõe, posto que a preservação da integridade física e moral das autoridades públicas, é uma das garantias para a liberdade do exercício do poder. O policial militar, responsável pela segurança de um dignitário, deverá possuir conhecimento técnico aliado a um conjunto de qualidades morais, boas aptidões psicológicas e físicas, que contribuirão para que a atividade de segurança pessoal seja executada com alto nível qualitativo.

Palavras-chave: Operações de Segurança Pessoal. Atentados e Ameaças. Segurança Despreparada.

POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ: INTEGRAÇÃO OU UNIFICAÇÃO?

Raimundo **AQUINO** de Souza dias - Ten Cel PMPA
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

Este estudo tem por objetivo evidenciar que, no contexto atual onde se discute a unificação ou integração das polícias no Brasil, a alternativa mais viável seria a integração, mediante a especialização das Polícias no Estado do Pará, sendo a Polícia Militar responsável pelo policiamento ostensivo de prevenção e a Polícia Civil executando a polícia judiciária. E, todas integradas em ações e compartilhando informações decorrentes de suas atividades. Assim, a sociedade ganha mais com cada uma fazendo seu trabalho corretamente. Frente ao que vem sendo exposto nestas considerações introdutórias, este estudo objetiva identificar como vem se apresentando a prestação de serviços policiais de forma integrada em relação à redução dos índices de criminalidade alcançados. Especificamente, traça uma visão panorâmica de Segurança Pública e Estado Democrático de Direito; um viés histórico das Polícias no Brasil e no Estado do Pará; identifica a estrutura hierárquica e de atuação das Polícias Militar e Civil e a atuação integrada das mesmas no Estado do Pará. Trata-se de um estudo bibliográfico, de caráter qualitativo, desenvolvido a partir do levantamento de dados secundários do acervo disponível ao público.

Palavras-chave: Segurança Pública. Polícia Militar. Polícia Civil e Integração.

SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ: VIOLÊNCIA URBANA E RURAL

Jorge Nazaré **ARAÚJO** dos Santos - Ten Cel PMPA
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

Este estudo traça um viés analítico da violência rural e urbana registrada no Estado do Pará e da atuação da Polícia Militar no combate a essa violência. Para tanto, identifica antecedentes de violência rural e urbana no Estado do Pará, as causas que levaram o Estado do Pará ao atual estado de violência urbana e rural e a atuação da Polícia Militar do Pará no combate à violência urbana e rural. Ao final, lança propostas para o controle da violência urbana e rural, com base nas ações administrativas e operacionais. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de caráter quali-quantitativo, desenvolvida a partir do levantamento de dados secundários, disponíveis no acervo bibliográfico disponível ao público, subsidiada com um processo investigatório realizado junto aos comandantes intermediários da Polícia Militar atuantes na Região Metropolitana de Belém (PA) e no interior do Estado. Foram realizadas entrevistas, com perguntas abertas, aos comandantes intermediários contribuindo assim para analisar o perfil de atuação da PMPA, considerando que este procedimento abre espaço de interação para o pesquisador, que assim é um parceiro na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Palavras-chave: Violência Urbana. Violência Rural. Segurança Pública.

O PODER DISCRICIONÁRIO DO COMANDANTE GERAL – UMA VISÃO ANALÍTICA

NELSON de Deus Silva - Ten Cel PMRR
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro uma série de princípios e valores que trouxeram mais transparência aos atos da administração pública. Como parte integrante desse complexo sistema administrativo, as corporações militares estaduais devem estar alinhadas com estas normas, pautando seus atos principalmente na moralidade e na legalidade. O Comandante Geral, na qualidade de gestor público, dispõe de poderes a ele atribuídos pela lei, para executar atos necessários à consecução do interesse coletivo, entre os quais se destaca o poder discricionário, que permite ao administrador público atuar com certo grau de liberdade, nos pequenos espaços deixados pela lei onde o legislador não teve condições adequadas e eficazes de prever todas as situações possíveis e ocorrentes da administração pública. Contudo, a lei também impôs limites a essa liberdade através da sua vinculação aos requisitos e princípios que norteiam a administração pública, além de sujeitá-los ao controle da própria administração e do poder judiciário. Necessário se faz reforçar que praticar atos administrativos contrários ao interesse público ou atendendo a fins particulares, caracteriza arbitrariedade e abuso de poder. Atuar em consonância com as normas vigentes é de fundamental importância para a manutenção da harmonia em uma instituição militar que tem como pilares básicos a hierarquia e a disciplina.

Palavras-chave: Poder Discricionário. Legalidade. Arbitrariedade.

SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA VIOLÊNCIA URBANA E RURAL

ROSAEL da Silva Dias - Ten Cel PMRR
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

A criminalidade é um fenômeno social, sua prevenção, implica em conhecer essas causas sociais e estabelecer estratégias que incidam diretamente sobre elas. Em Roraima a violência urbana e rural está ligada principalmente a essas causas sociais, decorrentes dos traços culturais herdados pelas pessoas que costumam praticar a violência e a criminalidade, os quais na maior parte são imigrantes do nordeste, em sua maior parcela do Estado do Maranhão. Os migrantes ao ingressarem no Estado de Roraima, trouxeram com eles a cultura predominante no local onde habitavam. Na maior parte desses locais, a violência fazia parte do cotidiano dessas pessoas, portanto está arraigada na sua cultura. As ações de prevenção da violência e da criminalidade não podem desprezar essas influências culturais. A polícia ostensiva preventiva, deve atuar diretamente sobre essas causas, envolvendo a comunidade como um todo na efetivação das ações de Segurança Pública, fazendo com que assumam sua responsabilidade nesse mister, promovendo a integração e a socialização dos que habitualmente praticam esses atos de violência, na vida social da comunidade, incentivando-os à convivência pacífica e harmoniosa na sociedade onde estão inseridos. Porém, não bastam as ações da Polícia Ostensiva, é necessário a efetivação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no tocante à Segurança Pública.

Palavras-chave: Violência. Criminalidade. Segurança Pública.

A POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO COMO AUTORIDADE POLICIAL DO ART. 69 DA LEI N.º 9.099/95 NOS TERMOS CIRCUNSTANCIADOS DE OCORRÊNCIA

GONÇALO Alves de Sousa - Maj PMMA
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

Este estudo consiste em evidenciar por meio de acurada investigação que a implantação na Polícia Militar do Estado do Maranhão (PMMA) do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), em conformidade com o art. 69 da Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995 não fere os princípios da legalidade e da constitucionalidade vigentes no País. Uma análise comprobatória do reconhecimento da competência legal dos integrantes das Polícias Militares como autoridades policiais para a lavratura do TCO junto aos Juizados Especiais Criminais (JEC). A constatação de que a implantação contribuirá de forma determinante para a agilização do Poder Judiciário e desafogo da Polícia Judiciária Comum nas ocorrências de menor potencial ofensivo. Demonstração da diferenciação do TCO para o inquérito policial, com constatação da celeridade proposta e a participação do advogado e do Ministério Público. A consideração de experiências com apresentação de sugestões para o processo de implantação e de escolha de um modelo de TCO que atenda as necessidades do Ministério Público – titular da ação pública.

Palavras-chave: Termo Circunstanciado de Ocorrência, Autoridade Policial, Juizado Especial Criminal.

QUEBRA DE PARADIGMAS NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

José Carlos **CASADO** da Silva - Ten Cel PMDF
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

O mundo vem sofrendo múltiplas transformações que se refletem na conjuntura atual. Registramos desde a Segunda Grande Guerra Mundial o impacto de inúmeros acontecimentos tecnológicos, psicossociais, políticos, econômicos, culturais, dentre outros, com fortes reflexos no cotidiano do planeta e fundamentalmente no relacionamento das pessoas. A família, a escola, o trabalho absorveram novos paradigmas que nos falam de uma nova época, em que as transformações do saber e do conhecimento têm implicação tipo “efeito dominó” na vida das pessoas. Surgiram novas tecnologias eletrônicas, cibernéticas, nanotecnológicas, genéticas, telemáticas e na operacionalização dos serviços públicos e privados. Ante tudo isso a nossa realidade urbana foi intensificada, porquanto as populações migraram de vez, fazendo com que a população urbana superasse a rural numa proporção de quatro por um. Nesse contexto urbano, a violência grassou, ceifando vidas. Vivemos numa época muito conturbada. O Estado, e nele inserido a sociedade, lança mão cada vez mais do aparelho policial para mediar conflitos. Grandes centros como Brasília, por ser a sede do poder central do país parece que se ressentem ainda mais desses problemas. Os poderosos agem rotineiramente através da corrupção, da politicagem e de outras mazelas humanas e comportamentais, ameaçando o “status quo” e o império da Lei. Nesse contexto, encontramos as Policiais Militares montadas em conceitos retrógrados e ultrapassados, porquanto ainda seguem padrões de normatização cujo nascedouro é a época do regime de cessão. A Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, não é diferente, e ao que nos parece está mais sujeita a esse modelo, face à proximidade com os governos e poderes instalados na Capital Federal. Há notícias do registro de infinitas interferências, onde há a prevalência dos interesses particulares sobre o coletivo. Cada vez mais estamos vendo os policiais-militares se afastarem das “ruas”, procurando interferências políticas para acessarem os “gabinetes” dos poderes, atrás de “gratificações”, “menos problemas” e “baixo risco de vida”. Por outro lado, sabedores das fragilidades institucionais e da “cobertura” que alguns podem ter, registramos desvios comportamentais acentuados. Embora na PMDF muito já tenha sido feito, ainda há muito o que fazer, pois ainda estamos vivendo uma realidade montada em cima de comportamento

inadequados. Pelo que se apresenta existe a necessidade da quebra de paradigmas na gestão de recursos humanos na Polícia Militar do Distrito Federal.

Palavras-chave: Segurança Pública. Distrito Federal. Política. Quebra de Paradigmas. Gestão. Recursos Humanos. Propostas.

AValiação DE DESEMPENHO DOS GESTORES DA POLÍCIA MILITAR

VILSON Bezerra Castro - Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

A idéia do trabalho exposto é tentar mostrar a urgentíssima necessidade de re-avaliarmos o nosso atual método de avaliação de desempenho. Todos nós constatamos que o atual método já é, comprovadamente, ineficaz, pois não mede realmente o desempenho dos que compõem a nossa instituição haja vista que sofre, claramente, influências dos meios externos além de não dispor claramente de metas ou objetivos pré-estabelecidos, que impeçam que o avaliador ou o avaliado fujam das normas a que todos estarão submetidos. Desde o século passado os EUA implementaram sistematicamente, a avaliação de desempenho como algo integrante do sistema administrativo americano sendo, tal comportamento, um dos fatores do sucesso americano ao longo dos anos. No conteúdo, abordaremos as varias definições entendidas pelos mais variados segmentos do meio acadêmico, passando pelos motivos ou objetivos que têm uma avaliação de desempenho. Analisaremos os aspectos atuais do método utilizado atualmente na Polícia Militar do Ceará, a legislação disponível e o comportamento ético do avaliador, bem como erros específicos do processo e como estes poderiam ser eliminados. Ainda no mesmo capítulo, mostraremos os passos necessários à montagem de uma boa avaliação de desempenho e quem deve aplicar tal aferição. Nos capítulos adiante, descreveremos os vários métodos de avaliação existentes, até chegarmos ao método mais moderno que é a avaliação por competência, os tipos de entrevista e como conduzi-las, além de mostrarmos as fontes do mau desempenho e o que fazer para melhorar um desempenho deficiente.

REFLEXÃO E LEITURA CRÍTICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA APLICÁVEL AOS CRIMES DE INFORMÁTICA

HUMBERTO Oliveira de Sousa – Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

Este trabalho versa sobre o estudo da tipicidade nas leis brasileiras dos neófitos crimes digitais e a necessidade de se elaborar leis mais atuais para o combate aos crimes de informática neste país, não olvidando de sugerir a estruturação inadiável de um novo órgão integrado para a investigação desses novos crimes no organograma da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará – SSPDS-CE. Inicialmente, abordou-se a teoria do crime e a definição de crime de informática, onde se buscou informar sobre as peculiaridades essenciais para a existência legal de um crime como a ação ou omissão delitiva, e a condição subsidiária para a punibilidade penal, bem como, tratou-se de estabelecer os parâmetros para se conceituar esse novo crime virtual. Analisou-se a legislação penal brasileira, máxime a Constituição Federal e os Códigos Penais em vigor neste país, por se tratar dos compêndios legais mais utilizados pelo Direito Informático brasileiro, onde estão inseridos os procedimentos penais e as etapas alusivas à labuta do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Judiciária. Vislumbrou-se os fatores jurídicos atinentes ao crime de informática, principalmente a Carta Magna, que traz configurado em seu artigo 5º, inciso XXXIX, que também é o art. 1º do Código Penal (Dec. Lei 2.848/40, de 07.12.1940), e art. 1º do Código Penal Militar (Decreto-lei nº 1.001, de 21.10.1969), uma das características de vital importância do direito penal brasileiro que é o chamado "*princípio da reserva legal*", Adentrando à seara técnica, estudou-se os principais processos utilizados pelos cibercriminosos para praticar as neófitas ilicitudes virtuais e de clonagem de cartões bancários e demais fraudes eletrônicas no Estado do Ceará vislumbrou-se os aspectos técnicos das internet, como invasões a sistemas computacionais, onde foi abordado o tema relativo a segurança de computadores, abordando o crime de clonagem de cartões magnéticos, que se constitui em um dos tentáculos do crime organizado neste Estado, com base firmada no município de Crateús-CE. Abordou-se a legislação penal moderna, no âmbito internacional, nacional, analisando-se o déficit conceitual, a ser suprido com a sanção presidencial da proposta legislativa, da lavra do Exmo. Sr. Senador da República, Dr. Eduardo Brandão de Azeredo, que propõe

reprimendas aos novos delitos computacionais. Sugere-se ainda a criação do GIRRAC – Grupo Integrado de Reação e Repressão Anti-cibercrimes no âmbito da SSPDS-CE.

Palavras-chave: crime, crimes de informática, cibercrime, clonagem de cartões de crédito, crime digital.

OTIMIZAÇÃO NA ABORDAGEM POLICIAL MILITAR: NECESSIDADE DE UM PROGRAMA OPERACIONAL PADRÃO

ANDERSON Ferreira Pinto – Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

Otimização na abordagem policial militar: necessidade de um programa operacional padrão. Este trabalho teve por objetivo identificar cursos ou programas realizados pela Diretoria de Ensino (DE) e/ou pela 3ª Seção do EMG, voltados à abordagem policial, apresentando, se for o caso, uma proposta de Programa Operacional Padrão. Para tanto, recorremos à pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa bibliográfica foram utilizados autores como: CHIAVENATO (2004), OLIVEIRA (2004), dentre outros. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o questionário junto aos comandantes de OPMs da Capital e a entrevista junto ao Diretor de Ensino e ao PM/3. Concluímos que se faz necessário criar uma doutrina de instrução alusiva ao ensino de Abordagem Policial, haja vista a falta de padronização no ensino dessa matéria, bem como a criação de um Programa Operacional Padrão de forma que toda a tropa receba o mesmo ensino no tocante a Abordagem Policial.

Palavras-chaves: Abordagem. Otimização. Treinamento. Padronização. Qualificação. Qualidade.

PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DA 2ª SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

PAULO SÉRGIO Braga Ferreira – Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

Proposta de reestruturação da 2ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Ceará. Este trabalho teve por objetivo identificar o papel e a estrutura da 2ª EMG, bem como os limites que lhe são impostos para o exercício de sua missão, e as possibilidades de atuação como nova estrutura e em novos papéis na PMCE e junto aos demais órgãos de inteligência no Estado, apontando, se for o caso, sugestões que visem aperfeiçoar o exercício das atribuições que lhe são peculiares. Para tanto recorremos à pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o questionário aplicado aos ex-Chefes da 2ª EMG e ao efetivo atual da agência central; também foi realizada entrevista com o Coordenador da COIN (Coordenadoria de Inteligência) e com o atual Chefe da 2ª EMG. Também foram encaminhados ofícios para as Polícias Militares dos 26 (vinte e seis) estados brasileiros, das quais apenas 11 (onze) resolveram participar da pesquisa. As demais, não participaram ou suas respostas não chegaram em tempo oportuno. A pesquisa bibliográfica foi fundamentada em obras de DANTAS (2003), OLIVEIRA (2003), FONSECA (2003) entre outros autores. Concluímos que a 2ª EMG precisa ser revitalizada para melhor desempenho de suas atividades. Propõe-se, em capítulo próprio, o modelo a ser implementado.

Palavras-chaves: Inteligência. Polícia Militar do Ceará. 2ª Seção do EMG.

A SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO: VIOLÊNCIA URBANA E RURAL

Sérgio **DEL BEL** Júnior - Ten Cel PMESP
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo demonstrar ao leitor os aspectos que compõem a segurança pública no Estado de São Paulo, discorrendo-se sobre o histórico e competências de suas instituições policiais, bem como conceituar o fenômeno da violência urbana e rural. Como metodologia, num primeiro momento usou-se o estudo de caso. Na seqüência procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica em que se buscou a interpretação e estudo da literatura constante em livros, publicações especializadas, apostilas e sítios da internet no qual, dentre outros foram utilizados autores como: Nascimento (1999), Adorno (1996) e Módulo (2000). Concomitantemente, foram feitas coleta e análise de documentos de Estado-Maior, pertinentes à Polícia Militar, bem como documentação da área operacional da Polícia Civil. Também foram realizadas visitas aos vários órgãos que compõem o sistema de Segurança Pública daquele Estado. Como instrumento de coleta de dados usou-se a entrevista junto aos gestores da Secretaria da Segurança Pública, da Polícia Militar e da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Concluímos que, quando comparamos o período de 2000 a 2007, graças a atual estrutura da segurança pública e às diversas estratégias de prevenção/repressão ao crime e à violência, os índices da criminalidade estão decrescendo.

Palavras-chave: Segurança Pública. Violência Urbana e Rural. Competência Legal. Histórico.

PERTURBAÇÃO DO SOSSEGO ALHEIO E VEÍCULOS LOCALIZADOS: ENTRAVES NA DINÂMICA DA CIOPS.

Francisco **RICARDO** de Carmo Paula – Maj PMCE
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

O trabalho aborda a perturbação do sossego alheio e veículos localizados: entraves na dinâmica do CIOPS. Tem como objetivo apresentar uma visão panorâmica da questão de perturbação do sossego alheio e veículos localizados e ao final prepor medidas adequadas e busca de solução, por meio da participação e envolvimento dos demais órgãos. A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, desde 1997, integra os órgãos vinculados da segurança do Ceará: Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Pioneira na criação dos Centros Integrados, hoje conta com o Centro Integrado de Operações de Segurança, Centro Integrado de Operações Aéreas, Centro Integrado de Inteligência, Centro Integrado de telemática e uma Corregedoria Geral dos Órgãos de Segurança Pública, dentre outras estruturas e processos organizacionais integrados. A atuação policial militar em ocorrências envolvendo a perturbação do sossego alheio está voltado à preservação da ordem pública e polícia ostensiva deve estar atenta ao processo de evolução social da comunidade em que está inserida, deforma a detectar, no menor espaço de tempo, o problema e ensaio afeto ao bem estar. Por fim, sugere alternativas de ações para a redução dos reclames sociais decorrentes de veículos que geram barulho e algazaras, por vexes decorrentes do som automotivo em alta intensidade, poluição sonora, ocorridas em horários em que moradores buscam o descanso, o que compromete a qualidade de vida nos lares prejudicados. Inicialmente a metodologia utilizada foram as referências bibliográficas e em seguida um estudo de caso na SSPDS e CIOPS, com a elaboração de questionário e entrevista estruturadas e observações a respeito do tema em estudo, realizado questionário com despachantes, Teleatendentes e Controladores à CIOPS, visando obter informações necessárias para subsidiar e fortalecer trabalho científico desenvolvido sobre o tema.

Palavras-chave: Sossego alheio; Secretaria de Segurança Pública; CIOPS; Veículos localizados.

CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE POLICIAL MILITAR ESPECIALIZADA NO POLICIAMENTO DE GRANDES EVENTOS EM PRAÇAS DESPORTIVAS

Marcelo Vianna Pessôa - Maj PMERJ
Fortaleza-CE
CSP Junho, 2008

RESUMO

O presente trabalho monográfico, enfoca o tema da criação, dentro da realidade regional cearense, de uma Unidade Policial Militar especializada em policiamento em grandes eventos em praças desportivas, que seria um trabalho pioneiro, desvinculado da filosofia de emprego de tropa de choque, que é hoje uma disfunção de objetivo, dentro dos ensinamentos de controle de distúrbios civis, é inadmissível o emprego de tropa de choque em policiamento ostensivo. Esta monografia traz à tona uma realidade cada vez mais explícita, com aspectos relevantes, abordados dentro da filosofia de polícia cidadã e porque não dizer, também, comunitária, considerando a evolução legislativa significativa que passou o ordenamento jurídico brasileiro, dando a devida importância aos direitos de proteção do cidadão, consumidor e torcedor, preconizados na lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor, bem como, o questionamento do quão é importante a figura do policial cidadão dentro e fora dos eventos, principalmente os esportivos. Toda esta análise foi calcada em fatos reais vividos pelos integrantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, dentro e fora dos estádios, nos mais diversos tipos de eventos (esportivos, culturais, religiosos e outros), e que ao longo dos dez anos de criação do Grupamento Especial de Policiamento em Estádios- GEPE da PMERJ, cuja a honra tive de comandar por oito anos, conseguiu mudar esta realidade violenta dos torcedores fluminenses, caminhando a passos largos na busca da paz social, reduzindo os altos índices de violência a níveis aceitáveis. Agora necessitamos de uma reestruturação legislativa, com estudo aprofundado do Estatuto do Torcedor, apoiado com assessoramento e respaldo das polícias militares que vivem esta realidade, buscando a excelência do serviço prestado ao torcedor, que é a verdadeira estrela do espetáculo. Sendo assim, esta monografia, busca-se demonstrar com clareza e didática os passos enfrentados por essa nova forma de policiamento e a aceitação que ela teve diante do público interno, e principalmente do cidadão, torcedor e consumidor.

Palavras-chave: Unidade Especializada em Eventos. Polícia Cidadã. Filosofia de Policiamento. Cidadão, Torcedor e Consumidor. Aceitação do Público Interno e do Cidadão.

CRIAÇÃO DO CIOPS NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ

Luiz Carlos Francelino de **SOUZA** – Maj PM PMCE
Fortaleza – CE
CSP junho 2008

RESUMO

[...] A criação de Centros Integrados de Operações de Segurança no interior do Estado serão marcos significativo nestas mudanças pois além de implantar um política cultural de trabalho conjugado vai propiciar o ambiente necessário para serem utilizados eficazmente os meios de desenvolvimento operacional nos dois maiores centros urbanos do Ceará, fora da região metropolitana de Fortaleza: Sobral e Juazeiro do Norte. [...] Analisando os aspectos culturais, históricos, geográficos e econômicos, das cidades de Sobral e Juazeiro do Norte e entendendo a criação e desenvolvimento destas cidades há como direcionar políticas de transição entre os sistemas independentes de atendimentos de emergência para um Centro Integrado de Operações de Segurança, ocasionando a minimização de traumas oriundos da inovação. [...]

CAPÍTULO X

2009

MODELO DE ADMINISTRAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA: GERENCIAMENTO DA QUALIDADE NO PROGRAMA DE GOVERNO RONDA DO QUARTEIRÃO EM FORTALEZA

José Herlínio **DUTRA** -Ten Cel PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

O modelo de administração no gerenciamento da Segurança Pública no Estado do Ceará mostra-se obsoleto. A estrutura administrativa revela-se cansada e tem se constituído num gargalo que dificulta o atendimento às demandas populares de segurança, tranquilidade e paz social. A polícia tradicional focada na atividade reativa não satisfaz as expectativas da população. Surge um novo modelo de gerência centrado no objetivo de redução dos índices de violência e criminalidade, por intermédio da implantação da filosofia de polícia comunitária. A grande inovação do Programa Ronda do Quarteirão é a aproximação com a comunidade: Fomentar a participação da sociedade organizada representada pelos membros dos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS); gerar sensação de segurança e efetivamente reduzir a insegurança oferecendo à população segurança com qualidade, pelo emprego de ferramentas administrativas, monitoramento eletrônico, mapeamento das áreas de atuação, mecanismos de controle e avaliação de resultados. Intensificar a presença ostensiva de policiamento, limitada a uma pequena área territorial e familiarizado com as pessoas do bairro. Desenvolvimento de um Sistema de Qualidade, baseado em modelos, ferramentas e procedimentos, melhorando a capacitação e o treinamento dos policiais militares da polícia da boa vizinhança. Monitoramento do ambiente social e de combate aos comportamentos desviantes faz do Programa Ronda do Quarteirão, o novo paradigma de gestão focado na qualidade de atendimento.

Palavras-chaves: Modelo de Administração; Segurança Pública; Participação da Comunidade; Gerenciamento da Qualidade.

A ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO, SUA INSTAURAÇÃO E AS IMPLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS DECORRENTES.

Francisco **TEÓGENES** Freitas Hortêncio - Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

O Conselho de Justificação é o instrumento processual que a Administração Pública Militar do Estado do Ceará (Corpo de Bombeiros e Polícia Militar) utiliza para processar e julgar o Oficial que comete transgressão grave, propícia a demiti-lo a bem do serviço público. Este procedimento administrativo é o devido processo legal capaz de tal desiderato. Dada a gravidade da consequência que tal decisão pode resultar, o presente trabalho tece uma crítica à forma com que é composta a comissão processante pelo Governador do Estado, notadamente, declinando questionamento sobre a capacidade subjetiva mínima desses membros para processar e julgar o Oficial do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar, à luz dos princípios constitucionais e do melhor Direito. O paradigma é o princípio do juiz natural que deve ser encarado não como mera formalidade, mas como exigência legal e constitucional a que deve se submeter a Administração de forma impostergável, de maneira a evitar os tribunais “ad-hoc” em prejuízo do agente público. Além disto, demonstra, dentro desta visão constitucionalista, a importância de não distanciar o Direito da ética e da moral visando enaltecer a importância do neoconstitucionalismo para aplicação da norma legal ao caso concreto, observando a proporcionalidade e razoabilidade, tendo como inspiração a Constituição Federal com todos os seus princípios atinentes.

Palavras-Chave: Conselho de Justificação. Inspiração constitucional. Ética e moral.

COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLICIAMENTO TURÍSTICO (PMTUR) – IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DA CIDADE DE FORTALEZA

Antonio Carlos **NUNES** Filho - Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

Este trabalho contempla a temática turismo e segurança pública contextualizando a atividade policial militar desenvolvida pela Companhia Independente de Policiamento Turístico (PMTUR) e os reflexos destas ações no turismo da Cidade de Fortaleza, desde a sua implantação no mês de dezembro de 2007. Os impactos do turismo na Cidade de Fortaleza alcançam os setores econômicos, sociais e culturais. Fortaleza é um dos destinos mais procurados no plano turístico nacional, atraindo público de diversas nacionalidades. Fortaleza, a cada período de alta estação, observa um aumento da atividade turística na região. Contudo, a violência é um fenômeno que pode mudar a direção deste progresso. Neste contexto, a Polícia Militar do Ceará, através da Companhia Independente de Policiamento Turístico (PMTUR) vem colaborar com os órgãos públicos e privados envolvidos com o turismo no sentido de alavancar ainda mais o afluxo deste setor na Cidade de Fortaleza. Neste estudo, buscou-se mostrar a necessidade e a importância da PMTUR atuando de forma especializada. Adotando o método qualitativo, este trabalho se caracteriza pelo estudo descritivo e analítico. Apresenta uma construção teórica sobre turismo, violência, segurança pública, bem como uma abordagem sobre a PMTUR e o policiamento turístico na Cidade de Fortaleza. Após a análise da pesquisa, compreende-se que a PMTUR é importante para o desenvolvimento do turismo, mas para fortalecer essa qualidade é essencial uma qualificação voltada para o setor, e diversificar as variáveis do policiamento ostensivo, tornando-o especializado.

Palavras-chave: Turismo. Segurança Pública. Policiamento Turístico.

O SISTEMA DE PROTOCOLO ÚNICO NA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ: POSSIBILIDADES E DIFICULDADES

TERTULIANO da Costa Nobre – Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

Esta monografia, intitulada O Sistema de Protocolo Único na Polícia Militar do Ceará: possibilidades e dificuldades, tem como objetivo geral: compreender os trâmites usados nos processos e circulação de documentos na PMCE; e como objetivos específicos: abordar o princípio da eficiência no processo final do trâmite documental no âmbito da PMCE; estudar as normas estabelecidas pela SEPLAG e pela PMCE no tocante ao trâmite de documentos; pesquisar como os profissionais que trabalham no Comando-Geral da PMCE processam e realizam a circulação de documentos. Dessa forma, esta pesquisa é do tipo estudo de caso, exploratória, pura e com abordagem qualitativa. Destarte, por meio da literatura consultada e pelas entrevistas realizadas, concluímos que a cultura organizacional na Polícia Militar é muito enraizada, não obstante, no desempenho da atividade meio, a citada corporação trabalha com um grande fluxo de documentos, os quais, necessariamente, são tramitados dentro e fora da Corporação; contudo, o SPU, que seria um instrumento facilitador para o trâmite documental, ainda não é utilizado plenamente pelos profissionais que lidam diariamente com essa função, o que compromete o princípio da eficiência.

Palavras-chave: Trâmite de documentos. Princípio da Eficiência. Organização.

OS EFEITOS DA SÚMULA VINCULANTE Nº 5, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, NA SINDICÂNCIA MILITAR NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

Antonio Carlos **MACÊDO** Pires – Maj PM
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

Os efeitos da súmula vinculante nº 5 do Supremo Tribunal Federal, na sindicância militar no âmbito da Polícia Militar do Ceará (PMCE). Este trabalho monográfico tem por objetivo verificar o impacto da Súmula Vinculante nº 5/STF na sindicância realizada no âmbito da Polícia Militar do Ceará. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica tendo por base autores como: Lessa (2001), Vasconcelos (2007), Di Pietro (2003) entre outros. Apresentou-se a supremacia da constituição em relação às demais normas. Identificou-se os pressupostos da amplitude da defesa nos processos administrativos. Abordou-se a sindicância militar e suas peculiaridades na PMCE. Mostrou-se os aspectos relevantes da súmula vinculante nº 5 e sua aplicabilidade nos processos disciplinares. A pesquisa de campo, realizada com oficiais e com o Corregedor Geral dos Órgãos da Segurança Pública indicou certo desconhecimento e falta de aplicabilidade da citada súmula. Conclui-se que a súmula é aplicável à sindicância no âmbito da PMCE, haja vista a ausência de norma que indique o contrário.

Palavras-chave: Sindicância. Processo regular. Súmula Vinculante. Princípios.

A ROTINA NO TRÂMITE DE DOCUMENTAÇÃO INTERNA DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ COMO FATOR PREJUDICIAL AO PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

HERBÉRIO Cícero Cruz Tavares – Maj PM
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

A rotina no trâmite de documentação interna da Polícia Militar do Ceará como fator prejudicial ao princípio da oportunidade. Apresentam-se os conceitos de Administração e Qualidade Total. Abordam-se as principais teorias administrativas e seus enfoques, os princípios básicos da Administração, a Qualidade e os princípios de Deming dentre outros temas voltados à Qualidade Total. Tratam-se da Qualidade e da Eficiência no serviço público, apresentando-se os conceitos, princípios voltados à administração do serviço público, bem como repensa-se a qualidade desses serviços. A pesquisa de campo revela uma Corporação burocrática, mas em processo de melhoria na qualidade de seus serviços. Conclui-se que o trâmite de documentos na PMCE é oneroso e pesado, gerando ineficiência e a perda do princípio da oportunidade e da conveniência, dado ao processo burocrático ainda em fase de reestruturação.

Palavras-chave: Gestão de documentos. Atos administrativos. Princípios. Qualidade em serviço.

GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COMO FATOR DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA ADMINISTRAÇÃO NO ÂMBITO DA PMCE

Carlos Augusto **Cavalcante** Cunha – Maj PM
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

A gestão de contratos administrativos como fator de eficiência e eficácia da administração no âmbito da Polícia Militar do Ceará (PMCE). Apresentam-se os diferentes conceitos de Contratos Administrativos, seus princípios, características e forma das cláusulas. Abordam-se questões relativas aos prazos, as prorrogações, as garantias, aos direitos, as obrigações das partes, as infrações e as sanções administrativas aplicáveis aos contratos. Trata da função do gestor de contratos, o suporte legal, seus limites e competências, bem como o perfil que deve ter. Indicam-se, por meio de uma proposta, as atribuições do gestor de contratos. Conclui-se que a Corporação tem investimentos pontuais na qualificação dos oficiais para administração dos contratos administrativos em uso na PMCE, ou seja, praticamente apenas os oficiais que lidam na Comissão Interna de Controle de Compras (CICC) realizam cursos na área. Verificou-se ainda que os oficiais gestores e co-gestores não têm conhecimento técnico no que se refere ao objeto. Como estratégia para que os contratos administrativos resultem na eficiência e eficácia satisfatória para a Corporação e, por conseguinte, otimizem o desempenho das atividades administrativas e operacionais, sugere-se a criação de um Guia Prático para os Gestores de Contratos, cujo o modelo está proposto no corpo do trabalho.

Palavras-chaves: Contratos Administrativos. Gestão de contratos. Princípios. Qualificação

A CAPACITAÇÃO DO POLICIAL MILITAR PARA CONDUÇÃO DE VIATURAS OPERACIONAIS TIPO HILUX DA PMCE COMO VETOR DE REDUÇÃO NOS ACIDENTES DE TRÂNSITO E NOS GASTOS AO ERÁRIO PÚBLICO

GIOVANE Martins de Souza – Maj PM
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

A Capacitação do Policial Militar para a condução de viaturas operacionais do tipo HILUX da PMCE, como vetor de redução nos acidentes de trânsito e nos gastos ao erário público. Apresenta-se o elemento humano na iminência do Acidente de trânsito. Identificam-se os fatores que afetam no tempo de percepção e resposta dos condutores de veículos. Apresenta-se a legislação referente a condução de veículos de emergência. Identifica-se a necessidade da Instituição em respeitar o princípio da Constitucional da legalidade. Verificam-se os dados relativos a acidentes envolvendo viaturas da Polícia Militar nos últimos anos. Demonstram-se os prejuízos com gastos ao erário com danos provenientes de sinistros no trânsito das viaturas policiais. Conclui-se que não há uma capacitação adequada para os policiais militares conduzirem viaturas, das quais fazem parte da categoria de veículos de emergência. Propõe-se a criação do Centro de Formação de Condutores da PMCe, com condições adequadas para selecionar, formar e recapacitar o profissional policial militar para a condução de viaturas operacionais da Polícia Militar.

Palavras-chave: Capacitação. Condução. Veículo. Emergência. Princípio. Legalidade. Acidente. Trânsito. Gastos. Erário.

O PAPEL PEDAGÓGICO DA PMCE NA PREVENÇÃO PRIMÁRIA COMO FATOR DE DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE: UMA PROPOSTA SISTÊMICA E CIDADÃ

Francisco José **AMARAL** Lima - Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

Durante muito tempo, a Polícia Militar do Ceará atuou como força de repressão do Estado, dissociada da comunidade cearense. Nesse aspecto a corporação esteve envolvida em vários fatos sociais de peso político na ordem internacional e interna brasileira, tais como guerras externas, como a do Paraguai e conflitos internos como a sedição de Juazeiro, guerra do caldeirão dentre outros. Com o passar do tempo e a evolução natural da sociedade em todos os seus campos: político, social, econômico, a instituição passou por diversas transformações do ponto de vista da sua atuação. Assim, fora dos momentos de repressão ditatorial, passou a ser mais policial e menos militar, voltando sua preocupação não para a defesa do território, mas para a defesa do cidadão, linha de pensamento que vem desenvolvendo nestes tempos de modernidade junto a sociedade alencarina. Integração do Sistema estadual de segurança pública, distrito modelo e agora ronda do quarteirão são fases de atuação governamental em que a PMCE participou como protagonista da história da segurança pública do estado. Com o advento da criação do programa ronda do quarteirão, através da metodologia do policiamento comunitário e a incessante dinâmica das mudanças sociais, vive-se um novo momento em que a idéia é restaurar o espírito de solidariedade entre as pessoas na busca da paz social, e mais uma vez a Polícia Militar estará presente com instituição parceira que sempre estará pronta, para bem servir o povo cearense, o que o fará com muita galhardia.

Palavras-chave: Pedagógico. Prevenção Primária. Diminuição da Criminalidade.

CONTRIBUIÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ NO COMBATE À POLUIÇÃO SONORA NO ÂMBITO ESTADUAL

José Ednardo de Carvalho **CALIXTO** – Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

A poluição sonora se torna hoje, um dos problemas ambientais graves, perceptível não só nos grandes centros urbanos, mas, em qualquer localidade. É uma ameaça constante ao homem. Embora exista legislação específica, que regula os limites de emissão de ruídos, e estabeleça medidas de proteção para a coletividade, dos efeitos danosos da poluição sonora. O que se constata, é que os níveis de ruídos existentes nas mais diversas atividades cotidianas, estão acima de todos os valores determinados pela legislação. A conscientização do problema, por parte da população, aliada a outras medidas de prevenção, seria uma valiosa contribuição para a redução do ruído. No entanto, o homem moderno é indisciplinado com relação às ações danosas à natureza, fato que prejudica o meio ambiente e também o seu semelhante, comprometendo uma convivência pacífica entre as populações, decorrendo, daí, desarmonia, conflitos e até mortes, por motivos banais que podem ser minimizados, através de campanhas educacionais. Dentro do contexto da poluição sonora emerge um tipo específico de ocorrência policial que diz respeito a perturbação, ao sossego alheio, que de forma especial, no Estado do Ceará tem sido um dos fatores (des)articuladores da boa convivência social e, em consequência o acionamento da Polícia Militar do Ceará, para resolução, que nem sempre encontra ambiente propício devido à burocracia da lei. A contribuição da Polícia Militar do Ceará (PMCE), no combate a poluição sonora no âmbito estadual, tema proposto neste trabalho, objetiva trazer à discussão, sobre a dificuldade encontrada pela mesma, representada pelo policial militar de serviço, na resolução das ocorrências de poluição sonora, e sugerir medidas de abordagens, para a eficiência das ações policiais no enfrentamento a esse tipo de ocorrência. Para tanto, utilizou-se à pesquisa bibliográfica, documental e de campo, dentre outros autores pesquisados, como: Fiorillo (2006), Sirvinskas (2006) e Nucci (2007). Na pesquisa de campo após a coleta de dados, foram utilizados para a sumarização, análise e interpretação, recursos estatísticos, relacionados à temática, fornecidos pela Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS).

Palavras-chave: Poluição Sonora. Perturbação ao Sossego Alheio. Dificuldade. Legislação.

A IMPORTÂNCIA DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR NA PERSECUÇÃO CRIMINAL SOB A ÓTICA DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ

CÉSAR Augusto Campêlo Lopes – Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

Este trabalho monográfico tem por objetivo verificar a importância do Inquérito Policial Militar como instrumento de persecução criminal na apuração dos crimes militares, identificando vícios, nulidades, princípios e características que norteiam sua confecção, sob a ótica da Justiça Militar Estadual. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa qualitativa, tipo Estudo de Caso, associada à pesquisa bibliográfica, tendo como autores: Loureiro Neto (2000), Costa, H. (2007), Roth (2005), Lobão (2000), Saraiva (1999), entre outros. A pesquisa de campo foi realizada na Justiça Militar Estadual e na Polícia Militar do Ceará. O estudo concluiu que o Inquérito Policial Militar, no âmbito do Estado do Ceará, é peça fundamental e imprescindível para deflagrar a ação criminal, embora haja erros e vícios que podem ser corrigidos por meio do conhecimento acerca da confecção do IPM estabelecida no Código de Processo Penal Militar.

Palavras-chave: Inquérito Policial Militar. Código de Processo Penal Militar. Justiça Militar Estadual. Confecção de IPM. Erros e Vícios no IPM.

A OTIMIZAÇÃO NO EMPREGO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ NA 2ª COMPANHIA DE POLÍCIA DE GUARDA

Jean David Pinto **FALCÃO** – Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

A otimização no emprego do efetivo da Polícia Militar do Ceará na 2ª Companhia de Polícia de Guarda. Este trabalho tem por objetivo otimizar o emprego do efetivo da Polícia Militar do Ceará na 2ª Companhia de Polícia de Guarda, face à construção de mais Unidades Prisionais no Estado do Ceará. Para tanto, recorremos à pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa bibliográfica foram usados autores como Chiavenato (2008), Oliveira (2009), dentre outros. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o questionário junto aos Comandantes de Subunidades da Capital e Área Metropolitana de Fortaleza. Concluímos que se faz necessário a criação da categoria de Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, com formação específica, com o desiderato de substituir paulatinamente o efetivo policial militar empregado nos Presídios e Centros Educacionais, haja vista não ser possível redimensionar o efetivo da 2ª CPG devido o grau de defasagem deste contingente, bem como não ter previsão de aumento de efetivo nos próximos anos na Polícia Militar do Ceará.

Palavras-chave: Efetivo. Otimização. Criação. Formação. Previsão.

O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ NO ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO DE LOCAIS DE CRIME: NORMATIZAÇÃO E INSTRUÇÃO EFETIVAS COMO INSTRUMENTOS PROMOTORES DE CONSCIENTIZAÇÃO PROFISSIONAL

Antônio Soares **NOGUEIRA** - Maj PMCE
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

A presente pesquisa busca evidenciar a necessidade de uma atuação técnico-operacional, qualificada e consciente, por parte dos policiais militares cearenses quando do isolamento e da preservação de locais de crime, uma vez que, sendo estes, na maioria das vezes, os primeiros a chegarem à cena do delito, do zelo, preparo técnico e consciência profissional com que se houverem na execução de tal atividade dependerá o criterioso levantamento pericial em proveito da efetiva investigação criminal, e, por conseguinte, a esmerada aplicação da justiça ao caso concreto. Com ênfase no axioma “normatizar e instruir para conscientizar”, apresentam-se, inicialmente, os aspectos temáticos e metodológicos da pesquisa, enfocando-se os elementos constitutivos do problema, as hipóteses, os objetivos geral e específicos, a justificativa e a metodologia empregada, no contexto dos quais se evidencia a urgência de uma tomada de posição institucional quanto ao aperfeiçoamento de instrumentos efetivos de normatização, e de instrução e treinamento, dos policiais militares cearenses nas ações de isolamento e de preservação de locais de crime. Relacionam-se, a título de fundamentação teórica, os conceitos criminalísticos essenciais no âmbito do processo de investigação criminal, assim como se destaca a importância da prova pericial nesse contexto, cuja consistência técnico-jurídica em muito depende da forma correta com que o policial militar, em primeiro chegando ao local de crime, o isole e o preserve, até o comparecimento da perícia. Abordam-se os aspectos doutrinários, legais e operacionais relativos ao isolamento e à preservação de locais de crime, destacando-se o conceito, a importância, a legislação pertinente, os fatores interferentes e os procedimentos básicos pertinentes à sua execução pelo policial militar. Informam-se os passos práticos da pesquisa, consistentes na organização, análise e apresentação das informações colhidas acerca da problemática em estudo junto aos órgãos do Sistema de Segurança Pública do Estado do Ceará, policiais militares que executam o policiamento ostensivo, na Capital e Interior, e peritos criminais da Perícia Forense do Estado do Ceará - PEFOCE. À luz da pesquisa desenvolvida, alvitraram-se propostas destinadas ao

desenvolvimento de uma postura institucional de apoio material, fiscalização administrativo-disciplinar e controle técnico-operacional da conduta policial militar no isolamento e na preservação de locais de crime, priorizando-se, para a consecução de tamanho objetivo, o aperfeiçoamento da normatização e da instrução como instrumentos potenciais de conscientização profissional.

Palavras-chave: Local de Crime. Isolamento. Preservação. Polícia Militar.

MOTIVAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL DOS SOLDADOS NO ÂMBITO DO 8º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO

Luiz Henrique dos Santos **PAIVA** – Maj PMMA
Fortaleza - CE
CSP julho, 2009

RESUMO

Análise diagnóstica do processo motivação e valorização dos soldados no âmbito do 8º Batalhão da Polícia Militar do Maranhão. Identificam-se os problemas de satisfação e insatisfação dos soldados daquele Batalhão quando no desempenho de suas atividades de trabalho. Apresentam-se grau de cooperação e relacionamento elevado entre os soldados, seus pares e seus superiores hierárquicos. Este trabalho desenvolveu-se a partir de duas etapas Metodológicas: pesquisa documental, que consiste no levantamento, seleção, aquisição e análise das fontes de informações bibliográficas e eletrônicas que subsidiaram a construção do referencial teórico da pesquisa, a partir da visão de diferentes autores como Maximiano, Minicucci, Bergamini, Kwasnicka, Chiavenato, Heller e outros: pesquisa de campo através de aplicação de questionário juntos aos soldados no âmbito do 8º Batalhão da Polícia Militar do Maranhão, análise e discussão das informações dos sujeitos envolvidos à luz dos referenciados citados, conduziu-se os trabalhos na tessitura entre teoria e empírica.

Palavras-chave: Motivação. 8º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão. Valorização Profissional. Polícia Militar. Trabalho Militar.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Zenóbio Mendonça Guedes; MARQUES, Laércio Giovani Macambira; TELLES, Luiz Solano Austregésilo. **A aplicação da Lei federal nº 10.029 de 20 de outubro de 2000 na Polícia Militar do Ceará e sua relação custo versus benefício.** 2001. 177p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

ALCOFORADO, Geovanni Mendonça Guedes; MATIAS, Werisleik Pontes. **Ação da Polícia do Estado do Ceará no combate ao crime ambiental Desmatamento enfatizando a atuação da Companhia da Polícia Militar Ambiental (CPMA).** 2006. 83p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

ALBANO, Fernando Rocha. **As relações públicas como instrumento de vanguarda para a Polícia Militar do Ceará.** 2008. 76p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

ALENCAR, Rubens Inácio Soares de; ROCHA, José Silva. **Criação de um Centro de Serviço Assistencial na Polícia Militar do Estado da Paraíba.** 2000. 128p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000.

ANDRADE FILHO, José Pereira de; BARROS, Edmilson Batista. **O instituto do habeas corpus impetrado nas transgressões disciplinares - causas e consequências na disciplina castrense da PMSE.** 2007. 95p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

ANAISSE, Antônio Durval da Matta; RAMALHO, Joselino Lopes. **Suicídio entre policiais-militares: quais os fatores estressantes?** 2000. 65p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000.

ANJOS, Manoel Messias dos; VASCONCELOS, Roberto Bastos; OLIVEIRA, José Pérciles Menezes de **Estatuto dos militares de Sergipe: uma proposta cidadã.** 2001. 132p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

AQUINO, Julio Rocha. **Atividade física e a relação custo benefício para a escala de serviço.** 2006. 68p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

ARAÚJO, Antônio Ferreira de; LOPES, Pedro Melquíades Lima. **A importância da polícia turística no atual contexto econômico dos Estados do Pará e Amapá.** 2001. 117p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

ARAÚJO, Henrique Coelho de Souza; SILVA, Erik Oliveira Onofre e. **A importância do policiamento escolar: uma ferramenta de prevenção.** 2003. 240p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

ARAÚJO, José Maria; SILVA, Francisco Melo da; MELO, Lauro de Jesus Ribeiro de. **Polícia Comunitária no Brasil.** 2003. 144 p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

ARAÚJO, Raimundo Costa; SALDANHA, Edmilson da Silva. **Uma visão crítica da Penitenciária de Pedrinhas no Estado do Maranhão.** 2000. 107p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000.

ARAÚJO, Raimundo Tadeu de; CAVALCANTE, João Ferreira. **Políticas públicas preventivas do transtorno de conduta em crianças e adolescentes no município de Sobral – Ce.** 2003. 135p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

ARAÚJO, Wally Sousa; TEIXEIRA, Mauro Gonçalves. **Motivação: fator preponderante para o bom desempenho do policial militar da Polícia Militar do Ceará.** 2003. 110p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

AZEVEDO, Gastão Valente Calandrini de; CONCEIÇÃO, Sérgio Leitão da **Estudo sobre a viabilidade da criação de uma fração de policiamento fluvial no Estado do Amapá.** 2002. 141p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

AZEVEDO, Paulo Osires; SOUSA, Mamede Rodrigues de; OLIVEIRA, Armando Guimarães de. **Capacitação profissional permanente:** fator importante para a qualidade do serviço prestado pelo Policial Militar do Piauí. 2002. 100p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

BARBOSA,IVALDO ALVES. **Vitimologia e prevenção de atentados contra autoridades no Estado do Maranhão.** 2008. 81p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

BARBOSA, Luciano Buarque; CONEZA, João Furlanette. **Preparação do policial militar do Estado do Ceará para a reserva/inatividade.** 2006. 79p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

BARROSO, Antônio Rodrigues. **Ronda do Quarteirão:** uma nova estratégia de polícia comunitária no Estado do Ceará. 2008. 66p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

BARROSO, Francisco José Domingos; OLIVEIRA, Francisco Hilton de. **Geoprocessamento do crime organizado na conjuntura atual com enfoque no Estado do Ceará.** 2002. 127p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

BASTOS, Benedito Nogueira; FERREIRA FILHO, José Ribamar. **O processo ensino-aprendizagem na Polícia Militar do Piauí:** capacitação dos instrutores e suas implicações para a qualidade do serviço policial. 2003. 155p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

BATISTA, Francisco Ferreira; LOPES, Francisco Kennedy Pimentel. **Uma nova política de evolução profissional** – a transparência e objetividade no critério de promoção por merecimento na comissão de promoção de oficiais da PMCE. 2007. 70p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

BEL JÚNIOR, Sérgio Del. **A segurança pública no Estado de São Paulo:** violência urbana e rural. 2008 . 82 p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

BERNARDES, José Rocha; DIAS JÚNIOR, Miguel Benedito Ferreira. **Perspectivas do PROERD para a redução da delinquência infanto-juvenil no estado do Amapá.** 2003. 121p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

BEZERRA, Félix Coelho; FRANKLIN, Hipólito Ramos. **A Democratização da Polícia Militar.** 2000. 141p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000.

BONFIM, Paulo Fernando Cunha; SANTOS, José Alves dos. **Conflitos agrários: a performance do governo da Bahia com ênfase para a atuação da polícia militar.** 2006. 207p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

BRASIL FILHO, Ermelindo Monteiro; VIEIRA, Haroldo Silva. **Criação de um centro de recarga de munição na PMCE: suporte para o treinamento de tiro.** 2003. 141p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

BRAULINO SOBRINHO, Salvador; FERREIRA, Edmilson Anastácio; FERREIRA, Flares Luiz Braga. **Reimplantação do Batalhão de Trânsito na Polícia Militar do Ceará - uma proposta.** 2003. 106p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

BRINGEL, Sandra Regina Bulcão. **A efetivação da filosofia do policiamento comunitário na Polícia Militar do Amazonas em Manaus.** 2006. 131p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

BURLAMAQUI, Isaac Newton Brasil; PROLA, Edison. **O papel da Auditoria da Justiça Militar no combate à violência policial no Estado do Ceará.** 2004. 93p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2004.

CALIXTO, José Ednardo de Carvalho. **Contribuição da Polícia Militar do Ceará no combate à poluição sonora no âmbito estadual.** 2009. 78p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

CAOU, José Fernando; OLIVEIRA FILHO, Adauto Gama de. **Análise dos mecanismos de controle da violência policial na Polícia Militar do Distrito Federal.** 2004. 87p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2004.

CARACAS, Ronaldo da Silva; PAIVA, Francisco de Assis. **A otimização do trabalho operacional na Polícia Militar do Ceará** - um compromisso com a segurança pública. 2007. 99p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

CARDOSO NETO, Olímpio; PESSANHA, Álvaro Henrique. **Acidente com produtos perigosos no transporte rodoviário** - isolamento do local. 2005. 202p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2005.

CARLOU, Miguel de Almeida; PEREIRA, Basílio da Rocha. **A atuação da Polícia do Estado do Rio de Janeiro no combate ao crime de extorsão mediante seqüestro e a importância da colaboração da família da vítima para o sucesso das investigações.** 2002. 126p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

CARVALHO, Itamar Gomes de; CARNEIRO, Eugênio Eduardo Costa; FERREIRA; Valdetário Oliveira. **Análise econômica e ambiental do gás natural nas viaturas da PM de Fortaleza.** 2006. 68p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

CARVALHO, Gilberto Alves de; GUIMARÃES, Geraldo Gomes. **Descentralização da Força Tática como complemento das demais modalidades de policiamento.** 2001. 99p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

CARVALHO, Jose de Ribamar Silva; JESUS, Flávio Antonio Silva de. **Descentralização e fixação dos comandos de áreas do CPI PMMA em suas respectivas sedes.** 2006. 61p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

CASTRO, Vilson Bezerra. **Avaliação de desempenho dos gestores da Polícia Militar.** 2008. 89p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) -

Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

CORDEIRO, Sérgio Luiz de Souza; SILVA, Suamy Santana da. **Os efeitos dos paradigmas nos modelos de gestão das polícias militares sob a ótica do estado democrático de direito.** 2005. 122p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2005.

COSTA, Edivaldo Camelo da; GOMES, Dalmo Siqueira. **Armas não-letais: uma análise de seu emprego na Polícia Militar do Ceará.** 2007. 99p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

COSTA FILHO, Erir Ribeiro; PACHECO, Ricardo Coutinho; SAMPAIO, Cristóvão. **A orientação religiosa permanente como fator motivacional para a mudança de comportamento do policial militar na prevenção de condutas irregulares.** 2004. 131p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2004.

COSTA, Francisco Sérgio de Souza; FEITOSA, Luiz Napoleão. **A atividade de inteligência ante os desafios no novo século: enfoque no Ceará.** 2001. 182p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

COSTA, Ronaldo Pinheiro da; CUNHA, Carlos Alberto Modesto da. **Conflitos agrários no Pará: proposta para uma atuação preventiva da PM/PC através da negociação.** 2003. 180p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

CUNHA, Carlos Augusto Cavalcante. **Gestão de contratos administrativos como fator de eficiência e eficácia da administração no âmbito da Polícia Militar do Ceará.** 2009. 70p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

DAMASCENO, Jorge Luiz Fidelis. **O uso do geoprocessamento como ferramenta de planejamento operacional: a experiência na cidade de Samambaia – Distrito Federal.** 2008. 52p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

DIAS, José Soares; MARTINS JÚNIOR, João Clywton Viana; SILVA, Pedro

Marcélio. **Assistência educacional na PMCE:** O papel desempenhado pelo Colégio da Polícia Militar do Ceará. 2001. 93p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

DIAS, Raimundo Aquino de Souza. **Polícia Militar e Polícia Civil do Estado do Pará:** integração ou unificação? 2008. 66p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

DIAS, Rosael da Silva Dias. **Segurança pública no Estado de Roraima violência urbana e rural.** 2008. 86p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

DOMINGOS, Francisco Luciano; MONTEIRO, Jorge Tavares. **Policiamento ostensivo:** criação de uma unidade de polícia militar metروiária. 2002. 83p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

DUTRA, José Herlínio. **Modelo de administração de segurança pública:** gerenciamento da qualidade no programa de governo Ronda do Quarteirão em Fortaleza. 2009. 93p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

ENCARNAÇÃO NETO, José Bernardo da; LIMA, José Alves de. **A Cidadania do Policial Militar face à Legislação Trabalhista.** 2000. 124p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000.

FALCÃO, Jean David Pinto. **A otimização no emprego do efetivo da Polícia Militar do Ceará na 2ª Companhia de Polícia de Guarda.** 2009. 53p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

FARIAS, Tarcísio Sousa; SOUSA, Gilberto Firmino de. **A ideologia militar na polícia militar.** 2007. 83p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

FELISBERTO, Antônio Carlos Olímpio; SILVA JÚNIOR, Mozart Paulo da. **O ordenamento jurídico atual e a polícia militar face à exclusão de policiais militares.** 2002. 123p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) -

Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

FERREIRA, Odair dos Santos; SANTOS, Iratan Barbosa dos. **A Polícia Cidadã no Maranhão: uma análise da visão do soldado PM em relação a participação da sociedade civil.** 2004. 156p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2004.

FERREIRA, Paulo Sérgio Braga. **Proposta de reestruturação da 2ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Ceará.** 2008. 88 p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

FONSECA, Américo Valeriano de Sena; NUNES, Vancarden Moreira. **Um estudo da Polícia Militar do Maranhão sobre os crimes ambientais na reserva biológica do Gurupi.** 2007. 80p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

FRANCO NETO, José Rocha; FURTADO, Marcello de Lima. **O procedimento disciplinar na PMCE: padronização dos documentos pertinentes.** 2006. 94p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

FRANÇA, Dalzeny Silva de; OLIVEIRA, Josinaldo de. **Criação da Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental na Polícia Militar do Acre.** Fortaleza, Ceará, 2001. 104p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

FREITAS, Francisco Canindé de; SANTOS, Ricardo Jacinto dos. **Violência intrafamiliar contra a mulher: uma pesquisa nas polícias militares do Rio Grande do Norte e Pernambuco.** 2002. 146p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

FREITAS, Frandemberg Maués de; SILVA, José Antonio Saraiva da. **Formação de uma aliança entre a polícia militar e as universidades amazonenses no enfrentamento da criminalidade fenomênica sob o aspecto da proliferação de gagues (ou galeras) em Manaus.** 2002. 100p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

FREITAS, Rônison Lima de; PINHEIRO, Luiz Carlos dos Santos. **A influência do álcool no organismo humano como contribuinte nos índices de ocorrências policiais no município de Santana em 2005. e a participação de adolescentes neste contexto.** 2006. 99p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

FROTA, Vladimir Feijó. **A criação de comissões permanentes de processamento administrativo disciplinar na PMCE – uma proposta.** 2008. 52p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

GADELHA, Antonio Aguiar; SILVA, Antônio Marcílio Marcelino Castelo da; VIEIRA, Cleiton Nóbrega. **A Polícia Militar do Ceará ante à problemática da prostituição infanto-juvenil: origem causas e conseqüências.** 2005. 77p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2005.

GALVÃO, José Willamar Lobo; PAULO NETO, Francisco. **Uma análise crítica do efetivo operacional das subunidades do 5º E 6º Batalhões de Polícia Militar do Estado do Ceará na cidade de Fortaleza.** 2006. 138p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

GOMES, Albino de Brito; IVANILTON, Campos de. **Independência financeira das unidades e subunidades interiorizadas da Polícia Militar do Estado de Sergipe.** 2003. 128p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

GOMES FILHO, Antonio; SILVA, Izaias Ferreira da; SOUTO, Francisco Othon Mota. **O emprego da polícia militar em atividade de trânsito em Fortaleza face à nova ordem jurídica: prevenção e repressão de crimes e infrações ou desvio de finalidade?** 2005. 120p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2005.

GOMES, Luiz Silveira. **O salário e o trabalho do policial militar do Ceará.** 2008. 58p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

GOMES, Waldemar Bastos; SANTOS, José Jarbas Araújo dos. **Influência da segurança privada na segurança pública.** 2002. 133p. Monografia no Curso

Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

GONÇALVES, Cláudio Farias. **O desvio de finalidade na lotação de policiais militares na PMDF** – uma análise. 2008. 54p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

GONÇALVES, Romário Célio Barbosa; OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Abordagem Policial Militar Mudança de Paradigma**. 2000. 93p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000.

GRANJEIRO, Antônio Taumaturgo Ribeiro; WISMANN, Marcos Antônio. **A Polícia Militar e o Narcotráfico**. 2000. 113p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000.

HARDOIM, Elcio; PAULA, José William Solon de. **O CIOPS como fator de melhoria da operacionalidade na Polícia Militar do Ceará** – uma análise crítica de sua utilização. 2001. 131p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

HORTÊNCIO, Francisco Teógenes Freitas. **A escolha dos membros do conselho de justificação, sua instauração e as implicações constitucionais decorrentes**. 2009. 71p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

KALIL FILHO, Zarlul; SAISSE, Nilton de Carvalho. **Principais influências no desempenho da vida profissional do Soldado Policial Militar no Estado do Ceará**. 2000. 200p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000.

LIMA, Emanuel Gonçalves de; SANTOS, Jorge da Cruz dos. **O atual sistema de segurança pública do Pará: uma visão do público interno**. 2002. 97p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

LIMA, Francisco Oliveira; MENDONÇA, Francisco Cláudio Bastos. **Polícia de aproximação: aspectos indutores na condução da nova ordem da ação policial militar cearense**. 2007. 54p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) -

Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

LIMA JUNIOR, Paulo Domingos de Araújo; SILVA, Luciano Antonio da. **Proposta de criação de normas de procedimento para o emprego do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da Polícia Militar no sistema prisional do Estado de Alagoas.** 2006. 121p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

LIMA, Pedro Alberto da Silva; PAULA NETO, Francisco Cavalcante de. **Percepção social das comunidades de Fortaleza:** seus anseios e aspirações face à postura da Polícia Militar do Ceará. 2002. 91p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

LOPES, César Augusto Campelo. **A importância do inquérito policial militar na persecução criminal sob a ótica da Justiça Militar do Estado do Ceará.** 2009. 65p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

LOPES, Francisco César; SILVA, Edson Nestor Ferreira da. **Integração:** uma solução para o sistema da segurança pública no Estado do Ceará. 2000. 118p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000.

MACEDO JÚNIOR, Hervano; SANTOS, Luís Carlos da Silva. **O crime de deserção na Polícia Militar do Ceará:** impacto sócio-criminal. 2004. 116p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2004.

MAIA FILHO, Raimundo; NASCIMENTO, Sebastião Quezado do. **A violação dos direitos humanos nas ações policiais militares.** 2001. 122p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

MAGALHÃES, Francisco Sérgio da Silva; SILVA, Paulo Pimentel da. **O perfil do futuro oficial da Polícia Militar do Ceará:** comandante ou líder. 2002. 66p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

MATOS NETO, Antonio de; SILVA, Edimar Soriano da. **Instituto Superior de Segurança e Cidadania de Roraima:** novo modelo de formação policial no Brasil. 2003. 277p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) -

Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

MELO, Márcio Gianni Cavalcante de. **O estatuto dos militares estaduais do Ceará e sua aplicabilidade** – um breve enfoque. 2008. 84p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

MENEZES, Cirilo Sávio Bezerra; SILVA, Geovani Pinheiro da. **Valorização do público interno** – uma necessidade. 2003. 108p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

MONTEIRO, Edílson Pereira; SANTOS, José Ricardo Bezerra. **A manutenção de motomecanização da Polícia Militar: uma análise crítica**. 2005. 102p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2005.

MONTEIRO, Wilde de Oliveira. **A problemática habitacional dos cabos e soldados da polícia militar da Paraíba na grande João Pessoa**. 2006. 141p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

MOURA, Francisco Ricardo Pais. **Desvio de função: policial militar como encarregado de unidade policial**. 2008. 49p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

NASCIMENTO, Amarildo Lima do; SILVA, Ghiorgiony Franklin da; ARAÚJO, Ulysses Freitas de. **Proposta de criação e implementação de um gabinete de gerenciamento de crises no âmbito do Sistema de Defesa Social do Estado do Acre**. 2005. 119p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2005.

NASCIMENTO, Lindemberg Abel do; SANTOS, Walcyr Alberto Costa. **Direitos Humanos e Cidadania para os Policiais Militares**. 2000. 161p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000.

NASCIMENTO, Sérgio Roberto do; OLIVEIRA, Walter Soares de; PEREIRA, Luiz Sérgio Rodrigues. **A escala extra-remunerada para o quadro de policiais militares do Estado do Amapá**. 2004. 150p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2004.

NEVES, Luís Cláudio Machado da Silva; SILVA, Luiz Cláudio dos Santos. **O papel do Serviço de Assistência Social da PMCE no amparo à família do policial militar falecido e ao policial militar ferido.** 2007. 84p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

NUNES, Édison Pereira; SILVA, Humberto Farias da. **Combate ao crime organizado nos estados brasileiros com utilização da inteligência integrada das polícias** – uma análise crítica. 2001. 94p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

NUNES FILHO, Antonio Carlos. **Companhia Independente de Policiamento Turístico (PMTUR)** – importância para o desenvolvimento turístico da cidade de Fortaleza. 2009. 96p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

NOBRE, Tertuliano da Costa Nobre. **O sistema de protocolo único na Polícia Militar do Ceará:** possibilidades e dificuldades. 2009. 61p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

NOGUEIRA, Antônio Soares. **O papel da Polícia Militar do Ceará no isolamento e preservação de locais de crime:** normatização e instrução efetivas como instrumentos promotores de conscientização profissional. 2009. 157p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

OLIVEIRA FILHO, Deusdete Souza de; TEIXEIRA, Jorge Edgard Judice; ROCHA, Inácio. **Execução penal militar no Estado de Mato Grosso do Sul:** análise conjuntural. 2007. 65p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

OLIVEIRA, Jaime das Chagas; PEREIRA, Rubens da Silva. **A perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças na Polícia Militar do Piauíem face da ordem constitucional vigente.** 2005. 110p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2005.

OLIVEIRA, Jairo Moreira de; SANTOS, Rivaldo Ribeiro dos. **Especialização e interiorização do policiamento rodoviário na PMBA:** uma alternativa de revitalização. 2002. 219p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) -

Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

OLIVEIRA, José Lucimar de; SOUZA, Paulo César Lima de; VILCHES, Guido Murillo. **A disciplina direitos humanos e cidadania no currículo do Curso de Formação de Oficiais (CFO) da PMCE: uma análise crítica.** 2001. 164p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

ROCHA. Edivar Azevedo; SIMÕES, Paulo Josimar Dias. **Reestruturação organizacional da Polícia Militar do Ceará.** 2003. 154p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.

ROCHA, Márcio Oliveira. **O emprego da viatura blindada de transporte de pessoal pela PMERJ no combate à criminalidade urbana.** 2008. 87p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

PAIVA, Luiz Henrique dos Santos. **Motivação e valorização profissional dos soldados no âmbito do 8º Batalhão da Polícia Militar do Maranhão.** 2009. 75p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

PAULA, Francisco Ricardo de Carmo. **Perturbação do sossego alheio e veículos localizados: entraves na dinâmica da CIOPS.** 2008. 78 p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

PAIVA, Sérgio Rodrigues de; SILVA, Deoclécio Antonio Aquino. **O Batalhão de Segurança Patrimonial da Polícia Militar do Ceará: conhecer para comandar.** 2006. 60p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

PEREIRA, João Vanderley Costa; SILVA FILHO, José Ribamar Pereira da. **A importância do ensino integrado para a melhoria dos serviços prestados à sociedade pelos profissionais de segurança do cidadão no sistema de segurança pública do Estado do Maranhão.** 2004. 117p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2004.

PESSOA, Marcelo Vianna. **Criação de uma unidade policial militar especializada no policiamento de grandes eventos em praças desportivas.** 2008. 77 p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) -

Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

PINHEIRO, Werley Sales; SANTOS, Carlos Alberto Serra dos. **A importância do desenvolvimento dos recursos humanos para a operacionalidade efetiva da PMCE.** 2001. 124p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

PINTO, Anderson Ferreira. **Otimização na abordagem policial militar: necessidade de um programa operacional padrão.** 2008. 57 p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

PINTO, Antonio José; SILVA, Marco Antonio Alves da. **A qualificação pedagógica de instrutores para o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão: uma análise crítica.** 2001. 145p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

PINTO FILHO, Juarez Ubirajara; TELES, Francisco Jeferson Araújo. **A pesquisa de Estado-Maior na Polícia Militar do Maranhão: imprescindibilidade embasamento e eficácia às decisões do comandante geral.** 2007. 103p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

PINTO, Roberto dos Santos; TEIXEIRA, Marcelo Luiz Brandão. **Segurança pública: um olhar do cidadão na cidade de Salvador.** 2006. 73p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

PINHATA JÚNIOR, Celso; VIEIRA FILHO, Waney Raimundo. **Vantagens e desvantagens da descentralização da gestão dos recursos orçamentários e financeiros para potencializar o atendimento das necessidades na PMCE.** 2007. 78p. . Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

PIRES, Antonio Carlos Macêdo. **Os efeitos da súmula vinculante nº 5 do Supremo Tribunal Federal na sindicância militar no âmbito da Polícia Militar do Ceará.** 2009. 61p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

PITA, Erisson Lemos; SILVA JUNIOR, Mário. **Gestão de pessoas** - uma visão humanista do policial do GATE com foco na satisfação do policial militar no exercício da sua função. 2006. 78p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

RODRIGUES, Francisco José Bezerra. **Expansão da doutrina de gerenciamento de crises da SSPDS para as unidades e subunidades da PM no Interior do Estado do Ceará.** 2006. 67p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

SANTANA, Acelino Evangelista de; SANTOS, João Genário dos. **Análise dos objetivos estratégicos nas atividades de inteligência da Polícia Militar de Sergipe.** 2004. 103p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2004.

SANTOS, Alberto Magno Silvestre dos; SANTOS, Antonio dos. **A qualidade de vida e o trabalho do policial militar sergipano:** a influência dos fatores motivacionais. 2002. 129p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2002.

SANTOS, Antônio SÉRGIO Bezerra dos. **A motivação profissional na PMCE** – um diagnóstico para excelência. 2008. 53p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

SANTOS FILHO, José Matias; SILVA, Claudemir Mendonça. **Atuação integrada das instituições estaduais de segurança pública como fator de redução da criminalidade.** 2001. 88p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2001.

SANTOS, João José Oliveira. **Ações criminosas de grande repercussão no Ceará** – lições para a segurança pública do presente e do futuro. 2008. 92p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

SANTOS, Jorge Nazaré Araújo dos. **Segurança pública no Estado do Pará:** violência urbana e rural. 2008. 73p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

SANTOS, Luiz BRITO dos; SARMANHO, Edvaldo José Cunha. **Reintegração de posse: uma problemática social e policial.** 2005. 176p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2005.

SILVA, Antônio Roberto dos Santos; SILVA, João Machado da. **A importância de um sistema de controle de material e patrimônio para efetividade das ações da Polícia Militar do Maranhão.** 2007. 69p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2007.

SILVA, Pedro Paulo da; VIEIRA, Paulo Cezar. **O Talão de Registro de Ocorrências (TRO) como instrumento eficaz de prova para a justiça.** 2005. 167p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2005.

SILVA, Rolian dos Santos; COSTA JUNIOR, Osmar Vieira da. **Proposta de implantação de um sistema de gestão patrimonial na PMPA.** 2006. 190p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

SIROTHEAU, José Maria de Oliveira. VASCONCELOS, Belizário da Silva Saldanha. **Criação do Instituto de Ensino de Segurança Pública no Estado do Amazonas – Uma Proposta.** 2000. 115p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2000.

SILVA, Nelson de Deus **O poder discricionário do comandante geral – uma visão analítica.** 2008. 61p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

SOUSA, Gonçalo Alves de. **A Polícia Militar do Maranhão como autoridade policial do art. 69 da Lei N.º 9.099/95 nos termos circunstanciados de ocorrência.** 2008. 93p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

SILVA, José Carlos Casado da. **Quebra de paradigmas na gestão de recursos humanos na Polícia Militar do Distrito Federal.** 2008. 72p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

SOUZA, Luiz Carlos Francelino de. **Criação do CIOPS no interior do Estado do Ceará.** 2008. 54p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

SOUZA, Giovane Martins de. **A capacitação do policial militar para condução de viaturas operacionais tipo Hilux da PMCE como vetor de redução nos acidentes de trânsito e nos gastos ao erário público.** 2009. 69p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

SOUZA, Umberto Oliveira de Sousa. **Reflexão e leitura crítica da legislação brasileira aplicável aos crimes de informática.** 2008. 93 p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2008.

TAVARES, Herbério Cícero Cruz. **A rotina no trâmite de documentação interna da Polícia Militar do Ceará como fator prejudicial ao princípio da oportunidade.** 2009. 76p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2009.

VAZ, Dilson Rogério Diforene. **Controle automatizado de materiais permanentes: princípios básicos da gestão militar.** 2006. 102p. Monografia no Curso Superior de Polícia (CSP) - Academia de Polícia Militar Gen Edgard Facó, Polícia Militar do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2006.

O AUTOR

- Luiz Silveira Gomes – Maj PM

Função Atual

- Gerente da Célula de Acompanhamento do MAPP na Secretaria Executiva da PMCE

Cursos

- Bacharel em Segurança Pública – APMGEF
- Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO – APMGEF
- Curso Superior de Polícia – CSP – APMGEF
- Graduado em História – UECE
- Curso Teórico de Pilotagem de Helicóptero – Aeroclube de Fortaleza
- Curso de Unix – UFC
- Curso de Técnica de Programação – UNIFOR
- Curso de Modelagem de Dados – SEPROCE
- Curso de Análise de Sistemas – PMESP
- Curso de Estatística e Análise Criminal – PNSP
- Curso de Mapeamento e Análise Criminal – CIOPS – PNSP
- Curso de Mapeamento do Crime em Fortaleza – CIT/CIOPS
- Curso de Logística e Mobilização Nacional – Escola Superior de Guerra – ESG-RJ

Funções

- Chefe do CPD do CIOPS

- Instrutor no CIOPS no Estágio Supervisionado para Alunos Oficiais da PMCE
- Instrutor de Informática no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
- Instrutor de Informática no Curso de Formação de Sargentos
- Instrutor de Informática no Curso de Formação de Cabos
- Chefe do Setor de Comunicações da Casa Militar
- Assessor de Tecnologia da Informação da PMCE